



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS (LICENCIATURA)**

* Alterado pela **RESOLUÇÃO N° 136/CONSUNI/UFFS/2023**

Laranjeiras do Sul, junho de 2020.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clarissa Dalla Rosa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rafael Santin Scheffer

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Clauuir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Índice

1. DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3. EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	16
4. JUSTIFICATIVA.....	18
5. REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	25
6. OBJETIVOS DO CURSO.....	39
7. PERFIL DO EGRESO.....	41
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	42
9. PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	157
10. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	160
11. PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	162
12. QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	164
13. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	172
14 ANEXOS.....	178
ANEXO I – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - LICENCIATURA.....	178
ANEXO II - REGULAMENTO DE ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas- LICENCIATURA.....	183
ANEXO III - REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - LICENCIATURA. 189	189
ANEXO IV - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	201



1. DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: [Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas \(Licenciatura\)](#)¹

1.4 Grau: [Licenciado em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas](#)

1.5 Título profissional: Professor

1.6 Local de oferta: *Campus Laranjeiras do Sul (PR)*

1.7 Número de vagas: 40 vagas por ano

1.8 Carga-horária total: 3.450 horas

1.9 Turno de oferta: Integral

1.10 Tempo mínimo para conclusão do curso: 4,5 anos

1.11 Tempo máximo para conclusão do curso: 9 anos

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 32 créditos

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 12 créditos

1.14 Coordenador do Curso: Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

1.15 Coordenador adjunto do Curso: Prof. Dr. Fabio Pontarolo

1.16 Ato autorizativo: Resolução 25/2013 - CONSUNI

1.17 Forma de Ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE,

¹ [Nome do curso alterado pela RESOLUÇÃO N° 136/CONSUNI/UFFS/2023. Definição foi aplicado ao longo de todo o PPC.](#)



se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer



época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PROHAITI** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que, criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das



fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de



inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf-Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesoregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso,



decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus *campi* e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *Campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor pro-tempore da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.



No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada *campus* foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.



A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1^a Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1^a COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo lato sen-



su, já em 2011, até alcançar o stricto sensu, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus Passo Fundo*, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, in loco, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade públ-



ca, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional includente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3. EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1. Coordenação de curso

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

3.1.1 Coordenação adjunta do curso

Prof. Dr. Fabio Pontarolo

3.2. Equipe de elaboração

Ana Cristina Hammel

Alex Verdério

Fabio Pontarolo

Fábio Luiz Zeneratti

Líria Ângela Andrioli

Fernanda Marcon

Marciane Maria Mendes

Maria Eloá Gehlen

Paola Beatriz Sanches

Roberto Antônio Finatto

Vitor de Moraes

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Hugo Von Linsingen Piazzetta Diretor de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Sandra F. Bordignon, Neuza F. Blanger (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina, Kelly Trapp

Maiquel Tesser, Elaine Lorenzon e Pedro Castro, Marcos Franceschi, Liana Canônica (DRA)

Revisão das referências: Eliane Burey.

3.4. Núcleo Docente Estruturante do Curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas visando o acompanhamento do processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O NDE, de



caráter consultivo e propositivo, terá as seguintes atribuições: I. Conduzir os trabalhos de (re)estruturação curricular, para aprovação no colegiado de curso, sempre que necessário; II. Apoiar a coordenação de curso, auxiliando nos processos de avaliação interna e externa e avaliação integrada, conforme previsto no regulamento adequado; III. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; IV. Supervisionar as formas de acompanhamento e avaliação do curso definidas pelo colegiado; V. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico; VI. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, amparadas na Resolução 02/2015, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; VII. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação. As proposições do NDE serão submetidas à apreciação e deliberação do colegiado de curso.

3.4.1. Núcleo Docente Estruturante

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Ana Cristina Hammel	Mestre	Conexo
Alex Verdério	Doutor	Conexo
Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	Específico
Fabio Pontarolo	Mestre	Específico
Roberto Antônio Finatto	Doutor	Específico
Líria Ângela Andrioli	Doutora	Específico
Fernanda Marcon	Doutora	Específico
Marciane Maria Mendes	Doutora	Específico
Maria Eloá Gehlen	Doutora	Específico
Paola Beatriz Sanches	Mestre	Comum

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso Portaria N. 27/PROGRAD/UFFS/2018.



4. JUSTIFICATIVA

4.1. Da criação do curso

A implantação da UFFS no município de Laranjeiras do Sul, centro-sul do Paraná, marca o início de uma preocupação da instituição no desenvolvimento humano e tecnológico da região. Laranjeiras do Sul se localiza no Território Cantuquiriguaçu que é constituído por 20 municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. No período de implantação da UFFS, esse conjunto de municípios reunia 233.973 pessoas, representando 2,3% da população estadual e 12,5% da população da área do projeto.

A principal característica desse território do ponto de vista econômico é a atividade agropecuária, que corresponde a 48,9% do valor adicionado do Território Cantuquiriguaçu. O setor industrial e de serviços, corresponde a 20,9% e 30,2% das atividades nesse mesmo local.

Juntamente ao Conselho de Desenvolvimento deste território (CONDETEC), aliado às prefeituras, a Universidade Federal da Fronteira Sul, busca desenvolver um ensino superior de qualidade e que está intimamente ligado à pesquisa e extensão universitária voltada às necessidades da região. Região esta, que se caracteriza pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e pelas grandes desigualdades sociais. Outro ponto que se deve levar em consideração é a presença de poucas instituições de ensino superior na região, sendo a UFFS a única pública. Com isso, busca-se a diminuição considerável das taxas de migração populacional para as grandes cidades tendo como consequência o fortalecimento da região sob o ponto de vista socioeconômico político e cultural.

A UFFS surge em Laranjeiras do Sul com cinco cursos voltados e preocupados com o desenvolvimento regional que vão desde as ciências agrárias, a indústria, a gestão e ao ensino voltado para a formação de professores para o ensino no campo. São eles: Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Alimentos, Agronomia com ênfase em agroecologia, Ciências Econômicas e Interdisciplinar em Educação no Campo - Licenciatura. Almeja-se que os profissionais formados pela instituição terão uma preocupação em desenvolver pesquisas e trabalhos que possam ser aplicados aos interesses dos habitantes



da região. Este último curso de Licenciatura em Educação no Campo, deixou ainda mais visível à necessidade da construção de Cursos para formação de professores do campo, na modalidade da Alternância.

O curso regular Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) foi criado atendendo a demanda formulada pelo Ministério da Educação, por meio do Edital de chamada pública nº 2 PROCAMPO, de 31 de agosto de 2012. A previsão do edital era ofertar o ingresso de 360 vagas, sendo 120 vagas anuais. Em Laranjeiras do Sul, isso significou a entrada de seis turmas de 60 acadêmicos. A primeira turma ingressou no curso no segundo semestre de 2013, já a última turma ingressou no primeiro semestre de 2017.

O curso foi institucionalizado na UFFS por meio da Resolução nº 25/2013 CONSUNI que criou e autorizou o seu funcionamento. Em 2018, com o término das entradas previstas no edital 02/2012 o CONSUNI aprovou a oferta regular do curso, conforme Resolução nº 05/CONSUNI/UFFS/2018, com 40 vagas anuais, em regime de alternância e com processo seletivo especial.

O curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) pretende formar profissionais capacitados para atuarem nas escolas do campo tanto na gestão destas escolas e demais processos educativos, quanto na docência na área de conhecimento de sua formação. Com este curso, pretende-se reforçar o vínculo da educação com a realidade da região e com os anseios dos movimentos e organizações locais, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e cultural, promovendo processos educacionais que motivem a permanência do jovem no campo com alternativas profissionais, econômicas, de lazer, promovendo maior qualidade de vida nas regiões de atuação da UFFS, em especial no Território Cantuquiriguacu.

O curso tem como objeto a escola de Educação Básica do Campo, com ênfase na construção da organização escolar e do trabalho pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Pretende graduar e habilitar profissionais na educação fundamental e média que ainda não possuem a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor, quer estejam em exercício das funções docentes ou atuando em outras atividades educativas não escolares junto às populações do campo. Sendo assim, o curso tem a intenção de preparar educadores para uma atuação profissional que



vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno.

Simultaneamente, o curso pretende contribuir para a construção coletiva de um projeto de formação de educadores que sirva como referência para fortalecer a política pública da Educação do Campo, estreitando o vínculo do que move esta política com a produção de referenciais de bases teórica das ciências humanas e sociais.

Para isso, o curso possui na matriz curricular uma proposta interdisciplinar organizando os componentes curriculares a partir de cinco eixos norteadores: I) Sociedade, Estado e Movimentos sociais; II) Escola e Educação do Campo; III) Sujeitos, Cultura e Identidade; IV) Pesquisa, Etnociência e Saberes; V) Organização do Trabalho Pedagógico. Estes eixos, inclusive, orientam as ações de pesquisa e extensão realizadas no curso.

Por fim, é importante destacar que a organização curricular prevê etapas presenciais e etapas realizadas na comunidade, em regime de alternância: Tempo Universidade – Tempo Comunidade.

4.2. A demanda de formação de professores para o campo

A universalização da oferta das séries finais do ensino fundamental e médio constitui-se em um dos maiores desafios presentes no sistema educacional brasileiro. Neste contexto, a formação e a ampliação do quadro de educadores que atendam estes níveis de ensino é um ponto fundamental na superação desse desafio.

Uma pesquisa realizada pelo Pnad/IBGE, microdados 2001 a 2004, elaboração Disoc - Ipea - revela que 82,2% dos jovens de 15 a 17 anos frequentaram a escola em 2004, porém apenas 45,1% estavam matriculados no ensino médio, que é o nível adequado à faixa considerada. Segundo o mesmo estudo, o mais grave é a presença de uma queda no número de matrículas neste nível de ensino a partir de 2005, nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Essa situação agrava-se ainda mais no meio rural, em que pouco mais de um quinto dos jovens na mesma faixa etária está cursando o ensino médio. A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA, 2004), feita pelo Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (INEP) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apontava que entre as 8.679 escolas existentes em assentamen-



tos, apenas 373 delas ofereciam o ensino médio.

A escassez e a falta de formação de professores encontram-se entre os vários fatores responsáveis por esse quadro. Segundo dados do INEP, há uma carência de professores para o ensino médio no país, principalmente nas áreas de ciências da natureza. Associado a esse quadro, a evasão nos cursos de licenciatura nas universidades de todo país é excessivamente elevada, por vários fatores que vão desde a repetência sucessiva nos últimos anos à falta de recursos para os alunos se manterem nos cursos. Além disso, o número de vagas oferecidas pelas universidades para os cursos de Licenciatura é insuficiente para a demanda atual.

No momento da criação do curso, o Brasil corria ainda o sério risco de ficar sem professores do ensino médio na rede pública na próxima década. A pesquisa realizada pelo IPEA mostrava que em um universo de 2,5 milhões de educadores, cerca de 60% estariam mais próximos da aposentadoria que do início de carreira. A situação dos professores de ensino fundamental das escolas do campo era ainda mais preocupante. De cada 100 professores que atuavam de 6^a a 9^a ano, 57 cursaram o ensino médio e de cada 100 professores que atuavam neste nível, 21 só tinham o próprio ensino médio. Nas séries iniciais, de cada 100 educadores apenas 9 tinham curso superior, mas havia professores que não fizeram nem o magistério nem concluíram o ensino médio (8% do total). Esse dado destacava a grande demanda de formação de educadores para as escolas do campo.

A ampliação de cursos de licenciatura para formação de educadores do campo pretende atingir, no caso da mesorregião do Paraná, professores que não possuam a titulação mínima exigida, os não habilitados, que estejam atuando em escolas do campo, jovens inseridos nos movimentos sociais, que concluíram o Ensino Médio e possam melhorar os processos educativos em suas regiões, professores que já possuam formação universitária mas pretendam ampliar seus conhecimentos nas áreas de formação, e outros interessados.

No Paraná é alto o índice de professores habilitados em Pedagogia que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas do campo, como nos outros estados do sul do país. Entretanto, a mesma oferta de habilitados não ocorre com vistas à ampliação do ensino fundamental para os anos finais e, muito menos, com vistas ao ensino médio, pois o número de escolas que oferecem o ensino fundamental no campo paranaense.



Portanto, essa proposta insere-se na perspectiva de ampliação das Séries Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas áreas rurais.

A implementação de um Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura oferecida pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, se fez necessária em função do atendimento dos anseios das organizações e dos Movimentos Sociais e populares, bem como das populações camponesas que vivem nos municípios pertencentes ao território Cantuquiriguaçu.

Um fator relevante para a implementação de ações voltadas para a educação e para o desenvolvimento, é o fato de que na região supracitada, mais de 50% da população vive e desenvolve atividades relacionadas com o meio rural e, no entanto, com o processo de nuclearização, houve um processo que poderia ser chamado de urbanização do ensino, pelo qual a maioria das escolas do campo foram fechadas e seus estudantes colocados em transporte escolar, sendo levados para os centros urbanos. A consequência para o campo tem sido das piores possíveis. Os jovens saem do campo para estudar e estudando não mais querem viver no campo, pois a educação urbanista/capitalista que prega a competitividade, reforça a ideia de estudo enquanto forma de ascensão social, segundo a qual é preciso estudar para conseguir um bom emprego ou passar nos processos de ingresso ao Ensino Superior. Esta educação acaba por negar o campo enquanto um espaço de vida, de cultura e de história, passando a visão deste espaço, como algo atrasado, reforçando desta forma o campo, como um espaço de produção de mercadorias e de desenvolvimento capitalista.

No entanto, muitas escolas foram mantidas no campo, com apoio dos camponeses que compreendem a importância direta desta instituição na vida da comunidade. Neste contexto, nos cinco municípios da região citada haviam 46 escolas do campo municipais que atendiam 5.500 educandos, 7 CFRs (Casa Familiar Rural), 20 Colégios Estaduais, que atendiam 10.000 educandos. Nestes municípios encontrava-se em fase de estudo de EJA, mais de 1.000 jovens e adultos dos quais 200 educandos cursaram o Programa Saberes da Terra no Território Cantuquiriguaçu (um dos onze Projetos Piloto do Ministério de Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Trabalho, implementados no Brasil, que mais tarde se tornaram o ProJovem Campo-Saberes da Terra) e os demais estavam em Programas de alfabetização e EJA Fase I. O problema evidenciado nas práticas pedagógicas realizadas nestas instituições, era o fato de que o corpo docente atuava e residia no perímetro urbano,



com cultura e formação urbanistas e reproduziam esses valores em suas práticas.

Com um curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo - Licenciatura, pretende-se também a formação de educadores camponeses, para atuar em escolas deste contexto, procurando assim romper a dicotomia de ter escolas no campo, mas não ter educação do campo. E um problema mais grave ainda, que prejudica a educação nas escolas camponesas, é que para fechar uma quantidade razoável de aulas, educadores atuam em áreas totalmente alheias a sua formação acadêmica, e há um número considerável de professores que não tem formação acadêmica completa.

O Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura, criado na UFFS, ainda em 2010, teve e manteve a pretensão de formar profissionais capacitados para atuarem nas escolas do campo tanto na gestão destas escolas e demais processos educativos do campo quanto na docência na área de conhecimento de sua formação. Com este curso pretende-se reforçar o vínculo da educação com a realidade da região e com os anseios dos movimentos e organizações locais, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e cultural, promovendo processos educacionais que motivem a permanência do jovem na região/campo com alternativas profissionais, econômicas, de lazer, promovendo maior qualidade de vida no território Cantuquiriguaçu.

4.3. Da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso

A necessidade de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso se justifica diante da aprovação das Diretrizes para Formação de Professores (Resolução nº 2, de julho de 2015); das definições da I Conferência das Licenciaturas da UFFS, realizada entre os anos de 2015 e 2016, que resultou na Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução 2/2017 – CONSUNI/CGAE).

Outras avaliações realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso apontaram a necessidade de ajustes nas ementas dos componentes curriculares, a adequação de sua carga horária (aumento no número de créditos das disciplinas do Domínio Específico) e do semestre de oferta, considerando a sua relação com os estágios de docência nas escolas da educação básica.

As adequações curriculares visam, portanto, ampliar o entendimento dos conhecimentos necessários à consolidação da área de ciências sociais e humanas e do trabalho



docente nas escolas públicas da Educação Básica, sejam elas no campo ou na sede dos municípios, conforme a proposição da demanda apresentada neste documento.

Considera-se, assim, o princípio da flexibilidade curricular na formação inicial de professores e o desenvolvimento integrado das atividades de ensino, pesquisa e extensão que ocorre principalmente em CCRs do Domínio Conexo e do Domínio Específico, fortalecendo a política institucional no que se refere a conexão entre as licenciaturas e as especificidades de cada área de formação (filosofia, sociologia, história e geografia).



5. REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Methodológicos e Legais)

5.1. Referenciais ético-políticos

Parte-se do pressuposto que a Educação do Campo como parte da questão agrária brasileira, se estrutura a partir da mobilização dos movimentos sociais populares, com vistas à politização e à formação humana no sentido contra-hegemônico.

Entende-se que a proposta do curso se inscreve na perspectiva histórica, dando sentido para os princípios ético-políticos e a sua constituição nos marcos legais. Essa compreensão, insere o processo de constituição da concepção de Educação do Campo no âmbito da totalidade histórica e como resultado/consequência necessária do movimento da realidade e das suas contradições sociais e de classes.

Nesse aspecto, entende-se que a construção, produção e socialização dos conhecimentos científicos e culturais devem ser garantidos a todos, uma vez que se caracterizam como bens universais pertencentes a toda a humanidade, pois são heranças da história e da sua construção pelos seres humanos, e, como, tais, devem ter garantidos o acesso e, em sua produção, as bases materiais onde se insere a Universidade.

Nos diversos campos do conhecimento científico, as discussões e as novas proposições passaram de forma sistemática e profunda a questionar a fragmentação do conhecimento e, em muitos casos a necessária importância de estar ligados com a produção e reprodução da existência dos sujeitos educativos e de modo geral da realidade.

Nesse sentido, nasce um dos mais importantes princípios, que é justamente o aspecto político classista da educação, explicitando-se a opção pela população do campo na perspectiva de desvelar a sociedade de classes e tornar a educação um instrumento importante na luta para a superação das desigualdades.

Desse modo, o curso representa um projeto político-ideológico, definido a partir de uma análise das bases fundantes-materiais dentro do sistema capitalista atual que constrói as relações e as desigualdades sociais e, dentro deste as disputas teóricas acerca das formas de conhecer.

Considerando o contexto histórico regional/nacional nos últimos anos, que teve o terreno da luta de classes marcado por reivindicações de direitos sociais a partir da afirmação econômica, política, social e cultural de diferentes sujeitos históricos, inscrevem-



se as lutas dos camponeses pobres afirmando-se enquanto agentes de transformação social. Da formação social e cultural desses movimentos sociais populares, nascem diferentes projetos pedagógicos, dos quais a concepção de Educação do Campo faz parte. O compromisso ético-político da Universidade com a formação de novos educadores e educadoras precisa partir concretamente da base material mencionada acima. Aliado a isso, tem-se o compromisso com a formação de professores da educação básica pública, em conformidade com os objetivos e princípios da Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

Fortalecer a perspectiva da Educação do Campo é, portanto, uma necessidade histórica para os camponeses, tendo em vista que o quadro social em que ela se inscreve e a necessidade de se ter claro, quais as finalidades desse tipo de organização e construção de conhecimento, uma vez que a educação não é neutra e que nenhum projeto pedagógico está isento das lutas de classes que atravessam a nossa sociedade. Trata-se, portanto, no plano político, de que por meio do processo educativo de novos trabalhadores em educação, gerar uma análise que possa indicar o caráter transformador na educação e na sociedade. Assim, embasamo-nos nas teorias de Paulo Freire e Florestan Fernandes.

Entende-se que juntamente com a perspectiva da Educação do Campo também há necessidade de um projeto de campo, em que a construção do conhecimento possibilita uma nova concepção de desenvolvimento que tenha como ponto de partida a crítica do modelo de desenvolvimento sob a égide do capital.

Assim, a concepção de Educação do Campo, neste cenário de contradições, pode ser o ponto de partida de fortalecimento e revitalização das bases teóricas que defendem que a transformação do conhecimento se dá na base material da sociedade. Desse modo, o ensino, a pesquisa e a extensão devem levar em consideração as bases materiais e o mundo do trabalho.

Tem-se o desafio de vincular a discussão metodológica da educação e do processo de conhecimento que está na base (sujeitos do campo e relações de classe) às questões gerais da organização social/coletiva e sua ligação com o mundo da produção que responde à materialidade de existência desses sujeitos que fundamenta e dá sentido ao processo educativo.

Entende-se, portanto, que na base de todas as relações humanas, determinando e condicionando a vida, as classes sociais, está o trabalho como atividade humana inten-



onal que envolve e desenvolve formas de organização, objetivando a produção dos bens necessários à existência humana.

Ao situar educação-trabalho-formação-intervenção, trazendo as relações sociais para discussão na formação dos estudantes, efetiva-se a educação como prática social e cultural, como ação humana e como ação-intervenção cultural e política que considera, desde o planejamento até a efetivação do processo pedagógico, pensamentos, valores e aspirações, enfim, seres humanos que passam a perceber o sentido da educação.

Desse modo, o/a egresso/a do Curso estará dotado de um conjunto de saberes que o/a qualificam para atuar como docente na educação básica pública, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento.

5.2. Referenciais epistemológicos

A ciência é uma produção humana, histórica e de classe. A Educação do Campo parte da compreensão de que o conhecimento produzido atende a diferentes interesses, tendo, portanto, uma intencionalidade. A apreensão das relações que compõem cada fração da realidade, que estruturam a base das ciências humanas e sociais trata de descobrir, determinar e representar mentalmente a sociedade e as relações que a produzem. E são as representações assim formadas e elaboradas que precisamente constituem o que entendemos por conhecimento (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 34).

A Educação do Campo parte de uma compreensão ampliada de ciência e do conhecimento, ele precisa servir à elevação da consciência de classe dos trabalhadores, sobretudo aqueles do campo. No campo e na escola do campo há saberes que extrapolam os limites da universidade, há um tipo de conhecimento, produto das relações e das condições locais, a ser sistematizado.

A especificidade do conhecimento na área de ciências sociais e humanas é o trabalho com a sociedade e a sua modificação no tempo e no espaço. A sociedade presume o entendimento amplo das categorias sociais, por isso a interdisciplinaridade é um referencial importante no trato da ciência e do conhecimento. A relação ampla entre os saberes, entre o real concreto e a formação de educadores pesquisadores e produtores de conhecimento, deve responder às necessidades das comunidades onde as escolas estão localizadas.



Neste sentido, concordamos com Frigotto (2008, p. 43-44), sobre a necessidade da interdisciplinaridade:

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável.

Deste modo, entendendo a natureza histórica da ciência e o conhecimento como prática social, a natureza e a especificidade das ciências humanas, que deve cumprir um papel na sociedade e no trabalho dos educadores do campo. Destacamos a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, sobretudo no Art. nº 6, da Resolução nº 2/CONSUNI CGAE/UFFS/2017, que assim entende o conhecimento:

I - O conhecimento como construto sócio-histórico, constituinte do humano, cuja apropriação torna possível o desenvolvimento de cada indivíduo singular e a transformação dos processos sociais por meio da sua ação qualificada;

II - O conhecimento como práxis social (cultura e trabalho), como parte integrante das práticas sociais mais amplas, em que determinados aspectos ou dimensões da realidade são recortados e convertidos em objetos de análise e de (re)significação, cujo resultado retroage sobre essa mesma cultura e a dinamiza;

III - A amplitude e a diversidade das experiências e dimensões culturais, sem hierarquias predefinidas;

IV - O processo coletivo de construção, que se efetiva através da prática do ensino e da aprendizagem, entendido como transmissão/apropriação ativa do conhecimento, através da contextualização e da problematização histórica e epistemológica, em que ciência, ética e estética se congregam para constituir o trabalho como valor ontológico;

V - O diálogo permanente entre o conhecimento sistematizado pelas áreas do conhecimento, seus respectivos campos disciplinares e o conhecimento escolar.

Cabe destacar pontos fundamentais de intersecção com a Educação do Campo, como a importância do conhecimento na emancipação do sujeito, na qualificação da sua ação consciente de seu papel na atuação concreta, assim como seu caráter dialógico e coletivo. Isto significa formar um docente criativo, participativo, sensível às questões de seu tempo e de seu espaço, capaz de indignar-se e construir, coletivamente, soluções para as questões de seu tempo e história.



O trabalho docente, na sua especificidade, possui uma identidade própria, fruto das relações tecidas num contexto histórico e da trajetória que constrói nos espaços de ensino. Sendo um trabalho docente é importante levar em consideração cada sujeito deste processo, seus espaços de vida e de trabalho, sua forma de entender as relações humanas e econômicas de produção da existência. Desta maneira, a organização da sociedade para o mercado e, sobretudo a relação vertical dos órgãos oficiais para com a escola e professores têm roubado a criatividade da práxis, minimizando suas tarefas à reprodução de modelos, critérios de qualidade da indústria, adestramento do corpo, mentes e ritmos, desde a academia até as escolas da infância das classes trabalhadoras.

Giroux (1997, p.197) analisa que os “programas de formação de professores são destinados a criar intelectuais que atuem segundo interesses do estado”, justificando assim, alguns currículos e projetos de formação destituídos de importantes conhecimentos para a compreensão da vida e do cotidiano. Soma-se a isso, a forma de lotação nas escolas e a precarização da formação continuada.

Buscando uma formação ampla, vinculada à prática social e à materialidade do campo e das escolas do campo, a UFFS, nas diretrizes para os cursos de licenciatura, propõe um currículo que atenda o seguinte:

I - Articulação do conjunto das atividades curriculares com a formação de professores para atuar na Educação Básica pública no âmbito do ensino, da gestão da educação, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura;

II - Estabelecimento de uma relação com o contexto escolar ao longo de todo o percurso formativo, tendo a escola como instituição co-formadora de professores;

III - Articulação dos saberes teórico-conceituais das áreas com o currículo da instituição escolar;

IV - Fortalecimento da integração entre os cursos de licenciatura e articulação com o contexto escolar;

V - Promoção do desenvolvimento de habilidades práticas para o exercício da docência através da articulação de conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos;

VI - Oportunidade ao estudante para definir uma parcela de sua trajetória formativa através da flexibilidade curricular;

VII - Articulação da formação inicial com a formação continuada, incluindo as relações entre os cursos de graduação e de pós-graduação;

VIII - Articulação das atividades na modalidade a distância com os programas de pesquisa e extensão definidos no projeto pedagógico do curso;

IX - Atenção às especificidades locais e dos cursos (tais como regime de alternância, educação do campo, educação indígena, educação de jovens e adultos, educação quilombola, oferta de componentes fora do período letivo regular, atuação em outros espaços educativos escolares e não escolares), em consonância com o perfil de formação das licenciaturas e com o projeto institucional;



X - Articulação entre os domínios curriculares, abarcando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura.

Nesse sentido, a concepção de ciência e conhecimento no curso se vincula a uma dimensão prático-social, articulada à natureza histórica e à luta dos trabalhadores por escola e pelo direito à educação no lugar onde vivem, com uma formação humana *omni-lateral* e classista, dialogando com as áreas da geografia, história, sociologia, filosofia.

5.3. Referenciais didáticos pedagógicos

Os referenciais didático-pedagógicos na formação de professores do curso Educação do Campo partem da concepção de docência como atividade profissional intencional e das ciências sociais e humanas (Filosofia, Sociologia, Geografia e História), os referenciais metódica, baseada nos conhecimentos historicamente produzidos pelo conjunto da humanidade. Composta por uma multiplicidade de saberes teóricos práticos (considerando a articulação entre teoria e prática e a interação com os espaços educacionais enquanto possíveis campos de pesquisa e extensão), conceituais e pedagógico didático-pedagógicos do curso visam a atividade interdisciplinar e articuladora do saber formativo necessário para a atuação profissional nas distintas etapas e modalidades do ensino da educação, direcionada para a Educação Básica pública.

Retomar aqui Considera-se a indissociabilidade entre teoria e prática nos referenciais didático-pedagógicos do curso, compreendendo a prática como momento integrado à formação teórica. Como componente curricular, a prática em Educação do Campo está focada na formação para a prática da docência, tendo sua aplicação mais direta nos componentes de Estágio Curricular I e Estágio curricular supervisionado II, III, IV e V, onde se articulam as categorias conceituais das ciências sociais e humanas com o currículo escolar da Educação Básica pública, tanto no ensino quanto na gestão e coordenação pedagógica. Através do Estágio Curricular Supervisionado (420 horas) e da Prática como Componente Curricular (400 horas) espera-se que o acadêmico de Educação do Campo desenvolva habilidades práticas para o exercício da docência na Educação Básica, onde se articulam conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos.

Levando em consideração a especificidade do curso em regime de alternância e a amplitude de referenciais didático-pedagógicos da área de formação em Ciências Sociais e Humanas, os estágios do Curso de Educação do Campo podem ocorrer em outros espaços educativos além da Educação Básica pública. Para além dos espaços educativos



escolares, os componentes de estágio curricular supervisionado preveem, em momentos específicos, a prática da docência em espaços não escolares, neles incluídos associações de moradores e espaços educativos dos movimentos sociais do campo, das terras indígenas e dos movimentos quilombolas nos quais os acadêmicos estão articulados.

A formação integral do acadêmico de Educação do Campo em Ciências Sociais e Humanas considera a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão. Dessa forma, a formação acadêmica no curso também prevê a construção e difusão do conhecimento, compreendendo-o como práxis social atrelada à transformação dos processos sociais. O conhecimento sistematizado no curso de Educação do Campo, através da pesquisa e da extensão, permite a articulação dos diferentes sujeitos da comunidade acadêmica e escolar. Dessa forma, a concepção do espaço-tempo formativo no curso é dinâmica e dialógica, priorizando estratégias de ensino e metodologias que tragam a relação do objeto de estudo com a prática social dos sujeitos em suas experiências e dimensões culturais e de trabalho. Essas relações estão articuladas às atividades realizadas tanto em Tempo Universidade quanto em Tempo Comunidade, onde o objeto de cada componente curricular pode ser indagado, compreendido e problematizado de acordo com a realidade social e cultural do acadêmico.

O planejamento das ações didático-pedagógicas ocorre no Colegiado do curso, envolvendo representantes da comunidade acadêmica e da comunidade regional. Na organização colegiada são discutidas e definidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que serão desenvolvidas no curso, assim como as atividades práticas de estágio, e da Prática como Componente Curricular (PCCr), onde a articulação entre a Universidade, a escola e a comunidade se estabelecem. Do planejamento e avaliação das ações no Colegiado do curso se estabelecem estratégias de qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, os quais orientam os referenciais didático-metodológicos a serem utilizados.

Reafirmando o compromisso com a democratização do conhecimento e melhoria da qualidade do ensino da Educação Básica pública estabelecidos nos princípios institucionais da UFFS, os referenciais didático-pedagógicos do curso atendem às políticas de inclusão diretamente vinculadas às articulações pedagógicas no âmbito do *campus*, vinculados à Coordenação Acadêmica. Dessa forma, o colegiado mantém diálogo permanente com os fóruns dos domínios curriculares e das coordenações de estágio e TCC, assim como com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e com os setores e comissões



específicos da Universidade e do próprio curso (SAE, Acessibilidade, PIN, Pró-Haiti, Processo Seletivo Especial).

Assim sendo, os referenciais didático-pedagógicos na formação de professores do curso Educação do Campo orientam-se pelo constante na Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE.

5.4. Referenciais legais e institucionais

No que se refere à relação entre Educação do Campo e Políticas Públicas, e considerando que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 1º, que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de direito, ainda assim os sujeitos do campo têm encontrado dificuldades de efetivar as garantias expressas na Constituição, principalmente referente ao Direito à Educação, determinados no artigo 205 e seguintes da Lei Maior.

Tais sujeitos são excluídos do processo formal de educação, enquanto acesso/oferta, permanência e conclusão e também, enquanto concepção/contextualização. Esses são aspectos fortemente questionados pela Educação do Campo. Nesse sentido, cabe avançar nas discussões da implantação das Políticas Públicas e nos Marcos Legais do Estado Brasileiro, desafio que foi, e é, condição essencial para a garantia e efetividade desses direitos.

A partir dos marcos legais a Constituição Federal de 1988, nossa Lei Maior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394/1996), o Parecer 36/2001, e a Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE), podemos identificar que as demandas dos Movimentos Sociais do Campo foram contempladas, inclusive possibilitando a ampliação das experiências, assim como o aperfeiçoamento delas, mas ainda falta muito para sua efetivação.

Com base nestes termos, e sempre pensando em uma Educação do Campo contextualizada, que busca realizar um processo que parte da realidade concreta, tais marcos legais são essenciais, afinal no que pese a moderada efetivação, eles contemplam as ações de sujeitos de direito no campo. Por este motivo não podem ser negligenciados, mas sim invocadas em favor destes sujeitos.

Em última instância, o que se busca é garantir que se efetivem os direitos educacionais dos trabalhadores no campo, respeitando o seu protagonismo.

Os conceitos descritos na Constituição Federal de 1988 e na LDB (Lei nº.



9.394/96) passam pelo sentido dado e materializado na luta por justiça social, por uma educação contextualizada nas/das bases sociais, dentro de um país que tem nos seus fundamentos constitucionais a Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, inciso III CF/1988);

Assim, apresentou-se com muito vigor a demanda e a necessidade de formação de novos educadores/as, intelectuais que tenham/acolham esse olhar para a Educação do Campo. Porém, sabe-se que apesar dos dispositivos constitucionais e legislativos respaldarem a Educação no Campo como legítima, ainda existem conflitos a partir da tradição incorporada pelo sistema de ensino e a prática social dos sujeitos coletivos.

Nesse sentido, Marlene Ribeiro e Antônio (2007, p.7), afirmam o entendimento de que:

A realidade na qual se materializa a relação entre o Estado, como responsável pela oferta de educação pública enquanto direito universal, e os movimentos sociais populares do campo e organizações apoiadoras, enquanto propositores de uma educação voltada às necessidades dos trabalhadores do campo, como vimos até aqui, mostra a existência de contradições. De um lado, aqueles movimentos sociais conquistam leis e programas de seu interesse; de outro, tais leis e programas não dão conta das necessidades dos camponeses e, mesmo no que regulam, encontram como barreira a concessão ou a liberação dos recursos para que as ações sejam implementadas.

Mesmo tendo ciência das contradições que permeiam a existência das leis e a sua efetividade, a Educação do Campo encontra seu arcabouço legislativo na Constituição Federal de 1988 e na sequência de leis, Decretos, Resoluções a seguir mencionados, desde que esses não contrariem a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), visto que pelo *Princípio da Hierarquia das Normas* primeiro cumpre-se a Constituição Federal de 1988 e depois se cumpre as leis que com ela não estiverem em conflito.

No âmbito da legislação, os principais referenciais legais que orientaram a estruturação do presente Projeto Pedagógico de Curso foram:

5.4.1 Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril



de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigen-tes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimen-to de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disci-plinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Ét-nico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribui-ções acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógi-ços de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Su-perior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante



Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com validade até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

5.4.2 Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.



Resolução nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 004/2014 – CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 004/2015 – CONSUNI – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.



Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

5.4.3 Específicas das licenciaturas:

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Parecer CNE/CP 2/2015 – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica

Resolução CNE/CP 2/2015 – define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Resolução 2/2017 – UFFS – aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, indicando princípios e diretrizes que orientem o currículo das licenciaturas da UFFS.

5.4.4 Específicas do curso de Licenciatura em Educação do Campo:

Parecer 36/CEB2001 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo

Resolução CNE/CEB Nº 1/2002 – Diretrizes operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo.

Resolução CNE/CEB Nº 2/2008: Estabelece diretrizes complementares, normas e prin-



cípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Decreto Presidencial N° 7352 DE 04 de novembro de 2010, publicado no DOU no dia 05 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Diretrizes Curriculares da Educação do Campo de 2006, SEED – PR.



6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1. Objetivo Geral

Formar profissionais licenciados para o exercício da Educação do Campo, aptos a atuarem no ensino das ciências sociais e humanas, capazes de promover a interdisciplinaridade entre as áreas específicas do curso: Geografia, Filosofia, História e Sociologia, bem como atuação na gestão educacional, na coordenação pedagógica e na produção e difusão do conhecimento.

6.2. Objetivos específicos

- a) Formar profissionais da educação comprometidos com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico dos povos do campo e da região de abrangência da UFFS;
- b) Propiciar a qualificação docente para atuar prioritariamente em escolas do campo nas áreas de formação proporcionadas pelo curso;
- c) Qualificar profissionais da educação capacitados para promover a gestão de processos educativos escolares e não escolares no/do campo, bem como capazes de iniciativas que promovam e qualifiquem o processo educacional do campo;
- d) Instituir um processo formativo em que o compromisso essencial seja com a educação pública, gratuita e de qualidade, atento aos problemas estruturais que afetam a escola na atualidade e capazes de promover formas de organização escolar e ação docentes eficazes em face desses desafios;
- e) Formar profissionais atentos às questões educacionais oriundas do campo, seu movimento, seus projetos educativos e suas inovações educacionais, buscando apoiar e qualificar estas demandas;
- f) Ser espaço propício ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na área da Educação do Campo;
- g) Adequar-se aos desafios da formação profissional demandada pela realidade do campo, tanto no que se refere à organização do curso (por exemplo, com a oferta da modalidade em alternância), quanto aos desafios teórico, metodológicos e pedagógicos;
- h) Promover a relação entre o ensino das ciências humanas e sociais e o contexto (físico, geográfico, cultural e econômico) do campo brasileiro, especificamente suas



configurações na região Sul do país;

- i) Formar para a problematização e intervenção no campo, com base nos princípios e técnicas agroecológicas, visando a sustentabilidade;
- j) Promover a interdisciplinaridade entre as áreas específicas do curso (Geografia, Filosofia, História e Sociologia), preservando suas identidades;
- l) Fortalecer o debate e a implementação do Centro de Educação do Campo (CE-Campo) na UFFS/*Campus Laranjeiras do Sul*.



7. PERFIL DO EGRESO

O licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Sociais e Humanas deverá ser capaz de compreender criticamente a sociedade na qual vive, possibilitando buscar alternativas para transformá-la, bem como ter competência para relacionar, de maneira adequada, a teoria à prática. Ou seja, deverá desenvolver a habilidade de relacionar os estudos teóricos com a reflexão sobre aspectos da realidade social que vivência.

Depois de formado, o profissional poderá atuar na docência nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, ministrando conteúdo das disciplinas de História, Geografia, Socio- logia e Filosofia nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio atuando prioritariamente nas escolas do campo. Portanto, o curso formará professores com condições de promover o trabalho pedagógico interdisciplinar, sem desconsiderar as especificidades de cada disciplina das Ciências Sociais e Humanas.

A inserção profissional do licenciado em Educação do Campo - Ciências Humanas e Sociais é diversa, pois, além de ser qualificado para atuar no magistério na educação formal (ensinos fundamental e médio) e na gestão, estará também apto a exercer funções nas áreas de assessoria, formação e planejamento em entidades públicas, movimentos sociais, partidos políticos e ONGs, bem como continuar sua formação em pós- graduação.

Espera-se que o egresso do curso de graduação em Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais- Licenciatura seja mais do que um profissional formado para o magistério, mas também um profissional que se torne um intelectual crítico e pró-ativo, apto a questionar e a intervir sobre a realidade sociopolítica do campo.



8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Educação do Campo na área das Ciências Sociais e Humanas - licenciatura, ofertou 360 vagas no período de 2013 a 2017, por meio de uma seleção específica, conforme previa o Edital de seleção 02-2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012, PRONACAMPO, sendo duas entradas anuais de 60 vagas cada.

A partir de 2018 o curso estabeleceu novas regras visando a manutenção da oferta no *campus* de Laranjeiras do Sul, conforme Resolução n. 5/2018/CONSUNI/UFFS. O curso terá oferta regular anual de 40 (quarenta) vagas, em regime de alternância e com Processo Seletivo Especial.

As turmas serão organizadas de forma específica, a partir de demandas identificadas pela Instituição e/ou pelas parcerias constituídas, de modo a favorecer uma formação identitária e a gestão coletiva do processo pedagógico. Esta forma de organização curricular deverá intencionalizar atividades e processos que garantam/exijam sistematicamente a relação prática-teoria-prática, vivenciada no próprio ambiente social e cultural de origem dos estudantes.

A carga horária total do curso será de 3.450 horas distribuídas em 9 fases, sendo prevista uma fase a cada semestre integralizando quatro anos e meio de curso. Esta carga horária será distribuída nos dois tempos: Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). São 2.490 horas no Tempo Universidade e 735 horas no Tempo Comunidade, sendo destas, 420 horas de estágio. Ainda integram a matriz curricular mais 210 horas de Atividades Curriculares Complementares (participação em seminários, congressos, oficinas e outros).

Os componentes curriculares que possuem Tempo Comunidade estão descritos na tabela a seguir:



Fase	Componente curricular	CR	Tempo Uni-versidade (TU)	Tempo Comunidade (TC)	Total
1 ^a	Meio ambiente, economia e sociedade	4	45	15	60
1 ^a	Matrizes formativas e práticas na educação do campo	4	30	30	60
1 ^a	Estatística básica	4	45	15	60
1 ^a	Informática básica	4	45	15	60
1 ^a	Seminário Integrador I	2	25	05	30
2 ^a	Iniciação à prática científica	4	45	15	60
2 ^a	Organização do trabalho pedagógico	3	30	15	45
2 ^a	Educação do campo e educação popular	4	30	30	60
2 ^a	Direitos e cidadania	4	50	10	60
2 ^a	Seminário Integrador II	2	25	05	30
3 ^a	Filosofia I	4	45	15	60
3 ^a	Geografia I	4	45	15	60
3 ^a	História I	4	45	15	60
3 ^a	Sociologia I	4	45	15	60
3 ^a	Introdução ao pensamento social	4	50	10	60
3 ^a	Seminário integrador III	2	25	5	30
4 ^a	Filosofia II	4	45	15	60
4 ^a	Geografia II	4	45	15	60
4 ^a	História II	4	45	15	60
4 ^a	Sociologia II	4	45	15	60
5 ^a	Filosofia III	4	45	15	60
5 ^a	Geografia III	4	45	15	60
5 ^a	História III	4	45	15	60
5 ^a	Sociologia III	4	45	15	60
5 ^a	Língua brasileira de sinais (Libras)	4	45	15	60
5 ^a	Metodologias e técnicas de pesquisa	2	25	5	30
5 ^a	Estágio curricular supervisionado II	5	45	30	75
5 ^a	Metodologia de ensino interdisciplinar nas ciências sociais e humanas	3	30	15	45
6 ^a	Filosofia IV	4	45	15	60
6 ^a	Geografia IV	4	45	15	60
6 ^a	História IV	4	45	15	60
6 ^a	Sociologia IV	4	45	15	60
6 ^a	Estágio curricular supervisionado III	6	45	45	90
6 ^a	Optativa I	4	45	15	60
7 ^a	Filosofia V	4	45	15	60
7 ^a	Geografia V	4	45	15	60
7 ^a	História V	4	45	15	60
7 ^a	Sociologia V	4	45	15	60
7 ^a	Estágio curricular supervisionado IV	6	45	45	90
7 ^a	Optativa II	4	45	15	60
8 ^a	Agroecologia e cooperação na escola	2	20	10	30
8 ^a	Optativa III	4	45	15	60
8 ^a	Estágio curricular supervisionado V	6	45	45	90
8 ^a	Antropologia indígena	3	25	5	30
8 ^a	Optativa IV	4	45	15	60

Tabela 1: componentes curriculares que possuem Tempo Comunidade



8.1. Concepção de currículo

O currículo, na Educação do Campo, compreende-se como um instrumento de práxis, com função socializadora e cultural, propiciando a formação de modo crítica e emancipatória dos sujeitos envolvidos. Nesse viés, o currículo está envolto na complexidade das relações sociais, econômicas e das teorias pedagógicas que sustentam a sua organização e dinâmica social.

De igual forma, expressa relações de poder, produz significados e não é neutro. Insere-se num lugar, espaço e território, moldando, muitas vezes, valores, condutas e culturas. Propõe-se, entretanto, a ir além das proposições elencadas pelas teorias tradicionais e eurocêntricas, já que é a prática que determina o real significado do currículo. Por intermédio da prática social e cultural, o currículo também assume papel de protagonista na constituição de sujeitos de direitos.

Uma das intencionalidades específicas do currículo da Educação do Campo é a de potencializar intelectuais capazes de interpelar a realidade, ao mesmo tempo em que, criam-se mecanismos de mudança e de transformação social. A educação, nesse contexto é concebida como prática das transformações sociais, pois torna visível vozes reivindicatórias dos/as trabalhadores/as do campo. Ampara-se numa teoria pedagógica humanizadora, com visão crítica e de questionamento à ordem vigente.

O conhecimento é compreendido como um todo, ou seja, não está fragmentado. Encontra-se em constante construção e reconstrução, de modo que ensino, pesquisa e extensão se entrelaçam, num movimento contínuo de prática - teoria - prática.

O currículo, por conseguinte, denota uma construção coletiva de educação popular dos docentes e educandos/as do campo. Afirma-se que a Educação do Campo tem saberes e identidades amparadas em princípios democráticos, de garantia de direitos sociais e culturais, de igualdade e de justiça. Nesse sentido, encontra-se em consonância com o Artigo 5º e seus incisos e o Artigo 13 e seus incisos da Resolução Nº 2/2017 - CONSUNI/CGAE.

8.2. A docência na educação básica pública como foco da organização curricular

O exercício da docência na educação básica pública é imerso por vários desafios que nos levam constantemente ao processo de repensar atitudes e ações no fazer docente. Concomitantemente, torna-se fundamental o entendimento acerca de quem é o sujei-



to professor/a e como este/esta comprehende suas atividades a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.

A pesquisa permite a reflexão e dará elementos para a sustentação da ação docente. É a pesquisa que faz a articulação do conhecimento produzido na universidade com a comunidade. Nessa lógica, pode-se afirmar que o ensino necessita da pesquisa para lhe dar sustentação e abrir horizontes. Já a pesquisa busca na extensão uma forma de aprimorar e testar a sua eficácia, bem como de ampliar e socializar conhecimentos produzidos. Assim, é possível afirmar a importância da indissociabilidade das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão como um movimento de articulação entre os diferentes saberes.

Para avançar nesta perspectiva, entretanto, é fundamental modificar a metodologia criada até então de transmissão de conhecimentos. O/a professor/a passa, agora, a ter um desafio maior: o de construir coletivamente o conhecimento.

Desta forma, ao refletirmos acerca do processo formativo do sujeito professor/a nos deparamos seguidamente com uma hipótese que afirma que esta formação acontece ao longo da vida, tendo seu início efetivado em um tempo que antecede ao da própria universidade, perpassando pelas diversas experiências pessoais e profissionais, inclusive a docente.

Considerando esta visão, a formação profissional do/da docente é encarada como um processo interativo, dinâmico e permanente, ou seja, o ser humano se reconstrói a cada tempo, fazendo com que nunca esteja pronto. A prática docente, portanto, vai se moldando a partir das experiências acumuladas nas mais diversas situações experimentadas pelo indivíduo e considerando também a sua capacidade de utilizar as teorias estudadas na reflexão da realidade vivenciada. A centralidade da docência na organização dos processos formativos, contempla as diferentes dimensões de modo que suas ações e atitudes convirjam para uma educação emancipatória.

A organização docente tem como ponto principal e referencial a formação de educadores/educadoras para atuar na educação pública do campo, pautados pela ética profissional, no reconhecimento da diversidade, no conhecimento crítico da realidade, na educação e nos direitos humanos para todos/as.

Desse modo, efetua-se a prática educativa como atividade interdisciplinar, com amplitude de saberes conceituais das áreas, do currículo escolar, do fazer pedagógico,



das experiências docentes acumuladas e dos saberes dos/das educandos/as, qualificando-os/as para a gestão educacional, a coordenação pedagógica e para os processos de produção e difusão do conhecimento.

A preparação para a docência na educação pública visa o empoderamento dos/das educandos/as tendo por princípio fundamental o respeito à dignidade humana, prevista na Carta Constitucional de 1988. Tudo isso, tendo como horizonte a democratização do conhecimento e da sociedade, mediante o aprimoramento da educação básica pública.

Assim sendo, a docência na educação básica pública orienta-se pelo emanado na Resolução nº. 2/2017 - CONSUNI/CGAE, nos artigos 2º inciso IV, artigos 4º, 10, 12, 13 inciso I.

8.3. As articulações do currículo com a Educação Básica

A formação de professores para atuar na educação básica do campo é a finalidade do curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura. Sendo assim, pensar o currículo deste curso pressupõe compreender como está estruturada a educação básica tanto na organização curricular quanto na organização pedagógica.

A I Conferência das Licenciaturas da UFFS, realizada em 2016, apontou diversas lacunas nesta relação, dentre elas cabe destacar: o choque entre a concepção interdisciplinar e a organização disciplinar das escolas de educação básica; a carência de pesquisa e extensão que vincule o ensino superior à educação básica; a distância entre os conteúdos trabalhados nos componentes curriculares e os que deverão ser trabalhados na educação básica, especialmente nos estágios. Diante disso, cabe então pensar sobre como sanar tais lacunas, ou ao menos minimizar, dentro das possibilidades concretas do curso.

Na mesma conferência, também foram discutidas e apresentadas proposições que poderão contribuir para se avançar na consolidação da articulação do currículo do curso com a educação básica. Destacamos como prioridade para o curso algumas ações, tais como: incentivar que as pesquisas dos Trabalhos de Conclusão de Curso também abordem temas relacionados à educação básica do campo; fortalecer projetos de extensão para a formação continuada de professores da educação básica; realizar atividades envolvendo estudantes universitários e a comunidade escolar.

Na escola de nível fundamental e médio, fase em que atuarão os egressos deste curso, os estudantes precisam ter noções básicas das diversas ciências, tanto para com-



preender o mundo físico e social que o cerca e poder ir se posicionando conscientemente no mesmo, tanto para dar continuidade aos estudos, aprofundando o conhecimento no ensino superior. O compromisso com o conhecimento nas áreas em que atuarão os profissionais formados pelo curso coloca-se então como prioridade, cabendo um peso maior, em quantidade de aulas nas disciplinas de filosofia, sociologia, história e geografia. Contudo, é preciso também a oferta de componentes curriculares que garantam a compreensão dos meios pelos quais se mediará o processo de ensino e aprendizagem, tais como: as disciplinas de didática; psicologia da aprendizagem; metodologia das ciências sociais e humanas; história e filosofia da educação.

O debate sobre a questão agrária brasileira deve permear as ações no curso, primeiro por se tratar de um curso de licenciatura em Educação do Campo e, principalmente, pela compreensão científica do problema agrário no Brasil e de como esta questão impede o desenvolvimento das demais questões sociais, inclusive a questão educacional. A garantia deste debate, com disciplinas que permitam aos estudantes pensar, debater e compreender a questão agrária, sem dúvida é fundamental para a atuação destes profissionais nas escolas de educação básica.

A atuação dos estudantes do curso em suas comunidades e escolas deve iniciar desde o primeiro ano do curso, antes mesmo dos estágios. Os projetos de pesquisa e extensão dos professores do curso poderão servir para aproximar os estudantes à realidade teórica e prática da educação básica. Vincular ensino, pesquisa e extensão, portanto, é um dos princípios do curso, pois isto proporcionará aos estudantes a prática em seu campo de trabalho não apenas a partir da docência, mas já na observação e compreensão das escolas do campo, considerando sua relação com a totalidade.

Considerando a centralidade do estágio supervisionado no curso, a preparação teórica no tempo que antecede os estágios supervisionados é definidora na atuação destes profissionais, seja no aprofundamento teórico dos conteúdos científicos, seja na compreensão filosófica, sociológica e psicológica das teorias do desenvolvimento humano e da aprendizagem.

O currículo foi, por muito tempo, entendido como o programa de disciplinas e a relação dos conteúdos destas disciplinas. No entanto, há na atualidade uma concepção bem mais abrangente de currículo, segundo a qual este é “o conjunto das atividades (incluindo o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a um



determinado fim” (SAVIANI, 2000, p. 66). Assim, concebendo o currículo do curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, ciente de sua finalidade, corrobora as necessidades elencadas acima, vinculando o ensino a pesquisa e a extensão, aos objetivos do curso.

Segundo Saviani (2000, p. 66), “assim como o método procura responder à pergunta: como se deve fazer para atingir determinado objetivo, o currículo procura responder à pergunta: o que se deve fazer para se atingir determinado objetivo”. Se o perfil almejado do egresso do curso é que este tenha uma sólida formação científica, competência didático-pedagógica e compromisso político, na perspectiva da transformação social, então é uma necessidade pensar e agir, desde o início do curso sobre os problemas, os desafios, os limites e as possibilidades da atuação do futuro profissional na Educação Básica, atuando no currículo, nos processos de gestão, mediante as atividades de PCCr, de estágio e de TCC, além de atividades de pesquisa e extensão, tendo por embasamento a BNCC.

8.4. Articulações com as outras licenciaturas

O Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura tem como objetivo a articulação entre pesquisa, ensino e extensão. A articulação, destes pilares com as licenciaturas do *Campus*, especialmente com o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura, será realizada em programas e projetos de pesquisa e extensão como na Semana Integrada das Licenciaturas.

Respeitando a política institucional de oferta no Domínio Conexo e Domínio Comum, busca-se uma articulação e fortalecimento da integração dos cursos de licenciatura do *Campus* de Laranjeiras do Sul, vinculando sempre a teoria com a prática pedagógica.

Os componentes curriculares do Domínio Conexo entre as licenciaturas conectam os cursos de licenciatura do *Campus* de Laranjeiras e da instituição. Essa proposta compreenderá o Domínio Conexo a partir dos eixos formativos: Fundamentos da Educação; políticas, financiamento e a gestão da educação; diversidade e inclusão, Didáticas e metodologias de ensino; Estudos e pesquisa em Educação, Práticas de ensino e os estágios. Com isso, se aponta um domínio conexo entre as licenciaturas da instituição com uma parte comum e outra diversificada.



Componentes Curriculares como: Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem; Fundamentos da Educação, Didática Geral; Política Educacional e legislação do ensino no Brasil, Língua Brasileira de Sinais, Educação Inclusiva e Estágio Curricular I têm como função a compreensão e a interação com a instituição escolar, processos de gestão e coordenação da educação, aspectos pedagógicos, entre outros definidos no artigo 16 e 17 da Resolução nº 2/2017. Especialmente os Componentes Curriculares de Estágio serão espaços privilegiados para a discussão de problemáticas da escola como retenção e evasão. Sendo prioritariamente relevantes para a articulação entre Educação Básica e Ensino Superior.

Como uma forma de integrar propostas, projetos e programas o NDE (Núcleo Docente Estruturante) do Curso Educação do Campo: Sociais e Humanas funcionará de forma integrada aos demais NDEs, especialmente ao NDE do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, bem como os outros cursos de Licenciatura da instituição.

O Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas por meio de seus acadêmicos e docentes participará das atividades do Fórum das Licenciaturas, promovendo debates e grupos de estudos tanto do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas como dos demais cursos de Licenciatura do *Campus*.

8.5. Articulação entre teoria e prática nos processos formativos

Em seu art. 26 a Resolução nº 2/CONSUNI CGAE/UFFS/2017 que rege a política institucional da UFFS para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica assevera que “a indissociabilidade entre teoria e prática orientará toda organização e desenvolvimento curricular dos cursos de licenciatura, de forma que as dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas estejam integradas no ato educativo”. A referida resolução acrescenta ainda que:

Art. 27. Em consonância com Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 – que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, fica estabelecida, para fins de organização da prática no âmbito dos cursos de licenciatura, a diferenciação entre a prática, a prática como componente curricular e estágios supervisionados como segue:

I - A prática compreendida como momento complementar à formação teórica, em que são desenvolvidas atividades voltadas para a formação de habilidades específicas. No âmbito da UFFS (Regulamento de Graduação), tais práticas são definidas curricularmente como aquelas em que os estudantes, sob orien-



tação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal;

II - A prática como componente curricular, focada na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades docentes, com carga horária específica prevista para este fim (400 horas).

III - Os estágios curriculares, que objetivam promover a inserção profissional, em que são mobilizados diferentes conhecimentos para conceber, desenvolver e avaliar os processos de ensino e aprendizagem, em conformidade com o previsto na legislação, igualmente com carga horária específica destinada a este fim (400 horas).

A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, por sua vez, em seu capítulo V, parágrafo 1º, pontua que os cursos terão, no mínimo, 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 semestres ou 4 anos. Essa carga horária será assim distribuída:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

O parágrafo terceiro acrescenta que “§ 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência”.

Deste modo, a organização curricular do curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura têm a articulação entre a teoria e a prática enquanto um dos elementos orientadores do processo formativo proposto. Para tanto, em acordo com a política institucional da UFFS e com as Diretrizes Nacionais, a prática em sua articulação com a teoria constitui-se como fundamento da formação pretendida e será ef-



tivada por meio de atividades orientadas na conexão entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. Assim, nos períodos de Tempo Universidade serão desenvolvidas aulas práticas considerando as especificidades dos componentes curriculares e as necessidades formativas expressas nos Planos de Ensino. Do mesmo modo, a carga horária referente a Prática como Componente Curricular (PCCr) será realizada nos períodos de Tempo Comunidade e Tempo Universidade. Para tanto, será considerada a distribuição da carga horária entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, a disposição do Domínio Conexo e do Domínio Específico, bem como, os eixos formativos que sustentam a matriz curricular do curso: I) Sociedade, Estado e Movimentos Sociais; II) Escola e Educação do Campo; III) Sujeitos, Cultura e Identidade; IV) Pesquisa, Etnociência e Saberes; V) Organização do Trabalho Pedagógico.

8.5.1. As aulas práticas

O curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, para concretização dos componentes curriculares constituintes de sua matriz curricular, tem por elemento basilar a realização de aulas presenciais nos períodos de Tempo Universidade e atividades teórico-práticas nos períodos de tempo Comunidade.

Em consonância com o artigo 27, inciso I da Resolução nº 2/CONSUNI CGAE/UFFS/2017, já apresentado anteriormente e de acordo com a Resolução n. 04/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014 (alterada pela Resolução nº 7/CONSUNI CGAE/UFFS/2016) que aprova o Regulamento da Graduação na UFFS, em seu artigo 14, compreende-se por aula presencial:

[...] encontro presencial semanal regular distribuído, preferencialmente, ao longo do semestre letivo, no qual o docente e a turma de estudantes matriculados no CCR desenvolvem conjuntamente os temas previstos na ementa. As aulas presenciais podem ser:

- a) Aulas Teóricas – aquelas em que o docente e a turma de estudantes desenvolvem conteúdos teóricos relativos aos temas da ementa;
- b) Aulas Práticas – aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal.

Deste modo, os componentes curriculares em cada período de Tempo Universidade, constituídos exclusivamente por aulas presenciais, em acordo com os objetivos do componente curricular, as necessidades formativas e o delineamento proposto nos res-



pectivos Planos de Ensino.

8.5.2. A prática como componente curricular (PPCr)

No curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura a prática como componente curricular constitui-se a partir de ações pedagógicas intencionalizadas para a promoção do aprendizado por meio de atividades que estimulem a reflexão e o exercício acadêmico -profissional. Considera-se o desenvolvimento de habilidades e competências numa perspectiva indissociável do ensino, da investigação científico-pedagógica e da formação profissional pautada na construção do conhecimento coletivo perante às situações inerentes a profissão docente.

A prática como componente curricular do curso-apresenta-se articulada à carga horária teórica e considera a vivência, a contextualização, análise e inserção na prática acadêmico-profissional. Tal entendimento fica expresso no parágrafo 6º, do mesmo capítulo I, artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais que aponta dentre os elementos a serem contemplados na formação inicial e continuada, uma “[...] sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;” e “[...] a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;” (Resolução CNE/CP 02/ 2015).

Assim, conforme determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais e, como expresso anteriormente, as atividades práticas deverão integrar os componentes curriculares desde o início do curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, compondo 400 horas da integralização do currículo. A prática como componente curricular será efetivada nos períodos de Tempo Comunidade, conforme a carga horária atribuída a cada componente curricular do curso.

Os componentes curriculares, conforme a matriz do curso, constituem-se da seguinte carga horária de Prática como Componente Curricular, expressa nos períodos de Tempo Universidade e de Tempo Comunidade:



Eixos temáticos (contemplar as dimensões da atuação profissional)	Componente(s) articulador(s)	Fase(s) do curso	Forma de interação com a Educação Básica (natureza da atividade)	Carga Horária
Sociedade, Estado e Movimentos Sociais	Geografia I	3 ^a	<ul style="list-style-type: none">- Analisar os livros didáticos presentes nas escolas da educação básica;- Observar a abordagem escolar sobre o tema sociedade e natureza;- Discutir o papel do Estado na produção do espaço escolar;- Analisar as desigualdades sociais presentes na comunidade e na escola do campo;- Identificar as territorialidades rurais e os conflitos presentes no campo brasileiro.	15
	História I	3 ^a		15
	Sociologia I	3 ^a		15
	Geografia II	4 ^a		15
	História II	4 ^a		15
	Sociologia II	4 ^a		15
	Geografia III	5 ^a		15
	História III	5 ^a		15
	Sociologia III	5 ^a		15
	Geografia IV	6 ^a		15
	História IV	6 ^a		15
	Sociologia IV	6 ^a		15
	Geografia V	7 ^a		15
	História V	7 ^a		15
	Sociologia V	7 ^a		15
Escola e Educação do Campo	Matrizes formativas e práticas na educação do campo;	1 ^a	<ul style="list-style-type: none">- Pesquisa da realidade das comunidades e das escolas em diálogo com os autores trabalhados nos CCRs;- Análise das metodologias de ensino na educação básica;- Observação dos elementos da educação popular presentes nas práticas das escolas do campo.	15
	Metodologia de Ensino Interdisciplinar nas Ciências Sociais e Humanas	5 ^a		15
	Educação do Campo e Educação Popular	2 ^a		15
Sujeitos, Cultura e Identidade	Agroecologia e Cooperação na Escola	8 ^a	<ul style="list-style-type: none">- Observação das experiências cooperativas nas comunidades;- Identificação e registro de práticas agropecuárias relacionadas com os princípios da agroecolo-	15
	Antropologia Indígena	8 ^a		15



Eixos temáticos (contemplar as dimensões da atuação profissional)	Componente(s) articulador(s)	Fase(s) do curso	Forma de interação com a Educação Básica (natureza da atividade)	Carga Horária
			gia; - Sistematização de conhecimentos dos povos tradicionais.	
Pesquisa, Etnociência e Saberes	Filosofia I	3 ^a	- Analisar os livros didáticos presentes nas escolas da educação básica;	15
	Filosofia II	4 ^a		15
	Filosofia III	5 ^a		15
	Filosofia IV	6 ^a		15
	Filosofia V	7 ^a	- Observar a abordagem escolar sobre o tema sociedade, natureza e conhecimento; - Identificar os saberes dos povos tradicionais na sua relação com a produção do conhecimento.	15
Organização do Trabalho Pedagógico	Organização do trabalho pedagógico	1 ^a	- Analisar o Projeto Político Pedagógico da escola;	15
	Seminário Integrador I	1 ^a		5
	Seminário Integrador II	2 ^a	- Identificar as ações de interação entre escola e comunidade.	5

Tabela 2: Períodos de Tempo Universidade e de Tempo Comunidade.

A prática como componente curricular no curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura caracteriza-se por ações de investigação, reflexão, preparação e aproximação gradual com o exercício profissional, por meio de atividades elaboradas pelo docente responsável pelos componentes curriculares. O Tempo Universidade e o Tempo Comunidade se caracterizam por serem os espaços e o tempo de efetivação da prática como componente curricular, portanto deve oferecer formas de entrelaçamentos dos diferentes componentes curriculares, oferecendo aos estudantes instrumentos de observação da realidade onde estão colocados, com a implementação de instrumentos objetivos que, no conjunto, permitam a busca da análise e crítica tão necessá-



rias na formação dos docentes.

O Tempo Comunidade se caracteriza por ser o espaço e o tempo de efetivação da prática

Esse exercício contínuo de imersão orientada nos períodos de Tempo Universidade e Tempo Comunidade terá por base e estará articulado à realização dos períodos de Tempo Universidade. Essa forma de organização dos períodos de estudo e de imersão (Tempo Universidade e Tempo Comunidade) coloca para os docentes universitários a exigência de preparo articulado e períodos de planejamento conjunto como forma de constante avaliação e alimentação do processo que se complementa na aprendizagem dos estudantes. Exigem do docente o seu planejamento, programação e registro.

As ações metodológicas e didáticas são combinadas, observando as necessidades dos componentes curriculares, da turma e os princípios definidos no Projeto Pedagógico do curso. Estas ações pedagógicas como aulas de campo e de reconhecimento, de conhecimento, análise de documentos, entrevistas, observações dirigidas, elaboração de textos, análise e confecção de material didático, participação em oficinas (vivências práticas de procedimentos didático-pedagógicos), experiências de laboratório (vinculadas à compreensão do processo de sistematização ou produção do conhecimento), análise e criação de recursos midiáticos (músicas, filmes, softwares, revistas, entre outros) e construção de relatórios, diário de campo e portfólio (atividades de caráter obrigatório na realização do Tempo Comunidade) são exemplos de atividades que poderão ser integralizadas na prática como componente curricular.

As atividades/ações combinadas entre docentes responsáveis por diferentes componentes curriculares, coordenação da turma/curso são sistematizadas numa orientação geral, encaminhadas aos estudantes e devolvidas em forma de seminários e/ou processos construídos nos próprios componentes curriculares. Nesse aspecto, destaca-se a realização do Seminário Integrador como espaço profícuo de socialização, análise e avaliação das práticas desenvolvidas nos períodos de Tempo Comunidade, tendo em vista a articulação entre os diferentes componentes curriculares e os eixos formativos.

De acordo com a Resolução N.º 2/2017 – CONSUNI/CGAE, define-se a prática como componente curricular como “focada na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades docentes, com carga horária específica prevista para este



fim (400 horas)”. E, quanto a sua organização, prevê a articulação com a Educação Básica, desde o início do curso, a abrangência das dimensões da atuação profissional, uma organização na forma de eixos temáticos e o envolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (Artigos 27 e 28).

A prática como componente curricular é caracterizada por elementos de reflexão, preparação e aproximação gradual dos estudantes com o exercício profissional, por meio de atividades elaboradas pelo docente responsável pela disciplina.

As ações metodológicas e didáticas a serem desenvolvidas no âmbito da PCCr ficam a critério do docente responsável pela disciplina. Estas ações pedagógicas como aulas de campo e de reconhecimento, de conhecimento, análise de documentos, entrevisas, observações dirigidas, elaboração de textos, análise e confecção de material didático (livros, jogos, material concreto), participação em oficinas (vivências práticas) de procedimentos didático-pedagógicos, experiências de laboratório (vinculadas a compreensão do processo de sistematização ou produção do conhecimento), análise e criação de recursos midiáticos (músicas, filmes, softwares, revistas entre outros) são exemplos de práticas que poderão ser integralizadas em Prática como Componente Curricular. Uma vez que a PCCr está alocada no interior do CCR, as atividades práticas devem estar interligadas ao conteúdo a ser desenvolvido em cada CCR, assim como fomentar a formação profissional no sentido de estimular a ação interdisciplinar do discente.

Os instrumentos de avaliação e registro das atividades práticas como componentes curriculares, orientadas para realização nos períodos de Tempo Comunidade, deverão ser propostos pelos professores responsáveis pelos componentes curriculares, estando descritos nos Planos de Ensino e sendo submetidos e aprovados pelo colegiado de curso, ou por comissão definida por este.

8.5.3. Os estágios supervisionados

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura está centrado na articulação entre teoria e prática, ou seja, a práxis é princípio metodológico e a pesquisa a estratégia para captar e entender o exercício da profissão, no contexto da realidade de cada local. A Educação do Campo e o curso de formação em licenciatura têm possibilitado a investigação e a relação entre escola, comunidade e ação docente. Isso, segundo os apontamentos de Pimenta (1994),



coloca o estágio na articulação do curso, entre os componentes e a prática docente. A escola passa a ser o centro de articulação, de formação, de diálogo e construção enquanto futuro docente, acaba sendo um espaço da pesquisa e também para extensão, de formação continuada e de aproximação entre educação básica e ensino superior.

No curso, o estágio está dividido em obrigatório e não obrigatório. Sendo o obrigatório um conjunto de atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho que visa a preparação para as atividades profissionais dos educandos e que contextualize a formação acadêmica através do contato direto com o ambiente de trabalho. E, não obrigatório, podendo ser realizado pelos acadêmicos regularmente matriculados na Universidade Federal da Fronteira Sul, junto às instituições que firmarem convênio com a UFFS. A carga horária a ser cumprida pelo acadêmico na Unidade Concedente de Estágio (UCE) não ultrapassará trinta horas semanais, com distribuição preferencial de seis horas de aulas.

As atividades a serem cumpridas no local de estágio, bem como o desempenho do acadêmico ao realizá-las, estarão sujeitas a avaliações semestrais acompanhadas pelo professor orientador de estágio da instituição de ensino, com parecer prévio do supervisor de rotina do trabalho do estagiário, quanto ao desempenho das funções a ele delegadas.

São componentes do Domínio Conexo das licenciaturas do *Campus* da Universidade Federal Fronteira Sul, em Laranjeiras do Sul (Psicologia da educação e teorias da aprendizagem, Fundamentos da Educação, Política educacional e legislação do ensino no Brasil, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Educação Inclusiva, Didática Geral, e Estágio Curricular I)e os Estágios Supervisionados Curriculares III, IV e V, são específicos deste curso e compreendem processos de docência e intervenção pedagógica em espaços escolares de educação formal e informal.

As atividades que podem compreender como parte da carga horária dos Componentes Curriculares de Estágios do Curso Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura são as seguintes: Estágios de Vivências, e Trabalhos de Campo e outras atividades previstas nos planos de ensino das disciplinas escolares.

O Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) por ser em alternância, possibilita a ligação com a realidade social e institucional do campo. Os acadêmicos realizam parte da carga horária dos Estágios Curriculares Supervisionados



no Tempo Comunidade, propiciando assim, a vivência dos processos educativos de forma alternada, o que permite que ele parta das experiências de formação na família, na comunidade local e nas instituições do município em que vive. Trata-se, de fato, de uma perspectiva de práxis, ao relacionar os saberes produzidos no campo com os conhecimentos científicos. Por isso, a alternância estimula, como elementos fundamentais de formação, o exercício da pesquisa e a articulação entre trabalho e estudo, sendo o estágio a materialização da práxis educativa do Curso.

Objetivos:

- - Aproximar os acadêmicos da realidade do campo e da Educação do Campo, qualificando a interpretação desta realidade complexa e interdisciplinar e a intervenção educacional nela;
- - Capacitar os acadêmicos teórico-metodologicamente para o desenvolvimento de estratégias educativas nas escolas e nas comunidades do campo;
- - Habilitar para o trabalho escolar por área do conhecimento, desafiando para a construção de novas bases de organização do trabalho escolar e pedagógico;
- - Vivenciar as várias etapas da ação docente: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação;
- - Participar de situações concretas no campo profissional, possibilitando a maturidade intelectual e profissional;
- - Planejar ações pedagógicas que desenvolvam a criatividade, a iniciativa e a responsabilidade;
- - Experienciar a construção e a produção científica de conhecimentos acerca da área de conhecimento a qual o curso se destina; ou seja, na Geografia, História, Sociologia e Filosofia;
- - Propor alternativas, no tocante aos conteúdos, aos métodos e à ação pedagógica;
- - Sistematizar o conhecimento a partir do confronto entre a realidade investigada e o referencial teórico proporcionado pelo curso.

Carga horária:



COMPONENTE	FASE	CARGA HORÁRIA TOTAL		CARGA HORÁRIA TEMPO COMUNIDADE
		Créditos	Horas	
Estágio Curricular I	3 ^a	5	75	
Estágio Curricular Supervisionado II	4 ^a	5	75	30h
Estágio Curricular Supervisionado III	5 ^a	6	90	45h
Estágio Curricular Supervisionado IV	6 ^a	6	90	45h
Estágio Curricular Supervisionado V	7 ^a	6	90	45h
TOTAL		28	420	165h

Quadro 2: Estágio Curricular Supervisionado e Carga horária Tempo e Comunidade

Os estágios I, II terão seus créditos atribuídos a um docente indicado no colegiado. Os créditos dos estágios III, IV e V serão atribuídos a três docentes, respeitando sempre a especificidade da atribuição de créditos ao professor - pedagogo e a área de atuação, ou seja, Estágio III – Ensino Fundamental, História e Geografia; Estágio IV – Ensino Médio, Sociologia e Filosofia; Estágio V – Educação de Jovens e Adultos e/ou projetos educativos em educação não formal e informal.

As atividades docentes segundo o art. 2º da Resolução nº 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 compreendem o desenvolvimento das seguintes atividades, conforme previsto no plano de ensino do docente:

I - aulas teórico/práticas presenciais, que consistem em encontros pedagógicos do docente com a turma de estudantes matriculados no CCR incluindo-se os seminários de apresentação e/ou avaliação de estágio;

II - elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação, desenvolvido pelo estudante, sob orientação de um docente da UFFS, incluindo horas de estudo individual para leitura e análise da bibliografia pertinente;

III - atividade de estágio desenvolvida pelo estudante, no campo de estágio, sob supervisão de um profissional da unidade concedente do estágio e orientação de um docente da UFFS.

Campos de estágio:

São considerados campos de estágio para o curso as escolas do campo ligadas às comunidades rurais, conforme dispõe as Diretrizes da Educação do Campo do Estado do Paraná e conforme dispõe o IBGE sobre o espaço rural. Compreende-se ainda como campo de estágio nos níveis fundamental e médio as escolas do perímetro urbano dos pequenos municípios, cujos educandos provém do campo, conforme o Parecer



1.011/2010 do Conselho Estadual da Educação/Câmara de Educação Básica. Entende-se ainda como espaço propício ao estágio as escolas agrícolas e as Escolas Indígenas. Também as comunidades campesinas, organizações educativas formais e informais que não estejam diretamente ligadas a processos escolares.

Avaliação do estágio:

Será realizada pelos professores coordenadores e supervisores do estágio, considerando-se as orientações e a supervisão, e ainda:

- A avaliação realizada pela unidade escolar ou espaço educativo onde o estágio se realiza, conforme orientação do professor do componente curricular, mediante formulário avaliativo encaminhado pela coordenação e a critério da unidade, observando fatores ausentes no formulário e relevantes ao processo educativo;
- Pelo relatório do estágio a ser apresentado pelo acadêmico ao final de cada componente, conforme o foco previsto em cada etapa;
- O Seminário Integrador desenvolvido durante o Tempo Universidade será elemento avaliativo, bem como os demais trabalhos propostos nos planos de ensino dos docentes nos diferentes componentes.

Coletivo de Acompanhamento do Estágio:

Segundo o art. 7º da Resolução nº 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 o acompanhamento docente nas Atividades de Estágio Curricular Obrigatório, consiste em processo de mediação pedagógica, realizado pelo Orientador de Estágios da UFFS, em diálogo com a UCE, e tem como objetivos acompanhar o acadêmico em sua iniciação à prática profissional no campo onde é desenvolvida e garantir o atendimento ao disposto no art. 1º desta Resolução, que se caracteriza por:

I - ser atividade distinta de supervisão de estágio;

II - exigir a presença do docente em efetivo trabalho no local de estágio, conforme especificidades do curso e campo de estágio.

O Coletivo de Acompanhamento de estágio será composto pelo coordenador do estágio, os supervisores das escolas/campos de estágios e docentes dos componentes que atuarão como orientadores.



O Coordenador do estágio é indicado pelo colegiado do Curso, nesta condição passa a ser membro nato do colegiado. Os docentes que atuam nos componentes devem ser indicados pelo colegiado.

O coletivo de acompanhamento terá reuniões sistemáticas ao longo dos semestres, para planejamento e avaliação das atividades dos componentes. O acompanhamento nos campos de estágio é de responsabilidade deste coletivo, sendo este o momento de contato com as escolas e comunidades de origem dos acadêmicos.

Ao professor/orientador responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no campo de estágio, conforme art. 3º, inciso II da Resolução 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018, será atribuída carga horária correspondente a 02 (dois) créditos semestrais por grupo de até 03 (três) estudantes matriculados.

8.6. A organização da pesquisa e extensão

A pesquisa e a extensão compõem com o ensino o conjunto, indissociável, das atividades da universidade. A organização da pesquisa e da extensão no curso toma como referência o Estatuto e o Regimento Geral da UFFS e as definições da Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). A primeira edição da COEPE ocorreu no ano de 2010 e em 2017 foi realizada a II COEPE que teve como tema “O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na perspectiva de uma Universidade Popular”.

A II COEPE, no *campus Laranjeiras do Sul*, foi estruturada com base nos seguintes fóruns temáticos: 1) Reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia; 2) Consolidação e expansão da UFFS; 3) Direitos humanos e cidadania; 4) Educação Básica; 5) Educação do Campo, educação popular e democrática; 6) Inclusão e ações afirmativas; 7) Integração acadêmica, currículo e interdisciplinaridade; 8) Meio Ambiente e sustentabilidade; 9) Mobilidade acadêmica e internacionalização; 10) Políticas públicas, economia e desenvolvimento regional; 11) Tecnologia, inovação e desenvolvimento social; 12) Interfaces cidade-campo-Universidade: juventude e vida acadêmica.

Os fóruns temáticos revelam a potencialidade que o curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura apresenta para as ações de pesquisa e extensão, sobretudo no que se refere à educação. Nessa perspectiva, os componentes curriculares se organizam com o objetivo de fornecer sólida base teórica para a compreensão e a transformação da realidade educacional, com ênfase para os processos em curso no



campo brasileiro. A práxis no processo formativo encontra nos componentes de estágios curriculares espaço privilegiado para a pesquisa e a extensão. O professor, enquanto sujeito crítico ciente da sua função na escola, tem na pesquisa uma atividade basilar para qualificar a sua atuação.

A Resolução nº 6/2013 – CONSUNI/CPPG que aprova a Política de Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul destaca a importância da democratização do saber como diretriz fundamental que orienta a pesquisa na instituição. Isso “[...] exige que a pesquisa seja concebida e realizada a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade” (p.08) e “[...] implica em romper com as formas tradicionais e hegemônicas de conceber a universidade e o saber que produz” (p.08). Essa perspectiva pressupõe uma aproximação e valorização dos diferentes tipos de conhecimento, inclusive daquele dos sujeitos do campo, que experimentam cotidianamente situações de aprendizado que podem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Do mesmo modo, a Resolução nº 04/2017 – CONSUNI/PPGEC afirma a Política de Extensão na UFFS como “elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa” (p. 01). Neste contexto a extensão universitária na UFFS é assumida:

[...] como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional (p. 01).

Para tanto, a extensão se processa por meio do “desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a formação do profissional cidadão” (p. 01).

Assim, além das disciplinas do curso, os estudantes também devem cumprir as atividades curriculares complementares e, obrigatoriamente, desenvolver carga horária mínima em ações de pesquisa e extensão. Essas atividades são desenvolvidas ao longo do curso e favorecem a inserção e a promoção de ações com a comunidade acadêmica e externa à universidade. A participação em eventos (cursos, seminários, congressos e outros), a elaboração e a apresentação de trabalhos acadêmicos possibilitam a construção e



a socialização do conhecimento em diferentes espaços.

No âmbito institucional, parte dessas atividades são executadas por meio do Programa de Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-ICT) onde os estudantes têm a oportunidade de se inserir em projetos executados por professores do curso e iniciar a sua trajetória na pesquisa. Além disso, os grupos de pesquisa vinculados, seja por suas temáticas ou pela participação dos professores, ao curso Licenciatura Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas (IEDOC: CSH)- como o Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GECCA), o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Políticas Públicas e Práticas de Educação (IPRAE) e o Grupo de Pesquisa Questão Agrária e Juventude Rural: Trabalho, Educação e Cultura Camponesa (JURATEC) - desenvolvem um conjunto de ações que proporcionam o envolvimento dos acadêmicos nas ações de pesquisa e extensão.

O aprofundamento dos temas ligados ao campo e à educação, iniciados na graduação, podem ser realizados em nível de pós-graduação no *campus* Laranjeiras do Sul. Assim, cria-se um vínculo entre os diferentes cursos fortalecendo a perspectiva da interdisciplinaridade. O *campus* Laranjeiras do Sul já ofereceu um curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo e oferta a pós-graduação *lato sensu* em Realidade Brasileira e o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado). Esses cursos apresentam interface direta com a Educação do Campo e permitem a construção de ações coletivas de pesquisa e extensão que aproximam e respondem às demandas da UFFS da comunidade regional em que a mesma encontra-se inserida.

No contexto do curso IEDOC: CSH destaca-se ainda a efetivação do regime de alternância como elemento estruturante da formação almejada. E é na relação entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, concebida como um contínuo formativo, que a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão toma concretude. Assim, as atividades realizadas nos períodos de Tempo Universidade, sobretudo, vinculadas às aulas presenciais dos diferentes componentes curriculares, primam pelo aprofundamento conceitual e teórico acerca das temáticas que perpassam a formação geral e específica do professor do campo. Já o Tempo Comunidade, em conexão direta com os aprofundamentos realizados no Tempo Universidade, volta-se para a realização de atividades orientadas e em conexão direta com os componentes curriculares do curso, efetivando-se assim como atividades de extensão e pesquisa.



8.7. Os domínios formativos e sua articulação

O currículo do Curso é formado por um grupo de conhecimentos organizados e articulados a partir dos seguintes domínios: Comum, Conexo e Específico.

8.7.1. O Domínio Comum

As disciplinas do Domínio Comum estão presentes em todos os cursos de graduação da UFFS. Conforme o PPI, tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação interdisciplinar e profissional, possibilitando otimizar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade. De acordo com o Art. 12 do Regulamento da Graduação a finalidade do **Domínio comum** é:

a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação); e

b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

No quadro abaixo estão listados os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura).

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GLA104	Produção textual acadêmica	04
GEX210	Estatística Básica	04
GEX208	Informática Básica	04
GCH290	Iniciação à Prática Científica	04
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCH291	Introdução ao Pensamento Social	04



DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	04
GCS239	Direitos e Cidadania	04
	Subtotal	28

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura.

8.7.2. *O Domínio Conexo entre as licenciaturas*

O Domínio Conexo do Curso Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura é o conjunto de componentes curriculares de interface a todos os cursos de formação de professores da UFFS do *campus* Laranjeiras do Sul.

O Domínio Conexo entre as Licenciaturas tem por atribuição promover a formação pedagógica comum aos cursos de Licenciatura, envolvendo um conjunto de conhecimentos, saberes, articulados entre si e com os demais domínios formativos, voltados para formação do docente da Educação Básica. Tais conhecimentos “envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional” (Artigo 16 da Resolução 02/2017 da CGAE). Sua estrutura organizativa se dará a partir de componentes comuns e a definição curricular envolverá a formação de grupos de trabalho articulados pelos Fóruns do Domínio Conexo (Artigo 17 e 18). Trata-se, neste caso, de conexões associadas aos domínios específicos das respectivas áreas do conhecimento, que as diferencia do caráter pedagógico associado ao Domínio Conexo estabelecido entre o conjunto das licenciaturas.

A Resolução 02/2017 prevê também a possibilidade de estabelecer outras conexões (entre Cursos de Licenciatura e Bacharelado). Sendo que, “um dos princípios estruturantes do currículo da UFFS, que se traduz pela oportunidade dos estudantes definirem parte de seu percurso formativo, em consonância com a organização curricular definida nos projetos pedagógicos dos cursos” (Artigo 21). Esse percentual pode ser de até 5% para componentes optativos e eletivos, e abre a possibilidade de haver proposições de oferta de componentes optativos em qualquer um dos domínios formativos.

Os eixos articuladores do Domínio Conexo entre as Licenciaturas de acordo com a Resolução 02/2017 (Artigo 17) compreendem:

I - Fundamentos da educação, abrangendo os aspectos filosóficos, históricos, soci-



ológicos, antropológicos, pedagógicos, psicológicos e políticos da formação docente.

II - Políticas, financiamento e a gestão da educação como objetos de abordagem teórico-prática, abrangendo os aspectos conceituais e sua contextualização escolar, bem como a análise de currículos, programas e processos de avaliação.

III - Diversidade e inclusão, abrangendo as concepções históricas, psicológicas e pedagógicas referentes à diversidade e à inclusão, as formas organizativas do trabalho pedagógico, as políticas e práticas de atendimento educacional aos deficientes, bem como a reflexão teórico-metodológica acerca dos desafios da educação inclusiva.

IV - Didáticas e metodologias de ensino, em seus aspectos gerais, compreendendo as concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação.

V - Estudos e pesquisas em educação, compreendendo a apropriação teórica e epistemológica dos processos de pesquisa e investigação no campo da educação e do estado da arte da produção do conhecimento na área educacional e escolar.

VI - Práticas de ensino e os estágios, comuns, que contemplam as dimensões da atuação docente, o conhecimento da instituição escolar e de sua organização e funcionamento, os processos de gestão da educação e de coordenação pedagógica, a organização do trabalho pedagógico, os processos de ensino e aprendizagem e de inclusão escolar e a formação continuada.

A pesquisa e a extensão no âmbito do Domínio Conexo são espaços pedagógicos mais sistemáticos, previstos nos componentes que o compõe, cabendo a estes explicitar as especificidades no âmbito da Educação Básica, que se diferenciam da organização e do funcionamento destas atividades no âmbito acadêmico. Compete-lhe, também, traduzir tais especificidades na organização das atividades de ensino e sua articulação com a pesquisa e a extensão e contribuir com os demais domínios formativos na organização e fortalecimento desses processos formativos, sendo o estágio curricular um dos eixos articuladores entre pesquisa, ensino, extensão e os demais domínios formativos do Curso.

Compete ainda ao Domínio conexo, definir a organização de linhas e/ou programas de pesquisa e extensão que estruturem a organização de processos investigativos, envolvendo temáticas explicitado no artigo 36 (Resolução 02/2017) tais como: “As experiências e as problemáticas emergentes da escola relacionadas a reprovação, repetência, evasão, entre outras”.

O Domínio Conexo é também uma forma de articulação entre os cursos e uma fle-



xibilização do processo formativo do acadêmico na UFFS, respeitando a opção e oportunizando a articulação e aproveitamento de cursos dentro da instituição. No caso do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas ele está em diálogo com os diferentes domínios e com os eixos formativos, bem como com a qualificação das relações com a Educação Básica e a organização de atividades curriculares vinculadas à gestão educacional, coordenação pedagógica e produção e difusão do conhecimento.

Os componentes curriculares do domínio conexo descritos abaixo:

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCH794	Didática geral	04
GCH1209	Psicologia da Educação e Teorias da aprendizagem	04
GCH1211	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	04
GCH1210	Fundamentos da Educação	04
GLA210	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	04
GCH1214	Estágio Curricular I	05
GCH797	Educação Inclusiva	02
Subtotal		27

Quadro 4: Componentes Curriculares que compõe o Domínio Conexo

8.7.3. *O Domínio Específico*

O domínio específico na formação de professores no curso Educação do Campo compreende conhecimentos teóricos, conceituais e pedagógicos das ciências sociais e humanas (Filosofia, Sociologia, Geografia e História), necessários para a atuação profissional, nas distintas etapas e modalidades do ensino da educação básica.

As ementas dos componentes curriculares específicos integram categorias conceituais das áreas do conhecimento, campos disciplinares e do currículo escolar da educação básica pública.

Os eixos (Sociedade, Estado e Movimentos Sociais; Escola e Educação do Campo; Sujeitos, Cultura e Identidade; Pesquisa, Etnociência e Saberes; Organização do Trabalho Pedagógico) que norteiam o currículo da Educação do Campo, conectam-se no âmbito da formação específica de modo a articular temáticas, conhecimentos e processos de forma interdisciplinar.

O percurso formativo compreende a flexibilidade na oferta de componentes curriculares optativos, complementando os conhecimentos e a sua inserção social, cultural e educacional.

Considera-se a indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão. Há, assim, uma



interlocução de saberes que dialogam com a formação continuada, no âmbito da educação básica pública, podendo atuar no ensino, na gestão da educação, na coordenação pedagógica e na construção e difusão do conhecimento.

Assim sendo, o domínio específico orienta-se pelo constante na Resolução nº. 2/2017 - CONSUNI/CGAE, nos artigos 20, 22, 28 e 34.

8.8. A flexibilidade na organização curricular

A Resolução Nº 02/2017 reconhece a flexibilidade como “um dos princípios estruturantes do currículo da UFFS, que se traduz pela oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo, em consonância com a organização curricular definida nos projetos pedagógicos dos cursos” (Artigo 21). Estabelece um percentual mínimo de 5% para componentes optativos e/ou eletivos, e abre a possibilidade de haver proposições de oferta de componentes optativos do Domínio Específico.

A flexibilidade curricular na formação de professores, de acordo com a Resolução Nº 02/2017, é viabilizada, neste curso, a partir da oferta de componentes curriculares optativos, e as atividades curriculares complementares (ACCs), com carga horária mínima de 210 horas, que integram o currículo.

8.8.1. Atividades Curriculares Complementares (ACCs)

As Atividades Curriculares Complementares (ACCs) constituem ações que visam à complementação do processo ensino e aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do curso Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, com carga horária de 210 horas.

As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Enquanto requisito obrigatório as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a



“valorização da experiência extra-classe” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo.

Para validação das horas de ACCs os estudantes deverão apresentar documento comprobatório da atividade e sua carga horária ou apresentação de cópia do trabalho realizado ou declaração da instituição ou órgão responsável pela atividade prestada ou documento elaborado pelo professor que orientou e acompanhou o estudo ou outro documento comprobatório da atividade realizada. No Anexo II, consta o Regulamento de ACCs.

8.9. Outras especificidades da proposta pedagógica

Em relação às especificidades do Curso Educação do Campo Ciências Humanas e Sociais – Licenciatura cabe destacar o regime de alternância, o qual alterna o tempo de permanência na Universidade com o tempo na comunidade de inserção, mantendo assim vínculo com as organizações locais, comunidades e a vida em seu cotidiano. Este aspecto, de comprovada formação pedagógica, considerando a relação das bases teóricas a serviço de prática social concreta, acumulada junto a inúmeras experiências, é um anseio expressado pelas organizações e Movimentos Sociais e Populares, bem como pelas populações campesinas que vivem nos municípios pertencentes ao Território Cantuqui-riguaçu e outras comunidades paranaenses, dentre elas quilombolas e indígenas, de difícil acesso. Passa a ser também a materialização do direito não apenas do acesso, mas principalmente da permanência desses sujeitos do campo na Universidade, num processo que envolve diferentes tempos e espaços densamente formativos. Isso tem possibilitado a organização do trabalho pedagógico em Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

O processo didático vivido, pelos sujeitos educativos são embasados nessa organicidade, fazendo com que o processo de construção do conhecimento e das formas metodológicas se deem em direta sintonia entre conteúdo e realidade. A materialidade deve ser compreendida à luz da teoria e a essa ganha força material a partir da investigação da realidade que acontece no Tempo Comunidade.

Além da organicidade cotidiana para realizar o trabalho necessário à convivência durante o Tempo Universidade, a proposta metodológica de cada etapa prevê outros



tempos formativos, como tempo cultura, esporte, lazer, saúde, tempo trabalho, tempo seminário dentre outros. Para a organicidade das turmas estão previstos os Núcleos de Bases formados pelos estudantes para garantir a dinâmica do convívio diário, da realização do trabalho, da disciplina, do estudo e outros tempos necessários para a realização do curso.

A relação entre o Tempo Universidade e Tempo Comunidade se articula em estudos e pesquisas orientados, análises, reflexões e sistematizações, que gerem novidades no campo conceitual e operativo das práticas sociais e, na relação inversa, a vivência nas práticas políticas, sociais, culturais e produtivas geram problemas, questões, tensões, que serão reaproveitadas pelo processo escolar, demandando novas incursões pelo conhecimento sistematizado. Essa característica própria do sistema de alternância exige organização do trabalho pedagógico coletivo, tendo o seu planejamento conexão entre docentes do curso.

Um dos instrumentos é a Proposta Metodológica da Fase (PROMET), que propõe as metas para cada fase em diálogo com o PPC do Curso e as necessidades formativas das turmas, além do trabalho a ser realizado durante o Tempo Comunidade. É o instrumento de auto-organização dos estudantes, quanto aos estudos, infraestrutura, cultura. No término das etapas do Tempo Universidade são orientados os trabalhos a serem realizados no Tempo Comunidade. Esses tempos devem ser destinados a Vivências Compartilhadas (PCCr e estágios), pesquisa e estudos qualificados. No que se refere à preparação para a sistematização e a análise, tem-se os Seminários a serem realizados no início de cada Tempo Universidade. Nas fases iniciais do Curso o Seminário Integrador são componentes organizados para problematizar a relação entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade e a educação do campo, a partir da quinta fase quando iniciam os Estágios Curriculares Supervisionados, estes assumem esse caráter de articulação e o seminário integrador é parte das atividades do componente.

Assim, numa perspectiva de práxis, a alternância deverá possibilitar aos acadêmicos a construção e a reconstrução de conhecimentos e experiências produzidas no campo, com os saberes científicos aprendidos na universidade e que os vivenciem de maneira integrada através do exercício da pesquisa e da articulação entre trabalho e estudo. Aliado a isso, é fundamental a conexão interna dos fenômenos, fundada de modo materialista, ou seja, precisa ter como base na realidade objetiva. Compreender, então, essa realidade implica em aprofundar as relações, as conexões e as contradições nela presen-



tes, com perspectiva de transformá-la. Ainda, deve ser possibilitado aos discentes fazer uma conexão com os saberes da docência oriundos das experiências cotidianas dos espaços escolares e não escolares. Tratam-se de saberes experenciais, oriundos do processo de profissionalização docente, caracterizadores da identidade da profissão professor. Localizando, assim, na dimensão prática deste currículo, também, a uma tendência mais reflexiva e investigativa sobre a atividade docente na escola, numa postura de reflexão da prática, conforme referendado por PIMENTA, Selma Garrido, 1999.

A carga horária total do curso será de 3.450 horas distribuídas em 9 fases, sendo prevista uma fase a cada semestre integralizando quatro anos e meio de curso. Esta carga horária será distribuída nos dois tempos: TU = Tempo Universidade e TC = Tempo Comunidade. São 2.490 horas de aulas no Tempo Universidade e 735 horas de aula no Tempo Comunidade, sendo destas, 405 horas de estágio. Ainda integram a matriz curricular mais 210 horas de atividades curriculares complementares (participação em seminários, congressos, oficinas e outros).

8.10 Atendimento às legislações específicas

O Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores. É importante destacar que a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu artigo primeiro 1º, esclarece: “entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Considerando-se o texto da legislação citada destacamos a importância da Educação Ambiental para a formação de professores em Educação do Campo. O entendimento da relação sociedade e natureza, historicamente constituída, é fundamental para a formação crítica dos estudantes. Essa relação, mesmo quando amparada na perspectiva territorial que considera a continuidade das relações campocidade, se apresenta com particularidades nas áreas rurais, onde a atividade produtiva predominante é a agropecuária. Cabe ao professor, sobretudo aquele que atua nas



escolas do campo, reconhecer os impactos das atividades produtivas neste espaço, tratar o tema de forma pedagógica no âmbito escolar e, quando possível, por meio de diferentes ações, inclusive em parceria com a comunidade, contribuir no estabelecimento de soluções para os problemas identificados.

Diante disso, o tema da Educação Ambiental deve ser compreendido em sentido amplo, tendo em conta o modelo de desenvolvimento adotado na sociedade capitalista. Assim, é importante reconhecer que o campo brasileiro é marcado por um conjunto de desigualdades inerentes ao processo de desenvolvimento do país que resultou em dificuldades no acesso à terra, aos diferentes meios de produção e à educação por parte significativa da população rural. Este contexto cria barreiras concretas para o uso comum dos recursos naturais, interferindo na qualidade de vida da população e nas ações direcionadas à sustentabilidade.

A Educação Ambiental contribui no entendimento das contradições inerentes ao modo capitalista de produção, permite identificar as relações de poder que domina e explora a sociedade e a natureza, mas ao mesmo tempo, possibilita criar estratégias para construir novas alternativas de sustentabilidade da vida, seja nos espaços das comunidades, seja no planeta.

Neste Projeto Pedagógico de Curso a Educação Ambiental é tratada de forma direta nos componentes curriculares obrigatórios de Geografia III (04 créditos), Geografia IV (04 créditos) e Agroecologia e Cooperação na Escola (02 créditos) e no componente curricular optativo de Fundamentos da Agroecologia (04 créditos). Além disso, a dimensão ambiental apresenta-se transversalmente em diferentes componentes curriculares do curso que abordam temas como o meio ambiente, a Educação do Campo e o desenvolvimento.

A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, parte dos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004. É importante salientar que o Parecer CNE/CP nº 3/2004 indica que “Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos



como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.”

Considerando-se a legislação citada, destacamos a importância do processo seletivo especial do curso de Educação do Campo, com vagas reservadas a candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas. A atuação dos estudantes junto às suas comunidades de origem durante o curso, tanto nos períodos de Tempo Comunidade como nos Estágios Supervisionados, e depois da conclusão do curso, como egressos formados, também indica o cumprimento da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, qualificando a população negra para a atuação profissional quanto docentes.

A partir da Resolução citada, também se comprehende que “Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.” Nesse sentido, o Projeto Pedagógico de Curso a Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil é tratada de forma direta nos componentes curriculares obrigatórios de História I (04 créditos), História II (04 créditos), Antropologia dos Sujeitos do Campo (02 créditos) e Educação escolar indígena (04 créditos), e no componente curricular optativo de História e Cultura Afro-brasileira (04 créditos). Além disso, a dimensão das relações étnico-raciais apresenta-se transversalmente presente em diferentes componentes curriculares do curso que abordam a diversidade das populações do campo.

A Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, está contemplada no decorrer desse PPC, visualizando-se de forma mais incisiva nos seguintes componentes: Educação do Campo e Educação Popular (04 créditos); Sociologia IV (04 créditos) e Filosofia V (04 créditos). Cabe salientar que a educação em Direitos Humanos é parte desse projeto político pedagógico uma vez que analisa aspectos epistemológicos e metodológicos da esfera dos direitos, da dignidade humana, da democracia, do reconhecimento das diferenças e da inclusão na perspectiva da formação de sujeitos engajados e promotores da transformação da sociedade.

Educar em Direitos Humanos significa ter consciência dos direitos fundamentais, de ser sujeito, para além das desigualdades sociais. É reconhecer a



educação como direito fundamental que nos potencializa como seres humanos. É a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, cultural e político. É assumir na plenitude a condição de cidadão, ser sujeito da sua ação. Atrelado a isso estão os direitos de ler, de escrever, de voz, vez e de participação cidadã.

A Educação do Campo, de modo peculiar, pode ser um dos agentes de afirmação histórica dos Direitos Humanos pela proposta pedagógica em uma relação de diálogo entre educadores e educandos em prol de igualdade e democracia de direitos, utilizando-se de métodos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados. A Educação do Campo é direito assegurado pela Constituição Federal, pelo artigo 28 da Lei nº 9394/96, e passa a ser defendida cada vez mais como direito fundamental e de responsabilidade social em que os governantes municipais, estaduais e federal devem cumprir e atender às demandas da população que vive no meio rural. A temática da educação em Direitos Humanos está evidenciada nessa proposta pedagógica também pelo viés da transversalidade, dialogando com diferentes componentes curriculares que teorizam e problematizam a formação dos sujeitos do campo como sujeitos de direito, pautando uma formação ética, crítica e política.



8.11 Matriz curricular

Curso de graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) - Campus Laranjeiras do Sul						Atividades* (em horas)						Total de Horas	Pré-req		
						Aulas presenciais		PCCr**	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa			
						Teórica	Prática								
1 ^a fase	01	CM	GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	4	60								60	
	02	CM	GLA104	Produção textual acadêmica	4	60								60	
	03	ES	GCA674	Matrizes formativas e práticas na educação do campo	4	45		15						60	
	04	CM	GEX210	Estatística básica	4	60								60	
	05	CM	GEX208	Informática básica	4	60								60	
	06	ES	GCH1335	Seminário integrador I	2	25		05						30	
	07	ES	GCH1336	Antropologia dos sujeitos do campo	2	30								30	
Subtotal					24	340		20						360	
2 ^a fase	08	ES	GCH1337	Metodologia de ensino interdisciplinar nas ciências sociais e humanas	3	30		15						45	
	09	CM	GCH290	Iniciação à prática científica	4	60								60	
	10	CX	GCH801	Organização do trabalho pedagógico	4	45		15						60	
	11	CX	GCH1210	Fundamentos da educação	4	60								60	
	12	ES	GCH1338	Educação do campo e educação popular	4	45		15						60	
	13	CX	GCH1211	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	4	60								60	
	14	CM	GCS239	Direitos e cidadania	4	60								60	
	15	ES	GCH1339	Seminário integrador II	2	25		05						30	
Subtotal					29	385		50						435	
3 ^a fase	16	CX	GCH1209	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	4	60								60	
	17	ES	GCH1340	Filosofia I	4	45		15						60	
	18	ES	GCH1341	Geografia I	4	45		15						60	



Curso de graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) - Campus Laranjeiras do Sul						Atividades* (em horas)						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr**	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática							
4ª fase	19	ES	GCH1342	História I	4	45		15					60	
	20	ES	GCH1343	Sociologia I	4	45		15					60	
	21	CM	GCH1291	Introdução ao pensamento social	4	60							60	
	22	ES	GCH1344	Seminário integrador III	2	25							05	30
Subtotal						26	325	60					05	390
5ª fase	23	ES	GCH1345	Filosofia II	4	45		15					60	
	24	ES	GCH1346	Geografia II	4	45		15					60	
	25	ES	GCH1347	História II	4	45		15					60	
	26	ES	GCH1348	Sociologia II	4	45		15					60	
	27	CX	GCH794	Didática geral	4	60							60	
	28	CX	GCH1214	Estágio curricular I	5					75			75	
Subtotal						25	240	60		75			375	
6ª fase	29	ES	GCH1349	Filosofia III	4	45		15					60	
	30	ES	GCH1350	Geografia III	4	45		15					60	
	31	ES	GCH1351	História III	4	45		15					60	
	32	ES	GCH1352	Sociologia III	4	45		15					60	
	33	CX	GLA210	Língua brasileira de sinais (Libras)	4	60							60	
	34	ES	GCH1353	Metodologias e técnicas de pesquisa	2	25							05	30
	35	ES	GCH1354	Estágio curricular supervisionado II	5				75				75	
	36	ES	GCH1355	Políticas educacionais e legislação da educação do campo e indígena	2	30							30	
Subtotal						29	295	60		75			05	435
7ª fase	37	ES	GCH1356	Filosofia IV	4	45		15					60	
	38	ES	GCH1357	Geografia IV	4	45		15					60	
	39	ES	GCH1358	História IV	4	45		15					60	



Curso de graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) - Campus Laranjeiras do Sul						Atividades* (em horas)						Total de Horas	Pré-req		
						Aulas presenciais		PCCr**	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa			
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular		Créditos	Teórica								
	40	ES	GCH1359	Sociologia IV		4	45		15					60	
	41	ES	GCH1360	Trabalho de conclusão de curso I		2	30							30	
	42	ES	GCH1361	Estágio curricular supervisionado III		6					90			90	
	43	ES		Optativa I		4	60							60	
Subtotal						28	270		60		90			420	
7ª fase	44	ES	GCH1364	Filosofia V		4	45		15					60	
	45	ES	GCH1365	Geografia V		4	45		15					60	
	46	ES	GCH1366	História V		4	45		15					60	
	47	ES	GCH1367	Sociologia V		4	45		15					60	
	48	ES	GCH1368	Trabalho de conclusão de curso II		2	15						15	30	41
	49	ES	GCH1369	Estágio curricular supervisionado IV		6					90			90	
	50	ES		Optativa II		4	60							60	
Subtotal						28	255		60		90		15	420	
8ª fase	51	ES	GCH803	Agroecologia e cooperação na escola		2	15		15					30	
	52	CX	GCH797	Educação inclusiva		2	30							30	
	53	ES	GCS586	Realidade do campo brasileiro		3	45							45	
	54	ES		Optativa III		4	60							60	
	55	ES	GCH1370	Estágio curricular supervisionado V		6					90			90	
	56	ES	GCH1371	Trabalho de conclusão de curso III		2	10						20	30	41,48
	57	ES	GCH1372	Antropologia indígena		3	30		15					45	
	58	ES		Optativa IV		4	60							60	
Subtotal						26	250		30		90		20	390	
9ª fase	59	ES	GCH1373	Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso		2	10						20	30	41,48,56
Subtotal						2	10						20	30	



Curso de graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) - Campus Laranjeiras do Sul					Atividades* (em horas)						Total de Horas	Pré-req	
					Aulas presenciais		PCCr**	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica							
Subtotal Geral					217	2.355		400		420		65	3240
Atividades curriculares complementares					14								210
Total Geral					231	2.370		400		420			3.465

Quarto 6: Matriz Curricular do Curso de Educação do Campo: Ciências sociais e humanas - Licenciatura

CM – Domínio Comum

CX – Domínio Conexo

ES – Domínio Específico

*Atividades descritas conforme previsto no Art. 14 do atual Regulamento da Graduação da UFFS.

** PCCr: coluna exclusiva para os cursos de licenciatura (mínimo de 400 horas). Segundo a legislação vigente: (...) *a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento* (Parecer CNE/CES nº 15/2005).

8.12 Rol de componentes optativos:

OBS.: seguir os números de ordem conforme a sequência da Matriz (ex.: CCRs obrigatórios terminam em nº 47, optativos seguem a partir do nº 48)

Curso de graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) - Campus Laranjeiras do Sul				Atividades		Total de Horas	Pré-req
				Aulas presenciais Teóricas			
Nº	Código	Componente Curricular	Créditos				
60	GCH1374	Teoria cooperativista	04		60	60	
61	GCH1375	Fundamentos da agroecologia	04		60	60	
62	GCH1376	Educação escolar indígena	04		60	60	
63	GCH1377	Tópicos especiais de História	04		60	60	
64	GCH1378	Tópicos especiais de Filosofia	04		60	60	
65	GCH1379	Tópicos especiais de Geografia	04		60	60	
66	GCH1380	Tópicos especiais de Sociologia	04		60	60	
67	GCH1381	História e cultura afro-brasileira	04		60	60	
68	GCH1382	Filosofia da educação	04		60	60	
69	GCH292	História da Fronteira Sul	04		60	60	



Quadro 6: Componentes curriculares optativos

Para esclarecimento, citamos abaixo o Regulamento da Graduação da UFFS:

I – aula presencial – encontro presencial semanal regular distribuído, preferencialmente, ao longo do semestre letivo, no qual o docente e a turma de estudantes matriculados no CCR desenvolvem conjuntamente os temas previstos na ementa. As aulas presenciais podem ser:

a) Aulas Teóricas – aquelas em que o docente e a turma de estudantes desenvolvem conteúdos teóricos relativos aos temas da ementa;

b) Aulas Práticas – aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal.

II – aula não presencial – aquela centrada na autoaprendizagem, na qual a mediação didático-pedagógica é realizada com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em

lugares e/ou tempos diversos;

III – atividade de estágio – aquela desenvolvida pelo estudante em ambiente de exercício profissional, incluídas aquelas de elaboração, preparação e avaliação, sob supervisão de um profissional habilitado e orientação de docente;

IV – atividade de pesquisa e extensão – aquela realizada pelo estudante no desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão, sob orientação de docente, obedecendo regulamentação específica;

V – atividade curricular complementar – atividades diversas desenvolvidas pelo estudante, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com regulamentação específica de cada curso.

§1º As aulas presenciais, conforme inciso I acima, são registradas em diário de classe, incluindo a data e turno de realização, frequência, o número de aulas e o conteúdo trabalhado.

§2º As aulas não presenciais, integrantes de CCR ofertado na modalidade semipresencial, são registradas conforme regulamentação específica.

§3º A realização das atividades previstas nos incisos III e IV deste artigo, são controladas pelo orientador do estudante.

§4º O currículo deve listar todos os componentes curriculares obrigatórios e optativos do curso, caracterizados por: código e nome; ementa e objetivo; carga horária de aulas, discriminando teóricas e práticas; carga horária de atividade de estágio; carga horária de atividades de pesquisa e extensão; carga horária de atividades curriculares complementares; número de créditos; fase de oferta regular; e bibliografias básica e complementar. (Art. 14 Resolução nº 4/2014 – CONSUNI/Câmara de Graduação)



8.12 Representação gráfica da matriz:

Fases									
1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a	
Meio ambiente, economia e sociedade 4 Cr	Metodologia de ensino interdisciplinar nas Ciências Sociais e Humanas 3 Cr	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem 4 Cr	Filosofia II 4 Cr	Filosofia III 4 Cr	Filosofia IV 4 Cr	Filosofia V 4 Cr	Agroecologia e cooperação na escola 42Cr	Seminário de socialização de trabalhos de conclusão de curso 2 Cr	
Produção textual acadêmica 4 Cr	Iniciação à prática científica 4 Cr	Filosofia I 4 Cr	Geografia II 4 Cr	Geografia III 4 Cr	Geografia IV 4 Cr	Geografia V 4 Cr	Educação inclusiva 2 Cr		
Matrizes formativas e práticas na educação do campo 4 Cr	Organização do trabalho pedagógico 3Cr	Geografia I 4 Cr	História II 4 Cr	História III 4 Cr	História IV 4 Cr	História V 4 Cr	Realidade do campo brasileiro 3 Cr		
Estatística básica 4 Cr	Fundamentos da educação 4 Cr	História I 4 Cr	Sociologia II 4 Cr	Sociologia III 4 Cr	Sociologia IV 4 Cr	Sociologia V 4 Cr	Antropologia indígena 3 Cr		
Informática básica 4 Cr	Educação do campo e educação popular 4 Cr	Sociologia I 4 Cr	Didática geral 4 Cr	Língua brasileira de sinais (Libras) 4 Cr	Trabalho de conclusão de curso I 2 Cr	Trabalho de conclusão de curso II 2 Cr	Estágio curricular Supervisionado V		
Seminário integrador I 2 Cr	Política educacional e legislação do ensino no Brasil 4 Cr	Introdução ao pensamento social 4 Cr	Estágio curricular I 5 Cr	Metodologias e técnicas de pesquisa 2 Cr	Estágio curricular Supervisionado III 6 Cr	Estágio curricular Supervisionado IV 6 Cr	Trabalho de conclusão de curso III		
Antropologia dos sujeitos do campo 2 Cr	Direitos e cidadania 4 Cr	Seminário Integrador III 42Cr		Estágio curricular Supervisionado II 5 Cr	Optativa I 4 Cr	Optativa II 4 Cr	Optativa III 2 Cr		
	Seminário Integrador II						Optativa IV		



	2 Cr						4 Cr	
--	------	--	--	--	--	--	------	--

Quadro 7: Representação gráfica da matriz

Domínio Comum – Domínio Conexo – Domínio Específico – Optativas



8.13. Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS238	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel. Agroecologia : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.			
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.			
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.			
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.			
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.			
HUNT, E. K. História do pensamento econômico : uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.			
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.			
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.			
SANTOS, Milton. 1992 : a redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.			
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável : o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.			
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza : estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.			
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.			
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.			
FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Ruidinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.			
HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . 21. ed. Rio de Janeiro: LTC,			



1986.

- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, Adam. **Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Curitiba: Hermes, 2001.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	04	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos : fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental : de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028 : Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023 : Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520 : Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto : leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação : o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingodore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. _____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever : estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa : atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto : leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA674	MATRIZES FORMATIVAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	04	60
EMENTA			
O pensamento educacional que embasa a Educação do Campo produzido desde as referências teóricas da Pedagogia Socialista, Pedagogia do Movimento Social Popular e da Pedagogia do Oprimido. Fundamento teórico-metodológico da reorganização do pensamento educacional em torno das matrizes formadoras da emancipação da classe trabalhadora, como o trabalho, a prática social, a cultura, os movimentos sociais populares e a experiência da opressão. A práxis social como princípio educativo e suas implicações na constituição do projeto político-pedagógico da Educação do Campo. Autores, metodologias e práticas na escola do campo.			
OBJETIVO			
Fundamentar as concepções/convicções a respeito da educação no sentido amplo de formação humana, <i>de classe</i> e na especificidade do processo educativo escolar da Educação do Campo. Possibilitar a apropriação dos conceitos e métodos que orientam a condução das concepções teóricas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere . 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002. KRUPSKAYA, N.K. A construção da Pedagogia socialista . São Paulo: Expressão Popular, 2017. LUEDEMANN, Cecília. Anton Makarenko: vida e obra – a pedagogia da revolução . São Paulo: Expressão Popular, 2002. MARX, Karl. Engels, Friedrich. Crítica da educação e do ensino . Introdução e notas de Roger Dangerville. Lisboa: Moraes editores, 1978. PISTRAK, Moisey. A escola-Comuna . Trad. Freitas. Luis Carlos e MARENICH, Alexandra. São Paulo: Expressão popular, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
MANACORDA, M. A. O princípio educativo em Gramsci . Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre educação e ensino . São Paulo: Moraes, 1983. SHULGIN, Viktor N. Rumo ao Politecnismo . São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. SUCHODOLSKI, Bodgan. Fundamentos da Pedagogia Socialista . Barcelona: Editorial: Laia, 1976.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX210	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.			
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.			
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.			
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.			
CARVALHO, S. Estatística Básica : teoria e 150 questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.			
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.			
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.			
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.			
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia : um guia para o estudante. 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.			
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.			
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos : teoria e questões. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.			
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.			
NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2010.			
SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática : uma abordagem com libreoffice. Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: < cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.			
HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.			
LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.			
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate . São Paulo: Érica, 2010.			
MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador . Porto Alegre: Bookman, 1999.			
MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.			
MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.			
SCHECHTER, Renato. BrOffice Calc e Writer : trabalhe com planilhas e textos em software livre. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1335	SEMINÁRIO INTEGRADOR I	02	30
EMENTA			
O Currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e a habilitação em Ciências Sociais e Humanas. Processo educativo do sujeito licenciando em Educação do Campo. As ações de interação entre escola e comunidade e seus impactos no Projeto Político Pedagógico.			
OBJETIVO			
Compreender, com base na realidade dos sujeitos do campo e na área do conhecimento de formação do curso, a constituição de um projeto de educação para a classe trabalhadora. Relacionar e analisar os temas e conteúdos desenvolvidos no semestre tendo como referência a realidade concreta dos educandos do curso. As ações de interação entre escola e comunidade e seus impactos no Projeto Político Pedagógico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.			
FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. Ideação - Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu, v. 10, n. 01, p.41-62. 2008.			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.			
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.			
PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre : imagens e auto-imagens. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1337	METODOLOGIA DE ENSINO INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	03	45
EMENTA			
Estudos dos métodos utilizados nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, evidenciando os processos de formação das ciências que a compõe, relacionando com os diferentes contextos históricos, sociais, geográficos e filosóficos, caracterizando assim os seus instrumentos/métodos de trabalho. Autores, metodologias e práticas na escola do campo.			
OBJETIVO			
Estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas possibilidades e limitações em nível das implicações de suas utilizações, nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. A disciplina possui um caráter de conhecimentos de métodos teóricos e práticos, propondo a construção de possibilidades de intervenção didático-pedagógica, em sala de aula, para o desenvolvimento dos temas apresentados durante a etapa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SHAFFER, Neiva Otero. CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.			
CONDORCET. Cinco memórias sobre a instrução pública . São Paulo: Editora Unesp, 2008.			
CRARY, J. 24/7: capitalismo tardio e os fins do sono . São Paulo: Ubu, 2016.			
SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia . São Paulo: Edusp, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, A. Filosofia da práxis . São Paulo: Expressão popular. 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de científicidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH801	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	03	45
EMENTA			
Características e função da escola. Análise dos fundamentos da organização do trabalho escolar e pedagógico na Educação Básica. Gestão, currículo, tempos e espaços educativos, planejamento, avaliação, métodos e estratégias de ensino, relações interpessoais. A organização dos saberes escolares e pedagógicos na Educação do Campo. As ações de interação entre escola e comunidade e seus impactos no Projeto Político Pedagógico.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos educandos a compreensão da forma predominante de organização do trabalho escolar e pedagógico e a crítica a ela dirigida. Motivar para a construção de parâmetros superadores de organização do trabalho escolar e pedagógico na Escola do Campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. – 7 ^a . ed. – Campinas: Papirus, 2005.			
LIBÂNEO, José Carlos.; OLIVEIRA, João Ferreira.; TOCHI, Mirza Seabra. (orgs.). Educação Escolar: políticas, estruturas e organização. – 4 ^a ed. – São Paulo: Cortez, 2007.			
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs.). Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico. – 12 ^a ed. – Campinas, SP: Papiros, 2007.			
NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDONO, Wilson; LOMBARDI, José Claudio; SAVIANI, Derneval (Orgs.). Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica. – Campinas, SP: Autores Associados, UEPG, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVES, Gilberto Luiz. A produção da escola pública contemporânea. – 4 ^a ed. – Campinas: Autores Associados, 2006.			
MEDEL, Cassia Ravenna Mulin de Assis. Projeto Político Pedagógico: construção e implementação na escola. – 2 ^a ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.			
PARANÁ; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação; Coordenação de Gestão Escolar. Organização do Trabalho Pedagógico. – Curitiba: SEED – PR., 2010.			
VASCONCELOS, Celso dos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: Elementos metodológicos para elaboração e realização. – 16 ^a ed. – São Paulo: Libertad, 2006.			
ROSAR, Maria de Fátima Felix. Administração Escolar um problema educativo ou empresarial? – 5 ^a ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.			
SAVIANI, Nereide. Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. – 6 ^a ed. revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.			



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GCH1210	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	4	60
Ementa			
Função social da escola. Tendências pedagógicas que fundamentam a educação brasileira. Princípios filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Correlação entre trabalho, educação e cultura. Estudos e pesquisas em Fundamentos da educação.			
Objetivo			
Compreender as concepções filosóficas, sociológicas e psicológicas que fundamentam as práticas educativas.			
Referência Básica			
CAMBI, Franco. Historia da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 2000. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 2007. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. PAGNI, P. A; SILVA, D. J. (Org.). Introdução à Filosofia da Educação : temas contemporâneos e história. São Paulo: Avercamp, 2007. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia . Campinas: Autores Associados, 2008.			
Referência Complementar			
KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: CARNEIRO LEÃO, E. (Org.). Textos seletos . Trad. Floriano de Souza Fernandes. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MANACORDA, Mario A. Historia da educação : da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Martin Claret, 2010. OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. Fundamentos filosóficos da educação . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-critica : primeiras aproximações. 8. ed. São Paulo: Autores associados, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1338	EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO POPULAR	04	60
EMENTA			
Educação. Educação Popular e Educação do Campo. Concepções e práticas da Educação do Campo. Educação do Campo e Movimentos Sociais. Base Nacional Comum Curricular. Os principais movimentos e experiências pedagógicas da Educação Popular. Educação em Direitos Humanos: fundamentos e epistemologias. Educação informal e não formal. Autores, metodologias e práticas na escola do campo.			
OBJETIVO			
Compreender os principais expoentes da educação popular e da Educação do Campo no país, estabelecendo pontos de conexões e divergências entre a política educacional brasileira, a educação popular e a educação do campo. Problematizar as políticas atuais de educação e as consequências para a educação popular e a Educação do Campo e a educação em direitos humanos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.			
KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (orgs). Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas . Brasília: NEAD, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4). Disponível em: < http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf >. Acesso em: 03 set. 2019.			
STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social e coletiva . Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			
HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências : Brasília: MMA, 2006. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/168_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf . Acesso em: 03 set. 2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Sergio; CARDIA, Nancy. A universidade e os Direitos Humanos . In: MARCILIO, Maria Luiza. A Declaração Universal dos Direitos Humanos: sessenta anos: sonhos e realidade. São Paulo: USP, 2008.			
FERNANDES, B. M. e MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In MOLINA, M. C. e DE JESUS, S. M. S. A. Por uma Educação do Campo; contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo . Brasília, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. pp. 53-64. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf			
FREIRE, P. Conscientização : teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.			
FREIRE, P. Educação como prática de liberdade . 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.			
FREIRE, P. Pedagogia da esperança : um reencontro com a pedagogia do oprimido.			



17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2006.
- MUNARIM, Antonio. BELTRAME, Sonia. CONTE, Soraya. PEIXER, Zilma. (orgs). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2 ed. 2011.
- GOHN, M.G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n.47 maio-ago. 2011.
- PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 1. ed. São Paulo: expressão popular, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 48, 1997.
- SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação**: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GCH1211	POLÍTICA EDUCACIONAL E LEGISLAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL	4	60
Ementa			
Estrutura, funcionamento e políticas de financiamento da educação básica. As políticas públicas em educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação. As políticas educacionais na atualidade expressas nas reformas educacionais, na legislação de ensino e nos projetos educacionais. Sistemas de avaliação nacional. Estudos e Pesquisas em política e financiamento da educação básica no Brasil.			
Objetivo			
Compreender a legislação e a estrutura educacional da educação básica no Brasil.			
Referência Básica			
CURY, Carlos R. Jamil. Legislação educacional brasileira . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			
COSTA, Messias. A educação nas constituições do Brasil : dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
DOURADO Luiz F.; PARO, V. H (Orgs.). Políticas públicas e educação básica . São Paulo: Xamã, 2001.			
SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil : o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 6.ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008.			
VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil : Introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.			
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.			
Referência Complementar			
BOSCHETTI, Ivanete et. al. (Orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos . São Paulo: Cortez, 2010.			
DREWS, Sonia Beatriz Teles. As políticas públicas de educação escolar no Brasil . Ijuí RS: UNIJUÍ, 1997.			
LIBÂNEO, José C., OLIVEIRA, João F., TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.			
NEVES, Lucia Wanderlei (org.). Educação e política no limiar do século XXI . 2. ed. Campinas, SP:Autores Associados, 2008.			
PEREZ, M. C. A.; BORGHI, R. F. Educação : políticas e práticas. São Carlos: Suprema, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papirus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAIN, Alain. Equalidade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1339	SEMINÁRIO INTEGRADOR II	02	30
EMENTA			
A área do conhecimento das ciências sociais e humanas. A pesquisa e a extensão na formação inicial de professores. A escola e a comunidade escolar. As ações de interação entre escola e comunidade e seus impactos no Projeto Político Pedagógico.			
OBJETIVO			
Possibilitar a produção, a sistematização e a socialização de conhecimentos em Educação do Campo tendo como base a integração entre os conteúdos dos componentes curriculares do semestre e as atividades desenvolvidas durante o Tempo-Comunidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2006.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GCH1209	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E TEORIAS DA APRENDIZAGEM	4	60
Ementa			
O desenvolvimento humano e suas relações com o ensino e aprendizagem. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Principais abordagens teóricas da psicologia da educação e suas implicações para a organização dos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem escolar. Aprendizagem e desenvolvimento cognitivo como resultado de interações sociais. Estudos e Pesquisas em Psicologia da Educação.			
Objetivo			
Compreender as teorias da Psicologia aplicadas a educação. Compreender a relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano.			
Referência Básica			
COLL, César; Palácios, J. e Marchesi, A. (org) Desenvolvimento Psicológico e Educação . Coleção Psicologia da Educação. Vol.2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996 LEONTIEV, Alexis. Psicologia e Pedagogia : Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento. 4 ed. Rio Janeiro: Centauro, 2007. LANE, Silvia Tatiana Maurer. Psicologia social : o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. 2017. PIAGET, J. A Psicologia da inteligência . 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. VYGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente . São Paulo: Martins Fontes, 1984. WALLON, H. Psicologia e Educação da Infância . Lisboa: Estampa, 1986.			
Referência Complementar			
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon : teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. OLIVEIRA, Marta Kohl. VYGOTSKY: desenvolvimento e aprendizado um processosócio histórico . São Paulo: Scipione, 1993. PIAGET, Jean. & INHELDER, Bärbel. A Psicologia da Criança . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed.,1998. BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. BIAGGIO, Â. M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação : necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. PATTO, M. H. S. (Org.) Introdução à Psicologia Escolar . São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, PP. 127-132.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1340	FILOSOFIA I	04	60
EMENTA			
Contexto e problemas da Filosofia Grega: O surgimento da filosofia na Grécia, períodos, principais autores e escolas. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola.			
OBJETIVO			
Apresentar os principais temas da filosofia antiga e possibilitar a compreensão de seus conceitos fundamentais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARISTÓTELES. Metafísica. Tradução de Giovanni Reale. Trad. para o português Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2005. 3 v.			
CASERTANO, Giovanni. Sofistas. São Paulo: Paulus, 2017.			
CIVITA, Victor (ed.). Os Pré-Socráticos. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Penseadores, v. 1).			
GUTHRIE, W. K. C. Os sofistas. São Paulo: Paulus, 2007.			
PLATÃO. Diálogos. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007-2019. v. 1, v.2, v.3. v.4, v.5.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HADOT, Pierre. O que é a filosofia antiga? Tradução: Dion D. Macedo. São Paulo: Loyola, 1999.			
JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego. Tradução de Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.			
KERFERD, G. B. O movimento sofista. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 2003.			
REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. Tradução de Henrique C. de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1993/4. 5 v.			
ROSSETTI, Livio. Introdução à filosofia antiga: premissas filológicas e outras “ferramentas de trabalho”. Tradução de Élcio de Gusmão Verçosa Filho. São Paulo: Paulus, 2006.			
SPINELLI, Miguel. Questões fundamentais da filosofia grega. São Paulo: Loyola, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1341	GEOGRAFIA I	4	60
EMENTA			
A gênese da Geografia Moderna: a constituição das escolas geográficas e seus pressupostos teórico-metodológicos. As principais categorias e conceitos geográficos. A Geografia enquanto ciência disciplinar na Educação Básica. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Compreender o processo histórico de constituição da Geografia enquanto ciência e a sua inserção na Educação Básica potencializando estudos por meio das categorias e conceitos geográficos (paisagem, lugar, território, região, sociedade, natureza e redes) com vistas a contribuir na análise e na atuação da/na realidade em diferentes escalas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAVALCANTI, Lana de S. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos . Campinas, SP: Papirus, 1998.			
CASTRO, I. et al. Geografia : conceitos e temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.			
MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro . São Paulo: Contexto, 2008. v. 1 e 2.			
MORAES, A. C. R. Geografia : pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1981.			
SANTOS, M. A natureza do espaço . Técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.			
SANTOS, M. Por uma geografia nova . São Paulo: Hucitec, 1988.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CALLAI, Helena Copetti (Org.). Geografia em sala de aula : práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.			
CLAVAL, Paul. Epistemologia da geografia. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.			
CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.			
GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e modernidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.			
LACOSTE, Yves. A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 17. ed. Campinas: Papirus, 2010			
SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia : contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.			
PONTUSCHKA, N.; OLIVEIRA, A. Geografia em Perspectiva . São Paulo: Contexto, 2002.			
VITTE, A. C. (Org.). Contribuições à história e à epistemologia da Geografia . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 294 p.			
TUAN, Y. Fu. Espaço e Lugar . A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1342	HISTÓRIA I	04	60
EMENTA			
A ocupação portuguesa, a escravidão indígena e africana e a herança colonial na História do Brasil. A resistência indígena e africana na colonização do Brasil. O Estado Nacional e a formação das elites políticas no Brasil Imperial. A República Velha e o Estado Novo: os trabalhadores no processo de industrialização. A urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos no século XX. A História das Mulheres no Brasil. Contexto histórico do processo de inserção dependente do Brasil no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu desfecho nos fins da década de 1970. Movimentos sociais e culturais. A transição democrática e o neoliberalismo em fins do século XX. Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil numa perspectiva histórica. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação histórica do Brasil, discutindo aspectos do pacto colonial, escravidão, independência política, imigração, formação da mão de obra, clientelismo político, populismo, das ditaduras e da redemocratização no Brasil recente. Abordagem das relações étnico-raciais no Brasil nas diferentes fases econômicas e políticas de formação da nacionalidade brasileira. Abordagens historiográficas e perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino direcionadas para a História do Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BATALHA, Cláudio. O movimento operário na primeira república . São Paulo: Jorge Zahar, 2000.			
CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil . Rio de Janeiro: Zahar, 2005.			
. Cidadania no Brasil : o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.			
DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil . 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.			
FICO, Carlos. História do Brasil República : da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Editora Contexto, 2016.			
FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala : formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 47ª. Ed, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo . 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.			
GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial . v. II: 1831-1870. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.			
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.			
LOPES, Nei. História e cultura africana e afro-brasileira . São Paulo: Balsa Planeta, 2008.			
MATTOSO, Katia M. De Queiros. Ser escravo no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 2001.			
MESGRAVIS, Laima. História do Brasil Colônia . São Paulo: Editora Contexto, 2015.			
MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O Negro no Brasil de Hoje . - São Paulo: Global, 2006.			
NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República : da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Editora Contexto, 2016.			
NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). História da Vida Priva-			



da no Brasil - v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1995.
TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1989.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1343	SOCIOLOGIA I	04	60
EMENTA			
Sociologia clássica: Positivismo e Funcionalismo, Auguste Comte e a Sociologia de Durkheim: as regras do método sociológico; fatos sociais; divisão social do trabalho; ordem e anomia social. Sociologia de Karl Marx; Materialismo histórico dialético; classes sociais; Ideologia; alienação e consciência. Sociologia de Max Weber: racionalização e burocracia; objetivação; ação e relação social; posições de poder e autoridade. Sociologia de Simmel ou Sociologia impressionista: sociabilidades, indivíduo e pertencimentos sociais e a constituição do sujeito na metrópole. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Analisar as principais contribuições dos clássicos do pensamento sociológico - Auguste Comte, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, Georg Simmel - produzidas no contexto de institucionalização da Sociologia como disciplina científica, evidenciando suas tendências de abordagem metodológica e analítica da vida em sociedade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . Tradução Sérgio Bath. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.			
COHN, G. (org.). Max Weber : Sociologia. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.			
MARX, Karl. O manifesto do partido comunista . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.			
WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo . 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa . 2. ed. São Paulo: Paulus, 2018.			
DURKHEIM, Emile. Da Divisão do Trabalho Social . São Paulo: Edipro, 2016.			
ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra . São Paulo: Boitempo, 2008.			
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas : das origens a Max Weber. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.			
MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte . São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p.			
WAIZBORT, Leopold. As aventuras de Georg Simmel . 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.			
WEBER, Max. Ensaios de Sociologia . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1344	SEMINÁRIO INTEGRADOR III	02	30
EMENTA			
A área do conhecimento das ciências sociais e humanas. A pesquisa e a extensão na formação inicial de professores. A escola e a comunidade escolar.			
OBJETIVO			
Possibilitar a produção, a sistematização e a socialização de conhecimentos em Educação do Campo tendo como base a integração entre os conteúdos dos componentes curriculares do semestre e as atividades desenvolvidas durante o Tempo-Comunidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . Tradução Sergio Bath. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.			
CAVALCANTI, Lana de S. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos . Campinas, SP: Papirus, 1998.			
FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
GALVAO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012.			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CASTRO, I. et al. Geografia: conceitos e temas . São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.			
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.			
FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala : formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 47 ^a . Ed, 2003.			
FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.			
SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1345	FILOSOFIA II	04	60
EMENTA			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011.			
DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003.			
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.			
GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção).			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GARCÍA CANCLINI, Nestor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade . 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. (Ensaios Latino-americanos; 1).			
GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994.			
HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002.			
NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 3. ed. Campinas: Papirus, 2011.			
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.			
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1346	GEOGRAFIA II	04	60
EMENTA			
História geológica da Terra. Estrutura e composição da Terra. Tectônica de placas. Minerais e rochas. A formação e os tipos de solo. As formas do relevo. Fatores endógenos e exógenos na estruturação e esculturação das formas de relevo. Ação antrópica como agente morfogênético. Climatologia e meteorologia. Estrutura e composição da atmosfera. Elementos e fatores climáticos. Massas de ar e circulação atmosférica. Conceitos, definições e objetivos da Cartografia. Orientação cartográfica. Princípios de geodésia. Sistema de coordenadas geográficas e UTM. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Proporcionar o entendimento sobre o funcionamento dos principais processos físicos do planeta Terra e a importância da cartografia na representação dos fenômenos geográficos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AYOADE, I. Introdução à climatologia para os trópicos . 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 332 p.			
QUEIROZ NETO, J. P. Geomorfologia e Pedologia. Revista Brasileira de Geomorfologia , v. 1, n. 1, p. 59-67, 2000. DOI: http://dx.doi.org/10.20502/rbg.v1i1.70 . Acesso: 07 set. 2019.			
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.			
CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas: uma introdução à Geografia Física . 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.			
GROTZINGER, John P.; JORDAN, Thomas H. Para entender a Terra . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARRY, R. G.; CHORLEY, R. J. Atmosfera, tempo e clima . 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 528 p.			
CASTRO, José Flávio Moraes. História da Cartografia e Cartografia Sistemática . 2. ed. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2012.			
CONTI, J. B. Clima e meio ambiente . 6. ed. São Paulo: Atual, 2010.			
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos . Rio de Janeiro: Embrapa, 2006. 306 p.			
FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica . Nova ed. São Paulo: Oficina de Textos, c2008.			
GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. Erosão e Conservação dos Solos : conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 340 p.			
KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E. G. R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia : Fundamentos. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2012. 343 p.			
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 216 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1347	HISTÓRIA II	04	60
EMENTA			
A invenção da agricultura e domesticação de animais. Processo de sedentarização. Divisões sociais e exploração do trabalho no mundo antigo ocidental e oriental. A condição da mulher na Antiguidade. Mito e religião na antiguidade. Relações entre sociedades do mundo antigo: guerra e intercâmbio. Fontes para o estudo da antiguidade. Aspectos econômico-sociais, políticos e culturais da antiguidade, com ênfase nas sociedades mesopotâmicas, egípcias, gregas, romanas e africanas. A América pré-colombiana. As relações étnico-raciais na antiguidade. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Estudar as sociedades do Oriente e do Ocidente Antigos, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. Compreender as relações étnico-raciais entre os povos da África, Ásia e Europa na Antiguidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AMIET, Pierre. A antiguidade oriental . Mem Martins: Europa-América, 2004. CARDOSO, Ciro Flamaron. O trabalho compulsório na antiguidade . Rio de Janeiro: Graal, 2003. CARDOSO, Ciro Flamaron. O Egito antigo . 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALFÖLDY, Geza. A História Social de Roma . Lisboa: Presença, 1997. FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma . 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011. GUARINELLO, Norberto Luiz. História Antiga . São Paulo: Editora Contexto, 2016. MACEDO, José Rivair. História da África . São Paulo: Editora Contexto, 2015. PERRY, Marvin. Civilização ocidental: Uma história concisa . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História Geral da África . Brasília: Unesco/Universidade Federal de São Carlos, 2010. 8 V. PINSKY, Jaime. As primeiras civilizações : história natural, história social - Agricultores e criadores - Mesopotâmicos, egípcios e hebreus. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2011. PINSKY, Jaime. 100 textos de história antiga . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2006. VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e tragédia na Grécia antiga . São Paulo: Perspectiva, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1348	SOCIOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Materialismo histórico e dialética. Classes sociais. Ideologia, alienação e consciência. Marxismo e o debate contemporâneo.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos da obra de Karl Marx. Compreender o contexto sócio-histórico no qual se insere a obra do autor. Conhecer os desdobramentos contemporâneos do debate marxista. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MARX, K. O capital: crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 5v.			
MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.			
MARX, K. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.			
MARX, K.; ENGELS, F. A sagrada família. São Paulo: Boitempo, 2003.			
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: Feuerbach, a oposição entre as concepções materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2010.			
MARX, Karl. O manifesto do partido comunista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOTTO MORE, Tom (Org.) Dicionário do Pensamento Marxista. São Paulo: Zahar, 1988.			
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001. 6 v.			



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GCH794	DIDÁTICA GERAL	4	60
Ementa			
Fundamentos da Didática: História da didática e as concepções de currículo, de planejamento, de metodologia, de avaliação e de gestão escolar. Espaços e tempos escolares. Concepções de Projeto político pedagógico. Disciplina/indisciplina, currículo. Ensino e aprendizagem: plano de ensino. Estudo e pesquisa em didática na educação básica.			
Objetivo			
Compreender a Didática como ciência direcionada para as atividades de planejamento, gestão e avaliação do espaço e tempo escolar. Problematizar os processos de ensino e aprendizagem construindo perspectivas significativas da ação docente que contribuam para formação de licenciados comprometidos com a qualidade da educação.			
Referência Básica			
CASTRO, Amélia Domingues de. A trajetória histórica da Didática . São Paulo: FDE, 1991.			
COMENIUS. Didática magna . São Paulo: Martins Fontes, 1997.			
MARIN, Alda Junqueira (Coord. et al.). Didática e trabalho docente . 2 ed. Araraquara/SP: Junqueira&Marin, 2005.			
LEITE, Y. U. F. O lugar das práticas pedagógicas na formação inicial de professor . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.			
GHIRALDELLI JR., Paulo. Didática e Teorias Educacionais . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.			
TIBALLI, Elianda F. A. Planejamento : plano de ensino: aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.			
Referência Complementar			
BRZEZINSKI, Iria (Org.). Profissão professor : identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.			
CASTRO, Amélia Domingues CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar . São Paulo: Thomson, 2002.			
CANDAU, V. M. (org) A didática em questão . Petrópolis: Vozes, 2014.			
CANDAU, Vera Maria. Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			
CORDEIRO, J. Didática . São Paulo: Contexto, 2015.			
LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1994.			
LIBANEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente . (Coleção: Questão da nossa época) São Paulo: Editora Cortez, 2010.			
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.			



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GCH1214	ESTÁGIO CURRICULAR I	5	75
Ementa			
Observação e análise dos processos pedagógicos na escola. A docência e a organização do trabalho pedagógico na escola. Organização e funcionamento dos processos de gestão educacional e de coordenação pedagógica. Aspectos da Gestão democrática. PPP e regimento escolar. Formação continuada e produção de conhecimento na escola. A relação escola e comunidade.			
Objetivo			
Compreender a organização e o funcionamento da escola. Caracterizar as principais instâncias de organização e representação coletiva na escola. Problematizar a organização pedagógica na escola e as implicações e possibilidades de constituição de uma escola pública democrática e participativa.			
Referência Básica			
DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. – 4 ^a ed. – Campinas: Autores Associados, 2007.			
FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.			
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.			
OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.			
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7 ^a ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
Referência Complementar			
NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDONO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica. – Campinas; SP: Autores Associados, UEPG, 2007.			
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Educação Escolar: que prática é essa? – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.			
VASCONCELOS, Celso dos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico: Elementos metodológicos para elaboração e realização. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.			
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 24. ed. Campinas: Papirus, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1349	FILOSOFIA III	04	60
EMENTA			
A patrística grega e a patrística latina. A filosofia de Santo Agostinho. Questões teóricas na filosofia medieval: lógica, dialética e a querela dos universais. O surgimento das universidades. A filosofia de São Tomás de Aquino. A escolástica. As questões em torno da fé e da razão. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola.			
OBJETIVO			
Apresentar o estudante nos principais temas e questões da filosofia antiga e medieval, bem como proporcionar um panorama das questões envolvendo fé e razão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AGOSTINHO, Santo. A trindade . São Paulo: Paulus, 1994. (Patrística, v.7).			
AGOSTINHO, Santo. Confissões . 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			
CRESCENZO, Luciano de. História da Filosofia Medieval . Rio de Janeiro: Rocco, 2006.			
STORCK, Alfredo. Filosofia medieval . Rio de Janeiro: Zahar, c2003.			
TOMÁS DE AQUINO. Suma teológica . São Paulo: Loyola, 2001. 9 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na Idade Média . 9. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2003.			
MCGRADY, Arthur Stephen. Filosofia medieval . 5. ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2018.			
PIAIA, Gregório. Entre história e imaginário: o passado da filosofia na Idade Média . Porto Alegre: Edipucrs, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1350	GEOGRAFIA III	04	60
EMENTA			
O processo de industrialização e urbanização. A urbanização brasileira. Os conceitos básicos para compreensão do espaço urbano. A atuação dos movimentos sociais urbanos. As relações campo-cidade. Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia para leitura e interpretação do espaço urbano. A cidade e a questão ambiental. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica e a educação ambiental.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de urbanização e o papel dos diferentes sujeitos que produzem o espaço urbano brasileiro.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTELLS, Manuel. A questão urbana . 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental : diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . 5. ed. São Paulo: Edusp, 2018. SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011. SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização . São Paulo: Contexto, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental : a formação do sujeito ecológico . 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 255 p. BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm#art14 >. Acesso em 19 de abril de 2020. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de influência das cidades : 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. MARICATO, E. Para entender a crise urbana . São Paulo: Expressão Popular, 2015. MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1351	HISTÓRIA III	04	60
EMENTA			
O conceito de Idade Média e Feudalismo. Império romano: rupturas e permanências no Ocidente e Oriente medieval. Igreja e cristianismo na configuração do mundo medieval. Islã: ascensão e conquista. Senhores e camponeses. A cidade medieval. As cruzadas e a expansão da cristandade. Guerra e sociedade no medievo. Cristãos, muçulmanos e judeus na Península Ibérica. Contexto histórico do mundo ocidental dos séculos XVI ao XVIII. Renascimento, Expansão Marítima, Mercantilismo. A questão da transição para o Capitalismo. Reforma e Contrarreforma. Iluminismo e Absolutismo. A condição da mulher no mundo medieval e moderno. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Estudar os períodos medieval e moderno, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas, com ênfase nos aspectos sociais, econômicos e culturais que moldaram a sociedade ocidental, suas abordagens teóricas, de pesquisa e de prática de ensino.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
BLOCH, Marc. A sociedade feudal . Lisboa: Edições 70, 1982. BURKE, Peter. A cultura popular na Idade Moderna : Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. DOBB, Mauricie. A evolução do capitalismo . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. DOBB, Maurice Herbert <i>et al.</i> A transição do feudalismo para o capitalismo . 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. FRANCO JR., Hilário. A Idade Média : nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo . São Paulo: Ed. Unesp, c2013. ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). História da vida privada : da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.3 DUBY, Georges (Org.). História da vida privada : da Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. v.2 GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes : o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. HUBERMAN, Léo. História da riqueza do homem . 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERUTTI, Flávio Costa. História Moderna através de textos . São Paulo: Contexto, 2016. MICELI, Paulo. História Moderna . São Paulo: Contexto, 2016. PERRY, Marvin. Civilização ocidental : uma história concisa. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015. SANTIAGO, Theo (org) Do Feudalismo ao Capitalismo : uma discussão histórica. São Paulo: Editora Contexto, 2017.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1352	SOCIOLOGIA III	04	60
EMENTA			
As bases históricas, teoréticas e epistemológicas da sociologia weberiana. O Tipo ideal. Os conceitos centrais: poder, dominação, ação e relação social. Temas da sociologia weberiana: Economia, Religião, Burocracia, Política e Ciência. As influências de Weber no debate sociológico contemporâneo. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos da obra de Max Weber. Compreender o contexto sóci-histórico no qual se insere a obra do autor. Conhecer os desdobramentos contemporâneos do debate da sociologia comprehensiva.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. 5.. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2016.			
WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Org. e Introdução: H. H. Gerth e C. W. Mills. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.			
WEBER, Max. A bolsa. Lisboa: Relógio d'água, 2004.			
WEBER, Max. Sociologia das religiões. Lisboa: Relógio d'água, 2006.			
SELL, C. E. Max Weber e a racionalização da vida. Petrópolis: Vozes, 2013.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
PIERUCCI, Antônio Flavio. O desencantamento do mundo : todos os passos do conceito em Max Weber. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.			
SOUZA, Jessé. A Atualidade de Max Weber. Brasilia: UnB, 2000.			
WEBER, Max. Ciência e política : duas vocações. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.			
WEBER, Max. A bolsa . Lisboa: Relógio d'água, 2004.			
WEBER, Max. Sociologia das religiões . Lisboa: Relógio d'água, 2006.			



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GLA210	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	4	60
Ementa			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
Objetivo			
Conhecer a Língua brasileira de sinais (Libras) a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
Referência Básica			
BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.			
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
. Educação de surdos. A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.			
Referência Complementar			
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.			
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.			
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Ed). Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira baseado em Linguística e Neurociências cognitivas. São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012.			
FERNANDES, Sueli. Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2007.			
. Educação de Surdos. Curitiba: Editora InterSaberes, 1ª edição, 2013.			
GESSER, Andrei. LIBRAS, Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.			
LACERDA, Cristina. Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (Org) Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFS-Car, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1353	METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE PESQUISA	02	30
EMENTA			
Introdução às principais metodologias e técnicas de pesquisa em ciências sociais e humanas. Etapas de uma pesquisa. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Normas técnicas de produção científica.			
OBJETIVO			
Capacitar o acadêmico de Licenciatura em Educação do Campo na prática operacional da pesquisa social. Identificar de forma simples e sintética alguns aspectos instrumentais da pesquisa empírica, a formulação de projetos, a coleta de dados, e sua análise. Relacionar a atividade de docente com a prática de pesquisa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAMPENHOUDT, LucVan; QUVY, Raymond; MARQUET, Jacques. Manual de investigação em Ciências Sociais . Lisboa: Gradiva, 2019.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social . São Paulo: Editora Vozes, 2014.			
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Manual de trabalhos acadêmicos . Chapecó, 2015.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.			
BRITO, A. X.; LEONARDOS, A C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. <i>Cadernos de Pesquisa</i> , São Paulo, n. 113, p. 07-38, 2001. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/597 . Acesso em: 02 set. 2019.			
COCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. São Paulo: Editora Vozes, 2014.			
GAMBOA, Sílvio Sánchez. Pesquisa em educação : métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2012.			
HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto (Org.). Metodologia de pesquisa . 5. Edição. Porto Alegre: Penso, 2013.			
JARA, Oscar. A sistematização de experiências : prática e teoria para outros mundos possíveis. Brasília, DF: CONTAG, 2012.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso : o princípio da pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.			
POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa : enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.			
POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica . São Paulo: Editora Cultrix, 2013.			
SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.			
SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Batista (Orgs.). Metodologia de pesquisa . Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez Editora, 2018.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1354	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	05	75
EMENTA			
O trabalho docente e as implicações na Organização do Trabalho Pedagógico na escola. Projetos e ações interdisciplinares. A relação Escola-Comunidade e o currículo na Educação Básica.			
OBJETIVO			
Aprofundar e sistematizar o conhecimento acerca das dinâmicas do espaço escolar desde o trabalho docente, considerando o desenvolvimento dos projetos interdisciplinares e a relação Escola - Comunidade como elementos inerentes ao currículo da Educação Básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). Gestão democrática da educação : atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.			
GIMENO SACRISTÁN, J. Curriculo : uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Educação Escolar: que prática é essa? – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.			
RODRIGUES, R. Reflexões sobre a organização curricular por área do conhecimento. In: CALDART, R. S. (Org). Caminhos para transformação da escola : Reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.			
FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais" de autoria de Gaudêncio Frigotto, publicado na Revista do Centro de Educação e Letras-UNIOESTE/Foz-2008.			
MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo, Cortez, 1991.			
OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Org.). Política e trabalho na escola : administração dos sistemas públicos de educação básica. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.			
NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDONO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). Instituições Escolares no Brasil : conceitos e reconstrução histórica. – Campinas; SP: Autores Associados, UEPG, 2007.			
VASCONCELOS, Celso dos. Planejamento : projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico: Elementos metodológicos para elaboração e realização. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1355	POLÍTICAS EDUCACIONAIS E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E INDÍGENA	02	30

EMENTA

Educação do Campo e história da política educacional brasileira. O papel da influência dos Organismos Internacionais e Bancos Multilaterais, na definição da política educacional brasileira (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Estudo do Parecer N° 36 e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação: a Educação Rural nas Constituições Brasileiras; a Educação Rural na Legislação Educacional; a Educação do Campo. Resolução CNE/CEB n° 2, de 28 de abril de 2008, **Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010.**

OBJETIVO

Compreender o contexto histórico (sócio-econômico e político) e os fatores que influenciaram as contradições e limites presentes no processo de constituição da Política Educacional do Brasil do ensino rural e a educação como campo social de disputa hegemônica: compreensão do papel da educação no processo social Função social dos sistemas educativos diante das novas formas assumidas pelas relações sociais de produção no contexto de crise do modelo que sustentou por mais de cinquenta anos (a partir dos anos 1980).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como Política Pública.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Polêmicas do Nosso Tempo; v. 56)
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referência por uma política nacional de educação do campo:** Caderno de Subsídios. 2. ed. Brasília: MEC, SECADI, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.** Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília: MEC, [2002].
- CALDART, Roseli, PEREIRA, Izabel Brasil, ALENTEJANO, aulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.) **Dicionário da Educação do campo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 4. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, Roseli S. (org.). **Caminhos para a transformação da escola:** reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CAPADA, Marta Valéria. **O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995):** Resenhas de teses e livros. Brasília: MEC; São Paulo: MARI, 1995. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002026.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.
- CORTES, Clélia Neri. **A educação escolar entre os povos indígenas:** da homogeneização à diversidade. In: Anais da 19a Reunião Anual da ANPED, 1996. **inexistente no acervo. Venda indisponível e não achei o arquivo digital.** Recomendado substituir por



outro título com venda na editora de origem.
FREITAS, Luis Carlos. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, M. M. (Org). **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
MUNARIN, Antônio *et al* (Org). **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcam-po.pdf. Acesso em 09 set. 2019.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.
ROCHA, Maria Izabel; MARTINS, Aracy Alves (org.). **Educação do campo**: desafios para a formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
SPOSITO, Marilia Pontes. Organização Popular e educação pública. In: SPOSITO, Marilia Pontes. **Educação e constituinte**. São Paulo: Cortez,



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1356	FILOSOFIA IV	04	60
EMENTA			
O Renascimento. O Racionalismo e o Empirismo e a solução kantiana e suas consequências: os grandes sistemas idealistas. O Projeto Iluminista. Marxismo. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola.			
OBJETIVO			
Apresentar as principais questões e autores da modernidade, bem como suas consequências para o desenvolvimento da filosofia posterior.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DESCARTES, R. Discurso sobre o método . 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. _____. Meditações Metafísicas . São Paulo: Martins Fontes, 2005. KANT, I. Crítica da Razão Pura . 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997. HOBBES, T. Do cidadão . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. HOBBES, T. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil . São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores). LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano . São Paulo: Nova Cultural, 2005. SPINOZA, B. Ética . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BACON, F. Novum Organum . São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores). BERKELEY, G. Tratado sobre os princípios do conhecimento humano . São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores). DELEUZE, G. A filosofia crítica de Kant . Lisboa: Edições 70, 1983. FICHTE, J. G.; SCHELLING, F. V. Escritos Filosóficos . São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores, v. 26). HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito . Petrópolis: Vozes, 2002. HUME, D. Investigação acerca do entendimento humano . São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores). MONTESQUIEU. Do espírito das leis . São Paulo: Nova Cultural, 2005. v. 1.(Coleção Os Pensadores). ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens . São Paulo: Nova Cultural, 1999. v. 2. (Coleção Os Pensadores). _____. O contrato social – Os princípios do direito político . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1357	GEOGRAFIA IV	04	60
EMENTA			
As transformações do espaço agrário brasileiro e a atuação dos movimentos sociais pela reforma agrária. Modernização da agricultura e territorialização do agronegócio. A diversidade do campo brasileiro. Dimensões socioambientais do espaço rural. A produção agropecuária e a questão ambiental. Novos usos e funções do/no rural. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Analisar as principais transformações socioeconômicas ocorridas no espaço agrário brasileiro com ênfase na atuação do Estado e dos movimentos socioterritoriais.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
FERNANDES, B. M. MST : formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.			
MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 330p.			
OLIVEIRA, A. U. de. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária . São Paulo: Labur, 2007.			
SILVA, Ligia Maria Osório. Terras devolutas e latifúndio : efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.			
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo Rural como um Espaço de Vida . Porto Alegre: UFRGS, 2009.			
PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A. Terra e território : a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
ANDRADE, M. C. Abolição e reforma agrária . São Paulo: Editora Ática, 1987. 86 p.			
BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária , v.1, n.2, p.123-151, ago. 2006.			
DELGADO, G. C. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio : Mudanças Cíclicas em Meio Século: (1965-2012). 1ed. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2012. v.01, 142p.			
FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. REVISTA NERA , ano 08, n.06, jan./jun. 2005. p. 24-34.			
GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental : diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 81-105.			
KAUTSKY, K. A Questão Agrária . Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.			
LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental : a reapropriação social da natureza. São			



Paulo: RCB, 2004.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia - o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1988.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Campinas, SP: Unicamp. I.E., 1999.

MARÉS, C. F. A função social da terra. Porto Alegre: Safe, 2003.

SANTOS, Milton. A Questão do Meio Ambiente: Desafios para a Construção de uma Perspectiva Transdisciplinar. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.1, n.1, Trad, 1, ago. 2006.

VALVERDE, O. Estudos de geografia agrária brasileira. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1985. 268 p.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1358	HISTÓRIA IV	04	60
EMENTA			
Processo de consolidação do Capitalismo entre os séculos XVIII e XIX. As Revoluções Burguesas. A Revolução Industrial e as transformações técnicas. Nacionalismo. Imperialismo. A grande emigração europeia do século XIX. Movimento operário. Condição feminina e infantil no mundo do trabalho industrial. Neocolonialismo. Primeira Guerra Mundial. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Compreender a História Contemporânea como período envolvendo forças contraditórias que levam à constituição da sociedade burguesa, a formação do proletariado e a afirmação do capitalismo.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
BETHELL, Leslie. História da América Latina . São Paulo: Edusp, 2001. HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções: 1789-1848 . 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. HILL, Christopher. A Revolução Inglesa de 1640 . Lisboa: Presença, 1977. HOBSBAWM, Eric. A era do capital: 1848-1875 . São Paulo: Paz e Terra, 2007. HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios: 1875-1914 . São Paulo: Paz e Terra, 2008. KARNAL, Leandro et al. História Dos Estados Unidos . Das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. MICELI, Paulo. As revoluções burguesas . São Paulo: Atual, 1994. PERROT, Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros . Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. WALLERSTEIN, I. O capitalismo histórico . Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1995.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar : a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. CROSBY, Alfred. Imperialismo Ecológico : a expansão biológica da Europa. Companhia de Bolso, 2011. HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça : ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Cia das Letras, 1987. HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780 : programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. IGLÉSIAS, Francisco. A revolução industrial . São Paulo: Brasiliense, 1982. MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERUTTI, Flávio Costa. História contemporânea através de textos . São Paulo: Contexto, 2017. PERROT, Michele (Org.). História da vida privada , v.4: da revolução francesa a pri-			



meira guerra. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma história concisa. 3^a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1359	SOCIOLOGIA IV	04	60
EMENTA			
O Funcionalismo de Talcott Parsons e anomia em Merton. O Interacionismo Simbólico: teorias da ação. Teoria Crítica e Escola de Frankfurt: o conflito em perspectiva. Temas contemporâneos do pensamento social: educação em Direitos Humanos. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Analisar as principais correntes sociológicas que se difundiram a partir da primeira metade do século XX.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas : uma visão humanística. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			
BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; REIS, Martha dos (org.). Educação, direitos humanos e exclusão social . Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012 (e-book).			
DOMINGUES, José Mauricio. Teorias Sociológicas no Século XX . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.			
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas : de Parsons aos contemporâneos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.			
GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana . 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento : fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.			
DOMINGUES, José Maurício. A sociologia de Talcott Parsons . São Paulo: Anna-blume, 2008.			
EUFRASIO, Mário A. Estrutura Urbana e Ecologia Humana : a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940). Coedição: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.			
GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Ed. UNESP, 2000.			
GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social : encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.			
GOFFMAN, Erving. Estigma : notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.			
HORKHEIMER, Max. Teoria Crítica . São Paulo: Perspectiva, 1990.			
IANNI, O. A sociologia e o mundo moderno. Tempo Social : Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 7-22, 1. Sem. 1989. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83315 . Acesso em: 16 set. 2019.			
MARCUSE, Herbert. Cultura e Sociedade . São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 1.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1360	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	02	30
EMENTA			
A construção dos problemas e os métodos de pesquisa em educação. As fases da produção do conhecimento científico. Elaboração do pré-projeto de TCC. Normas para trabalho científico (ABNT).			
OBJETIVO			
Proporcionar ao educando as condições necessárias para o planejamento e a viabilidade do projeto de pesquisa. Aprimorar a capacidade de interpretação crítica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som : um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa . Ijuí: Editora Unijuí, 2006.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos . Normas e Técnicas. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.			
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Manual de trabalhos acadêmicos . Chapecó, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais . São Paulo: Atlas, 1981.			
FAZENDA, Ivani (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . Campinas: Papirus, 1997. 159 p.			
. Novos enfoques da pesquisa educacional . São Paulo: Cortez, 1999. 150 p.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1361	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	06	90
EMENTA			
Exercício da profissão docente. Planejamento e avaliação. O processo ensino-aprendizagem e a organização do trabalho docente no Ensino Fundamental II. Metodologias Interdisciplinares nas disciplinas de História e Geografia.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de planejamento, docência e avaliação nos diferentes anos do Ensino Fundamental II nas disciplinas que compreendem a área de formação do Curso; Elaborar materiais didáticos para essa modalidade de ensino; Produzir relatórios com reflexões que contribuam na formação individual e coletiva;			
REFERÊNCIA BÁSICA			
CALLAI, Helena Copetti (Org.). Educação Geográfica: reflexão e prática. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2011.			
CASTELAR, S. Educação Geográfica: teoria e prática docente. São Paulo: Contexto, 2005.			
ROSS, J. L. S. (Org.). Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2000.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
CASTRO, Iná E. et al. (Org.). Brasil: Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.			
MORAIS, Eliana M. B.; MORAES, Loçandra B. de. Formação de professores : conteúdos e metodologias no ensino de geografia. Goiânia: Vieira: NEPEG, 2010. Disponível em: http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2014/04/LIVRO-FORMA%C3%87%C3%83O-DE-PROFESSORES-CONTE%C3%9ADOS-E-METODOLOGIAS-NO-ENSINO-DE-GEOGRAFIA-2010.pdf . Acesso em 12 set. 2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA I	04	60
EMENTA			
A ser definida			
OBJETIVO			
REFERÊNCIA BÁSICA			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1364	FILOSOFIA V	04	60
EMENTA			
As consequências da revolução científica e filosófica do século XIX. Temas e questões da filosofia contemporânea. As relações entre cultura, ideologia, igualdade de direitos e política na sociedade contemporânea. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola.			
OBJETIVO			
Apresentar os fundamentos da filosofia contemporânea e suas questões.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DESCARTES, R. Discurso do Método . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.			
KANT, I. Crítica da Razão Pura . 7. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.			
HOBBES, T. Do cidadão . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.			
HOBBES, T. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil . São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os Pensadores, v.14)			
LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano . São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Os Pensadores, v. 18)			
SPINOZA, B. Ética . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor W. Prismas . Crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 1998.			
ARENDT, H.. A Condição Humana . 11. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.			
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992.			
CHAUI, Marilena. O que é ideologia . São Paulo: Brasiliense, 2003.			
MARCUSE, Herbert. Cultura e sociedade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.			
MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx . São Paulo: Boitempo, 2006.			
MONTESQUIEU. Do espírito das leis . São Paulo: Nova Cultural, 1973. (Os Pensadores, v.21).			
NIETZSCHE. F. A Genealogia da moral . 3. ed. São Paulo: Escala, 2009. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 20).			
RORTY, R. Contingência, ironia e solidariedade . São Paulo: Martins Fontes, c2007.			
RUSSELL, B. História da filosofia ocidental . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 3v.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1365	GEOGRAFIA V	04	60
EMENTA			
Globalização, cultura e atividade econômica. Regimes de acumulação. Processos deinternacionalização da economia e do território. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação. Blocos econômicos e organizações econômicas transnacionais. Geografia Política e Geopolítica no Brasil e no mundo. Limites e fronteiras. Geografia Política e formação dos Estados Nacionais. Nação e nacionalismo. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Compreender a organização do espaço mundial. Analisar a formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. Discutir o comércio mundial e suas implicações socioespaciais. Compreender a inserção geopolítica brasileira no mundo.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.			
DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. (Org.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011.			
HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização : do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.			
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial . São Paulo: UNESP, 2012.			
RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro; EGLER, Tamara Tânia Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda. (Org.). Política governamental e ação social no espaço . Rio de Janeiro: Letra Capital: Anpur, 2012. Disponível em: http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/politica_governamental.pdf . Acesso em: 18 set. 2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HARVEY, David. A condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.			
SANTOS, Milton. A natureza do espaço : técnica e tempo razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2017.			
SANTOS, Milton. O Espaço Dividido : os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1366	HISTÓRIA V	04	60
EMENTA			
A Revolução Russa. O período entre-guerras e a ascensão dos totalitarismos. A Segunda Guerra. A Guerra Fria e o declínio do comunismo. A Revolução Verde e a urbanização do mundo. A descolonização e emergência dos países não alinhados. Transformações culturais após 1960. A condição da mulher. O neoliberalismo e as migrações internacionais das últimas décadas. Crise ecológica: a transformação ambiental radical do planeta no século XX. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino.			
OBJETIVO			
Compreender a história dos séculos XX e XXI como período crucial para a compreensão da sociedade atual, estabelecendo reflexões que permitam o posicionamento crítico diante de seu próprio tempo bem como para a futura atividade docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HOBSBAWM, Eric. Tempos interessantes : uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.			
MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERUTTI, Flávio Costa. História contemporânea através de textos . São Paulo: Contexto, 2017.			
MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. História do Tempo Presente . São Paulo: Contexto, 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos : o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo . São Paulo: Expressão Popular, 2009.			
PERROT, Michele (Org.). História da vida privada , v.4: da revolução francesa a primeira guerra. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.			
PERRY, Marvin. Civilização ocidental : uma história concisa. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1367	SOCIOLOGIA V	04	60
EMENTA			
Teorias sociológicas contemporâneas: proposições e debates. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.			
OBJETIVO			
Conhecer as principais correntes da sociologia contemporânea.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUMAN, Z. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BOURDIEU, Pierre. Razões práticas : sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica . Lisboa: Edições 70, 2010. GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes : mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COHN, Gabriel (org.). Theodor W. Adorno : Sociologia. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 54). ELIAS, Norbert. O processo civilizador . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990-1994. 2 v. HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento : a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. TAYLOR, Charles. O multiculturalismo . Lisboa: Instituto Piaget, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1368	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	02	30
EMENTA			
Elaboração do projeto de pesquisa. Os processos educativos e as práticas sociais na construção do conhecimento. Coleta de dados e o comprometimento com o método de pesquisa. Normas para trabalho científico (ABNT).			
OBJETIVO			
Proporcionar ao educando as condições necessárias para a elaboração do projeto de pesquisa e o desenvolvimento do TCC.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som : um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.			
CAMPENHOUT, LucVan; QUIVY, Raymond; MARQUET, Jacques. Manual de investigação em Ciências Sociais . Lisboa: Gradiva, 2019.			
FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
GAMBOA, Sílvio Sánchez. Pesquisa em educação : métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2012.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.			
DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981.			
FAZENDA, Ivani (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . 12. ed. Campinas: Papirus, 2016. 160 p.			
FAZENDA, Ivani (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 210. 150 p.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos : Normas e Técnicas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1369	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISADO IV	06	90
EMENTA			
Exercício da profissão docente. Planejamento e avaliação. O processo ensino-aprendizagem e a organização do trabalho docente no Ensino Médio. Metodologias Interdisciplinares nas disciplinas de Filosofia e Sociologia.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de planejamento, docência e avaliação nos diferentes anos do Ensino Médio nas disciplinas que compreendem a área de formação do Curso; Elaborar materiais didáticos para essa modalidade de ensino; Produzir relatórios com reflexões que contribuam na formação individual e coletiva;			
REFERÊNCIA BÁSICA			
ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.			
ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. Filosofando : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.			
GALLO, Silvio. Metodologia do ensino de filosofia : uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.			
KOHAN, Walter (org.). Ensino de filosofia : perspectiva. São Paulo: Autêntica, 2002.			
JINKINGS, Nise. “Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos”. Mediações : Revista de Ciências Sociais, Londrina, PR, v. 12, n.1, p. 113-130, jan/jun. 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3391 . Acesso em: 17 set. 2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. O Ensino de Sociologia como problema epistemológico e sociológico. Educação & Realidade , Porto Alegre, v. 39, n.1, p. 59-80, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362014000100005&script=sci_abstract&tlang=pt . Acesso em: 17 set. 2019.			
CHAUI, M. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.			
MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cadernos CEDES , Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011. DOI: 10.1590/s0101-32622011000300004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-32622011000300004&tlang=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 17 set. 2019.			
DIAS, M. F. S.; SOUZA, S. C.; SEARA, I. C. (Org.). Formação de professores : experiências e reflexões. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH803	AGROECOLOGIA E COOPERAÇÃO NA ESCOLA	02	30
EMENTA			
Histórico e princípios da agroecologia e da cooperação. A relação da agroecologia e da cooperação com os conteúdos curriculares na educação básica. Práticas cooperativas e agroecológicas nas comunidades campesinas e na escola. As práticas pedagógicas no contexto escolar no diálogo com os saberes das populações tradicionais. Educação ambiental, cooperação e agroecologia.			
OBJETIVO			
Conhecer os princípios da agroecologia e da cooperação com vistas à elaboração de propostas de trabalho pedagógico na escola.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, M. Agroecologia : as bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: ASPTA, 2002.			
CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.			
RIBEIRO, D. S. <i>et al</i> (Orgs.) Agroecologia na educação básica : questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 164p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSMANN, Hugo; MOSUNG, Jung. Competência e sensibilidade solidária : educar para a esperança. Petrópolis: Vozes, 2000.			
BARBOSA, Rosângela N. A economia solidária como política pública : uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.			
PRIMAVESI, A. M. A convenção dos ventos : agroecologia em contos. São Paulo,SP: Expressão Popular, 2016. 168p.			
RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. Educação Ambiental e desenvolvimento Sustentável : problemática, tendências e desafios. Fortaleza: Edições UFC, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA II	04	60
EMENTA			
A ser definida			
OBJETIVO			
REFERÊNCIA BÁSICA			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GCH797	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	2	30
EMENTA			
Direitos humanos e aspectos políticos e legais que fundamentam a Inclusão. Modelo social da deficiência: dimensão cultural, diversidade e diferença. Diretrizes para educação inclusiva e a legislação brasileira. A inclusão na escola: saberes e práticas pedagógicas para a educação na diversidade.			
OBJETIVO			
Compreender as questões que fundamentam a inclusão escolar e suas implicações para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais			
REFERÊNCIA BÁSICA			
BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva . Brasília: MEC/SEESP, 2008.			
GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Políticas e práticas de Educação inclusiva . 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.			
MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar: o que É? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.			
RODRIGUES, David (Org). Inclusão e Educação : doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo:Summus, 2006.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica . Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.			
DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2 ed. Brasília: CORDE, 1997.			
MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. Inclusão Escolar : pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.			
OMOTE, S. Inclusão : intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.			
SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade . Educação & Realidade, 24(1), jul./dez., 1999.			
UNESCO Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos . Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, DF, 1998. 6 f. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf . Acessado em: 20 jul. 2016.			



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
	REALIDADE DO CAMPO BRASILEIRO	3	45
Introdução a Sociologia Rural. Território, geografia, Global x Local. Território e Cultura, Ideologia e Cultura Popular. Rural x Urbano no desenvolvimento brasileiro. Processos políticos, atores socioeconômicos e políticas públicas. Conflito agrário, lutas pela terra e movimentos sociais rurais. A teoria dos Novos Movimentos Sociais e a nova concepção de Cidadania.			
OBJETIVO			
Promover a compreensão da realidade social, econômica, técnica, cultural e política da sociedade em geral, e do meio rural em particular, visando a integrar-se em suas transformações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão . 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 296p. BUAINAIN, Antonio Marcio (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil . Campinas: Editora da Unicamp, 2008. CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.). Agricultura Familiar . Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf . Acesso em: 19 set. 2019. FERREIRA, Angela Duarte Damaceno; BRANDENBURG, Alfio (Org.). Para pensar outra agricultura . 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: Indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Revista Estudos Sociedade e Agricultura , Seropédica, RJ, v.10, n.1, Secção n.18, p. 28-46. abr. 2002. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/207 . Acesso em: 20 set. 2019. FURTADO, Celso. Raízes do Subdesenvolvimento . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização : do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012 SILVA, Jose Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Revista Estudos Avançados , São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, USP, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005 . Acesso em: 20 set. 2019. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. Revista Estudos Sociedade e Agricultura , Rio de Janeiro, v.8, n.2, secção n.15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178 . Acesso em: 20 set. 2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA III	04	60
EMENTA			
A ser definida			
OBJETIVO			
REFERÊNCIA BÁSICA			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1370	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISADO V	06	90
EMENTA			
Exercício da profissão docente. Planejamento e avaliação. Docência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Ensino Médio e/ou em organizações de base comunitária-popular a partir da experiência dos movimentos sociais e do referencial teórico-metodológico da Educação Popular e da Educação do Campo.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de planejamento, docência e avaliação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Ensino Médio e/ou em organizações de base comunitária-popular; Elaborar materiais didáticos para a área das ciências sociais e humanas; Produzir relatórios com reflexões que contribuam na formação individual e coletiva;			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.			
ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. Filosofando : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.			
CHAUI, M. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.			
GALLO, Silvio. Metodologia do ensino de filosofia : uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.			
KOHAN, Walter (org.). Ensino de filosofia : perspectiva. São Paulo: Autêntica, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
JINKINGS, Nise. “Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos”. Mediações : Revista de Ciências Sociais, Londrina, PR, v. 12, n.1, p. 113-130, jan/jun. 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3391 . Acesso em: 17 set. 2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1371	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	02	30
EMENTA			
Elaboração do TCC. Aprofundamento teórico e metodológico na pesquisa em educação.			
OBJETIVO			
Possibilitar as condições necessárias para a execução das diferentes etapas do TCC. Realização de pré-bancas de TCC com defesa do projeto e um esboço de um capítulo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 15287 : informação e documentação - projeto de pesquisa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.			
ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNADJER, Fernando. O método nas Ciências Naturais e Sociais . Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.			
BARBETTA, Pedro. Estatística para as Ciências Sociais . 4. ed. rev. e amp. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som : um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
FOX, James; FORDE, David R.; LEVIN, Jack. Estatística para Ciências Humanas . 11. ed. Pearson Education, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição . 4. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.			
DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais . São Paulo: Atlas, 1981.			
FAZENDA, Ivani (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . Campinas: Papirus, 1997. 159 p.			
FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
LEVIN, Jack; FOX, James Alan. Estatística para as Ciências Humanas . 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos . Normas e Técnicas. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1372	ANTROPOLOGIA INDÍGENA	03	45
EMENTA			
A contribuição da etnologia indígena para a antropologia no Brasil. Grupos indígenas no Brasil e no Paraná. Política, rituais, cosmologia e parentesco. As práticas pedagógicas no contexto escolar no diálogo com os saberes das populações tradicionais.			
OBJETIVO			
Conhecer e analisar as principais contribuições dos estudos etnológicos para a antropologia feita no Brasil. Compreender a dinâmica das transformações culturais e das relações entre os grupos indígenas. Apreender as contribuições teóricas dos estudos etnológicos a respeito de diferentes grupos indígenas no Brasil e no Paraná.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) História dos índios no Brasil . 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.			
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado . Rio de Janeiro: UBU Editora, 2017.			
FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.			
SILVA, Giovanni José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M da. Diversidade cultural indígena no Brasil contemporâneo: quem são? Quantos são? Onde estão? In: Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica . 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COELHO DOS SANTOS, Sílvio. Índios e brancos no sul do Brasil : a dramática experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC/PRÓ-MEMÓRIA INL, 1987.			
FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. Ambiente & Sociedade . São Paulo v. XVIII, n. 2, p. 115-132, abr.-jun. 2015.			
FERNANDES, Ricardo Cid. O “15” e o “23”: políticos e políticas kaingang. Campos 7(2):27-47, 2006.			
MELATTI, J. C. A etnologia das populações indígenas do Brasil nas duas últimas décadas. Anuário Antropológico , 5(1), 253-275, 1981.			
MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang : a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª Ed. Maringá: Eduem, 2009.			
RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização : a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.			
MOTA, Lúcio Tadeu; ASSIS, Valéria Soares de. Populações indígenas no Brasil : histórias, culturas e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.			
RIBEIRO, Darcy. Diários indíos : os Urubu-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.			
TOMMASINO, Kimiye. Reflexões sobre a territorialidade Kaingang e a importância da inter-trans-disciplinaridade. R. Museu Arq. Etn. , 27: 121-134, 2016.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA IV	04	60
EMENTA			
A ser definida			
OBJETIVO			
REFERÊNCIA BÁSICA			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1373	SEMINÁRIO DE SOCIALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	02	30
EMENTA			
Socialização dos trabalhos de conclusão de curso.			
OBJETIVO			
Apresentar e defender o trabalho de conclusão de curso, sob a orientação de um professor, devendo exercitar as etapas do processo de desenvolvimento do trabalho científico, de cunho profissional na área de atuação em que o aluno esteja em vias de graduar-se.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.			
FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas e Técnicas. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1981.			
FAZENDA, Ivani (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas: Papirus, 1997. 159 p.			
. Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1999. 150 p.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1374	TEORIA COOPERATIVISTA	04	60
EMENTA			
Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. O cooperativismo no Brasil. A diversidade de modelos cooperativistas no campo brasileiro. Cooperativismo e recriação camponesa.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender as bases filosóficas e doutrinárias do cooperativismo. Identificar os diferentes tipos de cooperativismo no Brasil e suas potencialidades e desafios. Compreender o papel do cooperativismo para a resistência e recriação camponesa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHAYANOV, A. A Teoria das Cooperativas Camponesas . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.			
FLEURY M. T. L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil . São Paulo:Global, 1983.			
PINHO, D. B. A. Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista . São Paulo: Pioneira, 1966.			
SCHNEIDER, J. O. A educação cooperativa e suas práticas . Brasília/São Leopoldo: SESCOOP/UNISINOS, 2003.			
SINGER, P. Introdução à economia solidária . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FABRINI, J. E.; MARCOS, V. Os camponeses e a práxis da produção coletiva . Expressão Popular: São Paulo, 2010.			
LOUREIRO, M. R. (Org.) Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil . São Paulo: Cortez, 1981. p. 97-131.			
PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil : da vertente pioneira a vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1375	FUNDAMENTOS DA AGROECOLOGIA	04	60
EMENTA			
Os impactos da agricultura convencional. A história da Agroecologia no Brasil. Epistemologia da Agroecologia. Agroecologia e produção orgânica. A Agroecologia e o debate da sustentabilidade. Transição agroecológica. Princípios e fundamentos para o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos. O sistema agroalimentar e a Agroecologia. Educação do Campo, movimentos sociais e Agroecologia. Educação Ambiental e Agroecologia.			
OBJETIVO			
Conhecer e analisar a história e os fundamentos científicos da Agroecologia enquanto um novo paradigma para o sistema agroalimentar considerando a atuação dos diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento das práticas agroecológicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, M. A. Agroecologia : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. 117 p.			
GLIESSSMAN, S. R. Agroecologia : processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.			
KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da Agricultura . Botucatu: Ed. Agroecológica, 2001, 348p.			
MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. A dialética da agroecologia . São Paulo/SP: Expressão Popular, 2014. 356 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA . Presidente Prudente. Ano 13, nº. 16. p. 22-32, Jan-jun./2010.			
ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) Desenvolvimento territorial e agroecologia . São Paulo: Expressão Popular, 2008. 256p.			
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm#art14 >. Acesso em 19 de abril de 2020.			
CAPORAL, F. R. (Org.); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia : uma ciência do campo da complexidade. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1, p. 65-110.			
DANTAS, Murielle Magda Medeiros et al. A importância da educação ambiental no amplo escolar. In: <i>Cadernos de Agroecologia</i> , v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19418 . Acesso em: 06 de dezembro de 2019.			
EHLERS, E. Agricultura Sustentável, Origens e perspectivas de um novo paradigma . São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.			
LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000.			
PAULA, N. M. Evolução do sistema agroalimentar mundial : contradições e desafios. Curitiba: CRV, 2017. 226p.			
PRIMAVESI, A. M. Agroecologia, ecosfera, tecnosfera e agricultura . São Paulo: Nobel, 1997. 199p.			



RIBEIRO, D. S.; TIEPOLO, E. V.; VARGAS, M. C.; SILVA, N. R. (Orgs.) **Agroecologia na Educação Básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular. 2017.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1376	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	04	60
EMENTA			
A especificidade da escola indígena no contexto da legislação da educação básica brasileira. As políticas de educação indígena no Brasil após a redemocratização. Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil. Aspectos didático-pedagógicos e culturais que permeiam a educação escolar indígena e sua relação com a educação indígena.			
OBJETIVO			
Conhecer as abordagens e discussões a respeito da especificidade da educação indígena em termos didático-pedagógicos. Capacitar os discentes para sua futura atuação em sala de aula, tendo em vista o disposto na lei 11.645/2008, a educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil e a perspectiva da educação indígena.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
KEIM, Ernesto Jacob (et. al.) Educação na diversidade étnica : educação escolar indígena no contexto pós e anticolonial. Curitiba: Editora CRV, 2014.			
LIMA, Elmo de Souza. Educação do campo, currículo e diversidades culturais. In: Espaço do currículo . v.6, n.3, p.608-619, setembro a dezembro, 2013.			
SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (orgs.). A temática indígena na escola : novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo/Brasília: MEC/UNESCO, 2004.			
SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.). Antropologia, história e educação : a questão indígena e a escola. São Paulo: Editora Global, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BERGAMASCHI, M. A.; ZEN, M. I. H.; XAVIER, M. L. F. (orgs.). Povos indígenas & Educação . Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.			
GODOI, Emilia Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; NIEMEYER, Ana Maria de. (Org.). Além dos territórios : para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 97-131.			
MEINERZ, Carla Beatriz; PINHEIRO, Helen Estéfany dos Santos. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História: relações possíveis entre comunidades escolares e comunidades tradicionais. MÉTIS: história & cultura – v. 17, n. 33, p. 151-169, jan./jun. 2018.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1377	TÓPICOS ESPECIAIS DE HISTÓRIA	04	60
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1378	TÓPICOS ESPECIAIS DE FILOSOFIA	04	60
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1379	TÓPICOS ESPECIAIS DE GEOGRAFIA	04	60
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1380	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA	04	60
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1381	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA	04	60

EMENTA

Contextos ideológicos do final do século XIX e primeira metade do XX. A lei 10.639/2003 e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.. Comércio de escravos para o Brasil e as sociedades africanas com ele envolvidas. Os africanos e os afrodescendentes no Brasil colonial, independente e contemporâneo. Manifestações culturais afro-brasileiras. Retornados do Brasil na África. Crítica ao mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações interétnicas.

OBJETIVO

O processo de implantação da lei 10.639/2003 e da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu a obrigatoriedade e as diretrizes do ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras, modificada pela lei 11.645/2008, quando incorporou também a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas, leva à necessidade de que os professores sejam preparados para o trabalho com esses novos conteúdos. Nesse sentido, esse curso oferece informações para que os alunos, futuros professores, possam lidar de forma consistente com os temas relativos à contribuição dos afrodescendentes para a construção da sociedade brasileira, assim como os relativos às suas sociedades de origem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DAVIS, D.J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Selo negro, 2000.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. - São Paulo: Global, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO N° 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 21 de maio de 2020.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. Brasília: Unesco: Ministério da Educação: Universidade Federal de São Carlos. 8 V.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

_____. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

LOPES, Vera Neusa. **Quilombos brasileiros**: aprendendo sobre a história e a cultura de comunidades negras. Revista do professor, Rio Pardo-RG, v. 20, n. 94, p. 5 - 9, 1. 2004.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Plane-



ta, 2008.

SILVA, André Marcos de Paula e. **História e cultura afro-brasileiras.** 2. ed. Curitiba-PR: Expoente, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1382	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	4	60
EMENTA			
Fundamentos filosóficos da educação. Estuda obras clássicas da História da Filosofia e a sua relação com a Educação em diferentes períodos históricos (período clássico grego, medieval, renascentista, moderno e contemporâneo).			
OBJETIVO			
Tematizar a relação entre filosofia e educação, refletindo criticamente acerca de problemáticas que emergem nas discussões presentes em textos de autores clássicos da tradição filosófica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 2000. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: KANT, Immanuel. Textos seletos . 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 63-71. ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da educação . São Paulo: Martins Fontes, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. Filosofando : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009. CHAUI, M. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2003. JAEGER, W. Paidéia : a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguay, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos : história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas : uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicurí, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil : Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado : a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira : a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social . São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha . São Paulo: Brasiliense, 1990.			



- RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catari-nense. Chapecó: Grifos, 1997.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
- SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
- _____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



9. PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

9.1. O processo pedagógico e de gestão do Curso

O processo pedagógico e de gestão do Curso de Graduação Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul, está de acordo com as orientações estabelecidas pela Universidade, principalmente a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE). Segundo a orientação cabe a coordenação do curso, juntamente com o Colegiado e NDE promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso. O Colegiado é composto pelo(a) Coordenador(a) do Curso, Coordenador(a) Adjunto(a) do Curso, Coordenador(a) de Estágios do Curso (e seu(sua) Adjunto(a), quando houver), mínimo de 3 (três) docentes eleitos por seus pares, um representante docente indicado pelo Fórum do Domínio Comum do *Campus* e um representante docente indicado pelo Fórum do Domínio Conexo do *Campus*, um representante discente indicado pelo órgão representativo dos alunos do curso, representante da comunidade regional e um representante dos servidores técnicos administrativos em educação, eleito por seus pares, todos com respectivos suplentes, conforme Resolução 004/2014 – CONSUNI/CGRAD. O Núcleo Docente Estruturante é composto por docentes que atuam no curso apresenta como atribuição o acompanhamento do processo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução 001/2011 – CONSUNI/CGRAD). Todos os processos de organização, funcionamento, avaliação e outras atividades acadêmicas relevantes ao curso devem ser pausas de trabalho destas instâncias, em caso de necessidade de ciência apenas do coordenador, esse deve apresentar ao colegiado com a devida justificativa. Também cabe ao colegiado a aprovação dos planos de ensino, podendo fazer sugestão, solicitar alterações, para essa análise pode ser designada uma comissão de deverá comunicar ao colegiado o resultado das análises, também é possível designar a tarefa ao NDE. Cabe também a esses coletivos proporem e/ou apresentarem processos de formação docentes internos e avaliar a participação em eventos externos, garantindo ao menos duas ações anuais.

Sendo assim, será necessário adotar um processo de gestão democrática para que as organizações e movimentos, ligados aos camponeses e à educação participem efetivamente na construção, implementação e avaliação da proposta deste curso.



9.2. A formação docente

A formação docente, parte da necessidade do desenvolvimento da Educação Básica, pública e de qualidade, visa abranger processos de ensino e aprendizagem, com o desenvolvimento humano a partir dos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade. Assim se incentiva a construção de programas, projetos e processos de ensino, pesquisa e extensão a partir do compromisso com a democratização do conhecimento e da sociedade através da melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica pública. As atividades curriculares dialogam com a formação de professores para atuar na Educação Básica pública no âmbito do ensino, da gestão da educação, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura. O currículo proposto levou em consideração o percurso de formação docente a partir da definição de conhecimentos, o diálogo com a realidade, interação entre as áreas, integração dos domínios formativos (Comum, Conexo e Específico) e flexibilidade curricular, os princípios e a legislação da Educação do Campo em esfera federal e no Paraná. O conhecimento como práxis social permite o desenvolvimento de processos de formação através da prática, da reflexão e da sistematização, assim o ensino e a aprendizagem assumem um viés de aproximação com as questões do contexto, da problematização histórica e epistemológica, mas também da projeção e da ação concreta e efetiva. O sistema de avaliação considera esses elementos, na UFFS tem por objetivo assegurar a qualidade da aprendizagem dos acadêmicos e fundamenta-se nos princípios da avaliação diagnóstica, contínua, cumulativa e formativa. A avaliação diagnóstica tem como princípio o processo dialético e dialógico de investigação e construção da aprendizagem; a avaliação processual considera a verificação do andamento do processo ensino/aprendizagem, para compreender como o acadêmico aprende e como o docente está ensinando; avaliação contínua e cumulativa e o processo sistemático de avaliação em dimensões qualitativas e quantitativas como resultados pontuais que possibilitam a reflexão crítica do processo na busca de alternativas para a garantia e qualidade da aprendizagem; avaliação formativa requer o ato reflexivo frente aos saberes necessários ao perfil discente, conforme objetivos do Projeto Pedagógico do Curso. Como estratégia para enfrentar as dificuldades de ensino, de aprendizagem, o professor deve prever no seu plano de ensino novas oportunidades de recuperação de estudos e de aplicação de novos instrumentos de avaliação ao longo do semestre letivo. Outra estra-



tégia normalmente utilizada é a oferta de monitoria e grupos de estudos para os alunos que enfrentam maiores dificuldades.

Em relação a acessibilidade, o Setor de Acessibilidade do *Campus* é composto por docentes do Curso, técnicos em assuntos educacionais ou pedagogos, intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), alunos monitores, o qual tem como finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade.



10. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A Auto-avaliação institucional, também denominada de auto-avaliação, será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004 e orientada pelas diretrizes e roteiro de auto-avaliação institucional proposto pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A CPA em articulação com a comunidade acadêmica e responsável pela discussão, elaboração e aplicação do instrumento de auto-avaliarão, assim como análise e encaminhamentos dos resultados a diretoria e reitoria para possíveis ações. A avaliação externa do curso será coordenada pelo INEP Além da auto-avaliação institucional, mas ainda articulado com a CPA, o NDE e Colegiado são responsáveis por elaborar um instrumento de auto-avaliação do curso, em um processo periódico, envolvendo a comunidade acadêmica diretamente relacionada ao curso, seja através de instrumentos midiáticos, seminários, fóruns. Será efetuado o registro e os encaminhamentos oriundos deste processo de auto-avaliação, pois ali serão identificados os limites e as potencialidades que já para o próximo semestre e/ou ano, podem gerar mudanças na dinâmica de funcionamento do curso, de acordo com a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução n. 02/2017/CONSUNI – CGAE). Também fazem parte do processo de auto-avaliação, as seguintes ações:

- Processo de avaliação da turma a cada final da etapa, que consiste em avaliação feita pelo coletivo da turma, envolvendo o processo pedagógico a partir da proposta metodológica (PROMET) e também questões da convivência e outras específicas da alternância;
- Comissão dos Núcleos de Bases e Trabalhos (CNBT) que tem o papel de discutir questões referentes à turma e ao Curso e encaminhar à Coordenação e Colegiado do Curso;
- Reuniões e Fórum de debates com os discentes e docentes para analisar ações realizadas, demandas futuras e discussões pertinentes ao PPC;
- Reunião com as escolas da Educação Básica, Secretarias de Educação Municipal e o Núcleo Regional de Educação como interlocutoras das ações pedagógicas do Curso e para discutir ações de formação inicial e continuada de professores das instituições de ensino da região onde situa-se a UFFS, *campus Laranjeiras* do



Sul-PR;

- Elaboração do relatório anual de atividades do curso com foco nos seguintes indicadores quantitativos e qualitativos: projetos de extensão, de pesquisa e de cultura; produção científica docente e discente; desempenho acadêmico discente; eventos realizados; índice de retenção e evasão; outras informações relevantes.

A avaliação externa será realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para essa etapa, o Curso de Graduação Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) disponibilizará os relatórios contendo os resultados das auto-avaliações, sistematicamente relacionadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.



11. PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O Curso Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas: Licenciatura tem como objetivo a formação crítica, de qualidade e preparada para a construção de um diálogo profundo com a materialidade da vida dos sujeitos do campo. Nesse sentido, entende-se que o perfil do docente que atuará no curso demanda um comprometimento com a história e o projeto do Movimento Nacional por uma Educação do Campo. É imprescindível que os docentes compreendam as bases teórico-metodológicas que balizam o curso e as especificidades de sua organização curricular e pedagógica, bem como as características dos estudantes que realizam o curso na modalidade da alternância.

Outro fator importante a considerar, trata da interdisciplinaridade e formação por área de conhecimento. O docente do curso deve conhecer os princípios que buscam superar a perspectiva do ensino seriado, produtor de saberes fragmentados e desconectados. Por sua vez, a formação interdisciplinar e por área do conhecimento visa a construção de diálogo permanente entre os diferentes componentes curriculares do curso, buscando estabelecer uma ponte com a realidade das escolas do campo e suas comunidades.

O docente deverá realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão que possam articular o caráter interdisciplinar do curso, sua formação específica e o diálogo com a realidade dos educandos e das escolas do campo. Espera-se uma relação ativa do docente com as diferentes atividades desenvolvidas no curso, incluindo a gestão, entendendo que todos e todas são responsáveis pelo bom andamento do projeto político-pedagógico do curso e da universidade, promovendo, sobretudo, a igualdade de gênero dentro do ambiente acadêmico, onde as atividades devem ser exercidas por todos, sem divisão com base em discriminação desta ordem. Além disso, deve comprometer-se com a promoção do respeito e da ética profissional, exercendo seu trabalho com zelo, cordialidade e comprometimento com as causas sociais e humanas, a inclusão e a diversidade.

A qualificação dos docentes do curso tem como objetivo o aperfeiçoamento das habilidades e competências supracitadas e que devem colaborar para o aprofundamento da relação de comprometimento do docente com o projeto político-pedagógico do curso. Algumas ações e instâncias deverão colaborar na capacitação e qualificação do quadro docente:



- a) Ações (seminários, debates, encontros) promovidas pelo Colegiado do Curso;
- b) Participação em eventos científicos da área de especialidade do docente e/ou de Educação do Campo. Esta participação deverá ser permanente incentivada pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante.
- c) Participação em comissões e colegiados do *campus*, reconhecendo a importância das diferentes atividades acadêmicas para o desenvolvimento profissional do docente e da universidade;
- d) Visitas técnicas e outros eventos que promovam o diálogo permanente com os movimentos sociais, organizações, escolas e comunidade regional em geral, qualificando as atividades docentes, sejam de ensino, pesquisa ou extensão.
- e) Participação em ações e palestras promovidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).



12. QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

12.1. Docentes do *Campus Laranjeiras do Sul* que atuam no curso

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
Meio ambiente, economia e sociedade	Marisela García Hernández	Mestre	40h DE	Graduação: Economia /UNAM /1996 Mestrado: Desenvolvimento Econômico/UFPR/2004 Doutorado: Desenvolvimento Econômico/UNICAMP/em andamento
Produção textual acadêmica	A definir			
Matrizes Formativas e Práticas na Educação do Campo	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UFSC/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Estatística básica	Vitor de Moraes	Mestre	40h DE	Graduação: Ciências(Habilitação em Matemática) /CEFET- PR /1995 Mestrado: Geografia /UNESP / 2014 Mestrado: Educação /UNICENTRO / 2014 Doutorado: Sociedade, Cultura e Fronteiras /UNIOESTE/em andamento
Informática básica	Vitor de Moraes	Mestre	40h DE	Graduação: Ciências(Habilitação em Matemática) /CEFET- PR /1995 Mestrado: Geografia /UNESP / 2014 Mestrado: Educação /UNICENTRO / 2014 Doutorado: Sociedade, Cultura e Fronteiras /UNIOESTE/em andamento
Seminário Integrador I	A definir			
Antropologia dos sujeitos do Campo	Fernanda Marcon	Doutora	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFPR/2007 Mestrado: Antropologia Sociais/UFSC/2009 Doutorado: Antropologia/UFSC/2019
Metodologia de Ensino Interdisciplinar nas Ciências Sociais e Humanas	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UFSC/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Iniciação à	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação:



COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
Prática Científica				Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Organização do trabalho pedagógico	Ana Cristina Hammel	Mestre	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNICENTRO/2006 História/UNICENTRO/2002 Mestrado: Educação/UNIOESTE/2013 Doutorado: História/UNIOESTE/em andamento
Fundamentos da educação	Marciane Maria Mendes	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINOVE/2012 Educação Física/UFPR/1999 Mestrado: Educação/UFPR/2009 Doutorado: Educação/UFPR/2018
Educação do Campo e Educação Popular	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/PUC/1998 Mestrado: Educação/UFPR/2010 Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ/2019
Política Educacional e legislação do ensino Brasil	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/PUC/1998 Mestrado: Educação/UFPR/2010 Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ/2019
Direitos e cidadania	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Seminário Integrador II	A definir			
Psicologia da Educação e Teorias da aprendizagem	A definir			
Filosofia I	Líria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2004 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Geografia I	Roberto Antônio Finatto	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UFPEL/2007 Mestrado: Geografia/UFSC/2010 Doutorado: Geografia/UFSC/2015



COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
História I	Fábio Pontarolo	Mestre	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE
Sociologia I	Felipe Mattos Monteiro	Mestre	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFSC/2005 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/2009 Doutorado: Sociologia/USP/em andamento
Introdução ao Pensamento Social	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40h DE	Siomara Aparecida Marques Graduação: Ciências Sociais/UFSC/1993 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/1996 Doutorado: Sociologia Política/UFSC/2004
Seminário Integrador III	A definir			
Filosofia II	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Geografia II	Roberto Antônio Finatto	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UFPEL/2007 Mestrado: Geografia/UFSC/2010 Doutorado: Geografia/UFSC/2015
História II	Cristiano Augusto Durat	Mestre	40 DE	Graduação: História/UNICENTRO/2003 Mestrado: História/UPF/2006 Doutorado: em andamento
Sociologia II	Fernanda Marcon	Doutora	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFPR/2007 Mestrado: Antropologia Sociais/UFSC/2009 Doutorado: Antropologia/UFSC/2019
Didática geral	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Estágio Curricular I	Marciane Maria Mendes	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINOVE/2012 Educação Física/UFPR/1999



COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				Mestrado: Educação/UFPR/2009 Doutorado: Educação/UFPR/2018
Filosofia III	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Geografia III	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
História III	Fábio Pontarolo	Mestre	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE
Sociologia III	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40h DE	Siomara Aparecida Marques Graduação: Ciências Sociais/UFSC/1993 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/1996 Doutorado: Sociologia Política/UFSC/2004
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	A definir			
Metodologias e técnicas de pesquisa	Líria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2004 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Estágio curricular supervisionado II	Marciane Maria Mendes	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINOVE/2012 Educação Física/UFPR/1999 Mestrado: Educação/UFPR/2009 Doutorado: Educação/UFPR/2018
Políticas Educacionais e Legislação da Educação do Campo e Indígena	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/PUC/1998 Mestrado: Educação/UFPR/2010 Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ/2019
Filosofia IV	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010



COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
Geografia IV	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
História IV	Cristiano Augusto Durat	Mestre	40 DE	Graduação: História/UNICENTRO/2003 Mestrado: História/UPF/2006 Doutorado: em andamento
Sociologia IV	Felipe Mattos Monteiro	Mestre	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFSC/2005 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/2009 Doutorado: Sociologia/USP/em andamento
Trabalho de conclusão de curso I	Líria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2004 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Estágio curricular supervisionado III	Ana Cristina Hammel	Mestre	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNICENTRO/2006 História/UNICENTRO/2002 Mestrado: Educação/UNIOESTE/2013 Doutorado: História/UNIOESTE/em andamento
	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
	Fábio Pontarolo	Mestre	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE
Optativa I	A definir			
Filosofia V	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Geografia V	Roberto Antônio Finatto	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UFPEL/2007 Mestrado: Geografia/UFSC/2010 Doutorado: Geografia/UFSC/2015
História V	Fábio Pontarolo	Mestre	40h DE	Graduação:



COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE
Sociologia V	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40h DE	Siomara Aparecida Marques Graduação: Ciências Sociais/UFSC/1993 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/1996 Doutorado: Sociologia Política/UFSC/2004
Trabalho de conclusão de curso II	Líria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2004 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Estágio curricular supervisionado IV	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UFSC/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
	Fernanda Marcon	Doutora	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFPR/2007 Mestrado: Antropologia Sociais/UFSC/2009 Doutorado: Antropologia/UFSC/2019
	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Optativa II	A definir			
Agroecologia e Cooperação na Escola	Roberto Antônio Finatto	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UFPEL/2007 Mestrado: Geografia/UFSC/2010 Doutorado: Geografia/UFSC/2015
Educação Inclusiva	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UFSC/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Realidade do campo brasileiro	Elemar do Nascimento Cezimbra	Mestre	40 DE	Elemar do Nascimento Cezimbra Mestre 40 DE



COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				Graduação: Filosofia/FAFIMC/1984 Mestrado: Desenvolvimento Regional/UTFPR/2013 Doutorado: em andamento
Optativa III	A definir			
Estágio curricular supervisionado V	Ana Cristina Hammel	Mestre	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNICENTRO/2006 História/UNICENTRO/2002 Mestrado: Educação/UNIOESTE/2013 Doutorado: História/UNIOESTE/em andamento
	Roberto Antônio Finatto	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UFPEL/2007 Mestrado: Geografia/UFSC/2010 Doutorado: Geografia/UFSC/2015
	Cristiano Augusto Durat	Mestre	40 DE	Graduação: História/UNICENTRO/2003 Mestrado: História/UPF/2006 Doutorado: em andamento
Trabalho de conclusão de curso III	Líria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2004 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Antropologia Indígena	Fernanda Marconi	Doutora	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFPR/2007 Mestrado: Antropologia Sociais/UFSC/2009 Doutorado: Antropologia/UFSC/2019
Optativa IV	A definir			
Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso	Líria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2004 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Teoria Cooperativista	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
Fundamentos da Agroecologia	Roberto Antônio Finatto	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UFPEL/2007 Mestrado: Geografia/UFSC/2010 Doutorado: Geografia/UFSC/2015
Educação Esco-	Maria Eloá	Doutora	40h DE	Graduação:



COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
lar Indígena	Gehlen			Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Tópicos Especiais de História	A definir			
Tópicos Especiais de Filosofia	A definir			
Tópicos Especiais de Geografia	A definir			
Tópicos Especiais de Sociologia	A definir			
História e Cultura Afro-Brasileira	Fábio Pontarolo	Mestre	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE
Filosofia da Educação	Líria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2004 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
História da Fronteira Sul	Elemar do Nascimento Cezimbra	Mestre	40 DE	Elemar do Nascimento Cezimbra Mestre 40 DE Graduação: Filosofia/FAFIMC/1984 Mestrado: Desenvolvimento Regional/UTFPR/2013 Doutorado: em andamento

Quadro 8: Docentes do *Campus Laranjeiras do Sul* que atuam no curso



13. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrôni-



cos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

13.1. Laboratórios

Os laboratórios para desenvolvimento das atividades do Curso estão descritos nas tabelas a seguir.

LABORATÓRIO DE DIDÁTICA	
Professores Responsáveis: Ana Cristina Hammel – Siape 2073353	
Alunos por turma: 25	
Área: 58,07 m ²	Localização: Bloco 03
Quantidade	Descrição
01	O laboratório possui estrutura para desenvolvimento de atividades de cunho didático – pedagógico. Com armários para guardar matérias, data-show, material de consumo, jogos pedagógicos construídos pelos próprios acadêmicos.

Tabela 3: Laboratório de didática

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	
Professores Responsáveis: Fernanda Marcon – Siape 1150949	
Alunos por turma: 25	
Área: 58,07 m ²	Localização: Bloco 03
Quantidade	Descrição
01	O laboratório possui estrutura com duas salas, uma para reunião e estudos e outra com estrutura co computadores disponíveis para estudo. O laboratório possui caixa de som, câmara e certa estrutura de



	multimídia, também materiais de artes e da cultura dos povos da região, como artesanato e outros.
--	---

Tabela 4: Laboratório de ciências sociais e humanas

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	
Professores Responsáveis: Alexandre Manoel dos Santos - Siape 1768691	
Alunos por turma: 50	
Área: 112 m ²	Localização: Bloco A
Quantidade	Descrição
01	O laboratório de informática é utilizado para aulas de Informática e Estatística Básica. Equipamentos – 25 computadores; conexão com Internet banda larga dedicada.

Tabela 5: Laboratório de ciências sociais e humanas

13.2. Demais itens

O Bloco A, bloco de sala de aulas no *campus* Laranjeiras do Sul possui 15 salas de aulas de aproximadamente 63 m² com capacidade para 50 alunos de uso comum a todos os cursos de Graduação. Cada sala é equipada com um retroprojetor e acesso à internet sem fio. Ainda neste bloco há duas salas destinadas para o estudo individual ou coletivo dos estudantes.

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas



na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível às páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que ha estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;



- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas;
- acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;
- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais;



- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

O *Campus* Laranjeiras do Sul – Atualmente o *Campus* Laranjeiras do Sul está lotado em espaço próprio denominado *campus* definitivo. No *campus*, nas áreas externas há caminhos podotáteis, a circulação pelo *campus* pode ser realizada toda em nível, em alguns pontos, devido ao uso de rampas para vencer diferenças de cotas. Possui paradas de ônibus e cruzamentos de vias com faixas elevadas todos em nível e caminho tátil sobre as calçadas. Ainda, existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD, idosos e gestantes. Em relação às edificações, no *campus* o Bloco A tem 4 pavimentos e possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos; O Bloco dos Professores tem 2 pavimentos mas permite acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1BWC fem. PCD em cada um dos 2 pavimentos além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, possui placas em braile identificando as salas. Os Pavilhões de Laboratórios são formados por 3 pavilhões, todos térreos, portando com acesso em nível a todas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 3 pavilhões, bebedouro adaptado; o Restaurante Universitário por ser térreo possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e um 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado, mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PCD.

Para garantir alojamento e alimentação durante o período do Tempo Universidade (TU) são feitos convênios e contratos com instituições e prefeituras da região como o caso da contratação do Ceagro e da Assesoar, e também o convênio com a prefeitura de Candói para utilização da Casa Familiar Rural. Esses locais oferecem estrutura de alojamento, com quartos coletivos e individuais, sala de aulas, banheiros, cozinhas, lavanderia, espaço de lazer, biblioteca e laboratório de informática, garantindo estrutura mínima para o processo pedagógico.

Para acompanhamento do Tempo Comunidade (TC), dos estágios e para o deslocamento para aulas fora do *campus* são disponibilizados transporte com os carros institucional ou locado. O *campus* dispõe hoje de quatro carros, sendo duas caminhonetes, um veículo gol e um Ford Ka.



14 ANEXOS

ANEXO I – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - LICENCIATURA

CAPÍTULO I DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) será regido por este Regulamento da Graduação da UFFS.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) será realizado a partir do 6º semestre letivo, compreendendo 02 créditos, cumprindo carga horária de 30 horas e nos subsequentes 7º, 8º e 9º, com 2 créditos, cumprindo 30 horas cada, totalizando 8 créditos e 120 horas.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º O trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

- a) Desenvolver habilidades e competências na construção do conhecimento científico.
- b) Fomentar a iniciação científica dos acadêmicos com vistas a uma formação que articule teoria e prática.
- c) Sintetizar e aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o curso nas áreas de Ciências Sociais e Humanas e da profissionalização docente.
- d) Produzir e sistematizar conhecimento na área da Educação do Campo.

SEÇÃO III DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória a todos os estudantes do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura).



Art. 5º O TCC será desenvolvido pelo acadêmico e contará com o acompanhamento do professor orientador, do coordenador de TCC do curso IEDOC: CSH e do professor responsável pelos componentes curriculares de TCC I, II e III.

Art. 6º Em casos excepcionais o acadêmico poderá contar com um co-orientador. A inclusão do co-orientador ocorrerá por meio de comunicado enviado pelo orientador e pelo orientando à coordenação do curso e à coordenação de TCC. O co-orientador poderá ser externo à UFFS e deverá possuir formação em nível superior concluída.

Art. 7º O trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido, individualmente, em três semestres e compreenderá as seguintes etapas:

§1º No 6º semestre o acadêmico definirá um tema e elaborará um projeto de pesquisa que será orientado por um professor da UFFS, preferencialmente do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura).

§2º O projeto de pesquisa deverá apresentar o seguinte roteiro:

- I – Introdução e justificativa;
- II – Objetivos (geral e específicos);
- III – Metodologia;
- IV – Revisão teórica;
- V – Cronograma de atividades;
- VI – Referências Bibliográficas;

§3º No 7º semestre do curso o estudante contará com a orientação do professor orientador e o acompanhamento do professor responsável pelo componente de TCC II.

§4º No 8º semestre do curso o estudante submeterá o projeto de pesquisa e o esboço de um capítulo a uma pré-banca.

§5º No 9º semestre será realizado o Seminário de Socialização dos TCC, carga horária correspondente a dois créditos.



Art. 8º São atribuições do professor responsável pelo componente curricular de TCC I, II e III:

- I – Orientar os acadêmicos na construção teórica e metodológica da pesquisa conforme o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS;
- II – Auxiliar os acadêmicos na elaboração dos trabalhos com sugestão de temáticas e encaminhamento aos professores orientadores.

Art. 9º São atribuições do Coordenador de Trabalho de Conclusão do Curso e responsável pelo componente curricular de Seminário de Socialização dos TCC:

- I – Elaborar calendários de atividades relativas ao TCC, incluindo a apresentação dos trabalhos;
- II – Convocar reuniões com orientandos e orientadores, quando for o caso;
- III – Receber e encaminhar para a secretaria do curso a versão final do TCC;
- IV – Registrar as notas finais dos TCCs no diário acadêmico;
- V – Tomar as medidas necessárias para o cumprimento deste regulamento.

Art. 10 São atribuições do professor orientador de TCC:

- I – Orientar os acadêmicos até a apresentação final do TCC;
- II – Providenciar, com a ciência dos orientandos, a relação dos membros que integrarão a banca avaliadora;
- III – Presidir as bancas de apresentação de TCCs dos acadêmicos que orientou;
- IV – Incentivar os acadêmicos a publicar os resultados da pesquisa em diferentes meios de divulgação do conhecimento científico e, quando for do interesse, na própria comunidade sobre a qual o TCC foi desenvolvido.

Art. 11 São atribuições do acadêmico:

- I – Seguir as orientações e cumprir o cronograma de atividades do professor responsável e do orientador;
- II – Participar de todas as reuniões convocadas pelo professor do componente curricular, pelo orientador ou pelo coordenador do curso;
- III – Executar o projeto e elaborar a versão final do TCC de acordo com o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS;



- IV – Cumprir os prazos de entrega de relatórios e do TCC;
- V – Entregar três cópias do TCC, encadernado em espiral, para a banca avaliadora;
- VI – Comparecer no dia e hora determinado para apresentação do TCC;
- VII – Entregar 01 cópia em CD da versão final do TCC para o professor responsável pelo componente de Seminário de Socialização de TCC.

Parágrafo único: A entrega da versão final do TCC é requisito para a aprovação no componente curricular de Seminário de Socialização de TCC.

Art. 12. O Trabalho de Conclusão de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

Parágrafo único: Cabe à Biblioteca do *Campus* emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/PPGEC).

SEÇÃO IV

DO TCC E SUA APRESENTAÇÃO

Art. 13 A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso para a banca examinadora será organizada pelo professor do componente de Seminário de Socialização de TCC que entregará um cronograma com, no mínimo, 30 dias de antecedência aos estudantes e orientadores.

Art. 14 Para apresentação do TCC cada acadêmico terá um tempo de 20 minutos para exposição e até 30 minutos para arguição.

Art. 15 A apresentação por parte do(a) acadêmico(a) perante a banca examinadora será aberta à participação do público.

Art. 16 A sessão de defesa do TCC poderá ocorrer em espaço externo à UFFS, desde que: (a) seja do interesse da instituição; (b) seja aprovado pelo colegiado do curso; (c) o espaço escolhido tenha relação com o tema desenvolvido no TCC; (d) possibilite a participação da comunidade universitária.

Parágrafo único: O não comparecimento na apresentação do TCC resultará em reprovação no componente curricular de Seminário de Socialização de TCC.



SEÇÃO V DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 17 O TCC será avaliado por uma banca composta pelo orientador e mais dois professores docentes da UFFS ou convidados de outras instituições de ensino ou pesquisa.

Art. 18 A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso pelos membros da banca será efetuada com base no trabalho escrito e na apresentação oral. No trabalho escrito serão considerados os seguintes itens: 1) Estrutura do texto (resumo, introdução, objetivos, método, referencial teórico, considerações finais, referências bibliográficas); 2) Coerência entre os objetivos, referencial teórico e método; 3) Uso da linguagem acadêmica; 4) Uso das normas do "Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS". Na exposição oral serão analisados: 1) Estrutura; 2) Clareza da exposição; 3) Domínio do tema e segurança na apresentação; 4) Adequação ao tempo.

SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 19 Os casos omissos neste Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 20 Das decisões do Colegiado do Curso cabe recurso à instância superior.



ANEXO II - REGULAMENTO DE ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas- LICENCIATURA

CAPÍTULO I
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Atividades Curriculares Complementares (ACC) constituem ações que visam à complementação do processo ensino e aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura), *Campus Laranjeiras do Sul*, com carga horária de 210 horas.

Parágrafo Único: As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Art. 2º Enquanto requisito obrigatório, as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extra-classe” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação do Campo – licenciatura (Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015 do CNE/CP).

SEÇÃO II
DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES



Art. 3º Serão consideradas Atividades Curriculares Complementares as atividades constantes nas tabelas abaixo, divididas por eixos. Essa tabela servirá de apoio à Comissão de Análise e Validação de ACC – que é indicada no Colegiado do Curso.

ENSINO		
Tipos de atividade do eixo:	Atividades que se enquadram neste item:	Formas de comprovação das atividades:
Disciplina presencial ou a distância (em adição a grade curricular)	Disciplina facultativa, cursada com aproveitamento, na UFFS ou em outra instituição de ensino superior, em curso devidamente reconhecido pelo MEC	Histórico escolar e/ou declaração da instituição.
Elaboração de material didático	Elaboração de material didático em projeto de pesquisa, ensino, extensão, monitoria ou outra atividade sob supervisão de professor do curso	Declaração do professor orientador/supervisor
Leitura e estudos orientados fora do CCR	Estudo orientado por um professor do curso	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
	Grupos de estudos adicionais às disciplinas	Certificado ou declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
Monitoria	Atividades de monitoria em disciplinas de graduação ou programa institucional	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
Participação em eventos	Voluntário na organização de evento	Certificado emitido pelo evento
	Ministrar oficina, palestra, minicurso, sala temática	Certificado emitido pelo evento
Participação e/ou desenvolvimento de projeto de ensino	Programas Institucionais de iniciação à docência	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
	Projeto de Ensino	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
TOEFL/ITP	Participação no teste de língua inglesa TOEFL/ITP	Declaração emitida pela Assessoria de Assuntos Internacionais da Reitoria

Tabela 6: Organização das Atividades Curriculares Complementares



EXTENSÃO			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram nesse item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário	Representação estudantil (colegiado da Graduação, Conselho de <i>Campus</i> , Conselhos Superiores, Centro Acadêmico, DCE, UNE, outros)	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e a exoneração do mandato, emitidas pelo órgão colegiado competente.	30 horas por ano de mandato, respeitando o teto de 60 h para o total de atividades deste tipo.
	Participação de Mostra de Talentos	Certificado emitido pelo evento	10 horas ou carga horária atribuída no certificado
	Produção ou participação na produção de objetos artísticos (oficinas, vídeos, artes plásticas, curadoria, literatura, artes performáticas, música, outros)	Certificado emitido pelo evento	20 horas por produção ou carga horária atribuída no certificado
	Participação em oficinas, cursos ou mini-cursos relacionados a manifestações artísticas e culturais.	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Apresentação em congressos, seminário, exposição em outros eventos. Estágio não obrigatório	Comunicação Oral	Certificado emitido pelo evento	15h por Comunicação Oral
	Pôster	Certificado emitido pelo evento	15h por Pôster
	Atividades de estágios extracurriculares correlatos ao curso	Documento emitido pela Unidade Concedente de Estágio que ateste a realização do estágio	100 horas por semestre de estágio
Organização de curso de extensão	Participação na organização de curso de extensão	Certificado emitido pelo Curso/setor de extensão com carga horária	Carga horária atribuída no certificado
Organização de eventos	Voluntário em evento	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado ou carga horária total do evento
	Ministrar oficina	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado



EXTENSÃO			
Participação em exposição, seminário, cursos de extensão/ outros eventos	Participação, como ouvinte, em mini-cursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, palestras e outros	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Participação em projeto de extensão	Atividades de extensão com bolsa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
	Atividades de extensão sem bolsa.	Certificado ou declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Aprovação em teste em língua estrangeira	Aprovação em teste de proficiência em língua estrangeira	Comprovante de Aprovação	3h por teste
Publicação de artigo completo em periódicos/revisitas de extensão	Artigo completo em periódico com ISSN ou revista indexada	Cópia da Primeira página do artigo publicado	45h para cada artigo completo publicado
	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	20h para cada trabalho
Publicação de resumos de artigos	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	15h para cada resumo

Tabela 7: Organização das Atividades Curriculares Complementares

PESQUISA			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram nesse item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário	Participação em defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (graduação ou pós-graduação)	Cópia da lista de presença ou declaração	1h por defesa
Apresentação em congressos, seminários, exposição em outros eventos	Comunicação oral	Certificado emitido pelo evento	15h por Comunicação Oral em Evento
	Pôster	Certificado emitido pelo evento	15h por Pôster em Evento
	Exposição de trabalho em feiras de ciências	Certificado emitido pelo evento	15h por exposição



PESQUISA			
Grupo de Pesquisa	Participação em Grupo de Pesquisa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Iniciação Científica	PIBIC ou outro programa de iniciação científica, com ou sem bolsa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade.	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Organização de eventos	Voluntário em evento	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado ou carga horária total do evento
	Ministrar oficina, sala temática, minicurso	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Participação e/ou desenvolvimento de projeto de pesquisa	Atividades de pesquisa com bolsa (UFFS, CNPq, Programa de Educação Tutorial)	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
	Atividades de pesquisa sem bolsa.	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Publicação de artigo completo	Livro	Cópia da capa e ficha catalográfica	210h por livro
	Capítulo de livro	Cópia da capa e ficha catalográfica e primeira página do capítulo	45h por capítulo
	Artigo em periódico com ISSN ou revista indexada	Cópia da Primeira página do artigo publicado	45h para cada artigo completo publicado
	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos.	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	30h para cada trabalho
Publicação de resumos	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia do resumo publicado	21h para cada resumo publicado

Quadro 9: Organização das Atividades Curriculares Complementares



Parágrafo Único: O estudante deverá realizar Atividade Curricular Complementar nos três grandes “eixos” (Ensino, Pesquisa e Extensão) totalizando 210 horas, considerando no mínimo 21 horas de Ensino, 21 horas de Pesquisa e 21 horas de Extensão.

Art. 4º Para validação das horas de ACC os estudantes deverão protocolar os documentos discriminados na tabela acima, conforme prazos estipulados no calendário acadêmico.

Art. 5º Só serão validadas as ACCs que foram realizadas no período em que o acadêmico estiver matriculado no curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

SEÇÃO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos inicialmente pelo Colegiado do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura), *Campus Laranjeiras do Sul*.



ANEXO III - REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISADO DO CURSO Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - LICENCIATURA

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação - Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura da UFFS, é regido por este Regulamento de Estágio Curricular, pelo Regulamento Geral dos Estágios da UFFS.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado regulamentado nesse documento corresponde ao "Estágio Obrigatório" do Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução n.º 7/2015 – CONSUNI/CGRAD), em conformidade com a Lei N° 11.788/2008.

Parágrafo Único: O Estágio Não-obrigatório obedecerá ao exposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na lei 11.788/08, bem como nas disposições internas da UFFS, contidas na Resolução nº 7 CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015. O estágio não-obrigatório poderá ser realizado pelos alunos regularmente matriculados na Universidade Federal da Fronteira Sul, junto às instituições que firmarem convênio com a UFFS. A carga horária a ser cumprida pelo acadêmico na UCE (Unidade Concedente de Estágio) não ultrapassará trinta horas semanais, com distribuição de até seis horas de aulas.

Art. 3º Para os fins do disposto neste Regulamento considera-se Estágio Curricular Supervisionado como a atividade prevista para integralização da matriz curricular do curso.

TÍTULO II

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



Art. 4º A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura é de 405 horas e será realizado a partir da 4ª fase do Curso.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido em cinco fases, iniciando na 4ª fase, com carga horária no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade;

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado compreende a observação, o planejamento, a execução, a avaliação, a elaboração de materiais didático-pedagógicos, referentes às ações desenvolvidas no estágio. O estágio supervisionado compreenderá as seguintes etapas:

- I. Atividades de reconhecimento do ambiente escolar: observação, coleta de dados, reflexão e sistematização dos resultados;
- II. Análise de documentação escolar: Projeto Político Pedagógico (PPP), planejamentos de ensino e outros;
- III. Atividades de observação, planejamento e preparação para a prática docente;
- IV. Realização do estágio de docência nas escolas e/ou projeto de intervenção pedagógica com as comunidades locais;
- V. Avaliação e socialização das atividades desenvolvidas nos componentes de estágio curricular.

Art. 7º A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório a todos os estudantes do curso de Graduação Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura), poderá ocorrer individual ou em duplas.

Art. 8º Os Estágios Curriculares Supervisionados estão divididos em 5 componentes, sendo que o Estágio I integra o Domínio Conexo das licenciaturas do *Campus Laranjeiras dos Sul*, já os Estágios II, III, IV e V são do domínio específico do curso e serão realizados conforme disposto a seguir:

I Os Estágios I e II, com oferta na 4ª e 5ª fase respectivamente, são estágios de observação e inserção nos espaços escolares com foco na organização do trabalho peda-



gógico e da gestão escolar. São atribuídos a esses componentes 5 e 4 créditos respectivamente, sendo que em cada um deles será destinado 1 crédito para as atividades no Tempo Comunidade;

II O Estágio III refere-se à docência e será realizado em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, sendo por área do conhecimento, preferencialmente nas disciplinas de Geografia e História. Este componente compreende o total de 6 créditos, sendo 3 créditos destinados para realização das atividades em Tempo Comunidade;

III O Estágio IV será realizado nas turmas de Ensino Médio, por área de conhecimento, preferencialmente nas disciplinas de Sociologia e Filosofia. Este componente compreende o total de 6 créditos, sendo 3 créditos destinados para realização das atividades em Tempo Comunidade;

IV O Estágio V será realizado prioritariamente em turmas de Educação de Jovens e Adultos, podendo ocorrer por meio de projetos de intervenção, articulados com os docentes da UFFS e a comunidade, em espaços de educação não formal. Este componente compreende o total de 6 créditos, sendo 3 créditos destinados para realização das atividades em Tempo Comunidade.

CAPÍTULO II

DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 9º Conforme Resolução nº 7/2015/CONSUNI/CGRAD/UFFS, o estágio na UFFS é concebido como um tempo-espacó de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, *Campus Laranjeiras do Sul* tem por objetivos:

- I . Aproximar os acadêmicos da realidade do campo e da Educação do Campo, qualificando a interpretação da realidade e a intervenção educacional;
- II Capacitar os acadêmicos teórico-metodologicamente para o desenvolvimento de estratégias educativas nas escolas e nas comunidades do campo;
- III Habilitar para o trabalho escolar por área do conhecimento, desafiando para a construção de novas bases de organização do trabalho escolar e pedagógico;
- IV Vivenciar as várias etapas da ação docente: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação;
- V Participar de situações concretas no campo profissional, contribuindo para a maturidade intelectual e profissional;
- VI Planejar ações pedagógicas que desenvolvam a criatividade, a iniciativa e a responsabilidade;
- VII Experienciar a construção e a produção científica na área de conhecimento do Curso;
- VIII Propor alternativas referente aos conteúdos, aos métodos e à ação pedagógica;
- IX Sistematizar o conhecimento a partir da realidade investigada e do referencial teórico proporcionado pelo Curso.

TÍTULO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E REQUISITOS PARA A SUA REALIZAÇÃO

CAPÍTULO I **DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO**

Art. 11 As atividades de estágio observarão os seguintes requisitos, conforme disposto no artigo 5º da Resolução nº 07/2015:



- I . Matrícula e frequência regular no CCR de estágio correspondente;
- II Celebração de Termo de Compromisso entre o Estagiário, a UCE e a UFFS;
- III Plano de Atividades de Estágio, elaborado conjuntamente pelo Estagiário, professores da UFFS e supervisor da UCE, anexado ao Termo de Compromisso;
- IV Contratação de Seguro contra acidentes pessoais para o estagiário;
- V Vinculação das atividades com uma situação real de trabalho e com o campo de formação acadêmica e profissional do estagiário;
- VI Supervisão qualificada na área de formação junto ao campo de estágio, comprovada por vistos nos relatórios de atividades e por menção de aprovação final.
- VII Orientação por um professor do curso de formação do estagiário, comprovada por vistos nos relatórios de atividades e por menção de aprovação final;
- VIII Avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário e produção de relatório.

Art. 12 O estágio curricular supervisionado não cria vínculo empregatício de qualquer natureza observados os requisitos descritos acima, de acordo com a Lei nº 11.788/08.

CAPÍTULO II **DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

Art. 13 São considerados Campos de Estágio, ou Unidade Concedente de Estágio (UCE), para o Curso as escolas do campo ligadas às comunidades rurais, conforme dispõem as Diretrizes da Educação do Campo do Estado do PR e conforme dispõe o IBGE sobre o espaço rural. Compreende-se ainda como campo de estágio nos níveis fundamental e médio as escolas do perímetro urbano dos pequenos municípios, cujos educandos provém do campo, conforme o Parecer 1.011/2010 do Conselho Estadual da Educação/Câmara de Educação Básica. Entende-se ainda como espaço propício ao estágio as Escolas Agrícolas e as Escolas Indígenas. Também as comunidades camponesas, organizações educativas formais e informais que não estejam diretamente ligadas a processos escolares.



Art. 14 O contato com a UCE deverá ser realizado pelo acadêmico do componente em diálogo com a coordenação do estágio; devendo obrigatoriamente o acadêmico apresentar Carta de Apresentação assinada pela Coordenação de Estágio e preenchimento do Formulário de Coleta de dados, documentos disponíveis na secretaria o Curso e na página do Curso no site da UFFS;

Art. 15 A celebração de Termo de Convênio é de responsabilidade da Divisão de Estágios da UFFS, feita através da Coordenação Acadêmica em articulação com a Coordenação de Estágio do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura;

Art. 16 As UCE deverão apresentar as seguintes condições:

- I. Proporcionar experiências práticas na área de formação do acadêmico;
- II. Reconhecer o acadêmico como aprendiz e não como profissional;
- III. Estabelecer um cronograma para o estágio, especificando as atividades do universitário-estagiário;
- IV. Respeitar o acadêmico em sua individualidade, considerando-o sujeito em processo de formação e qualificação.

Art. 17 O acadêmico deverá desenvolver seus estágios, preferencialmente, em um único local. Sendo que obrigatoriamente cada componente deverá ser iniciado e finalizado em um mesmo Campo.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 18 A organização das atividades de Estágio do Curso Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais - Licenciatura é de competência da Secretaria Geral de Cursos articulada com as Coordenações de Curso e sob a supervisão da Divisão de Estágios (DIES) da Pró-Reitoria de Graduação.



Art. 19 A DIES da Pró-Reitoria de Graduação é responsável pela coordenação e supervisão geral das atividades de Estágios no âmbito da UFFS.

Art. 20 A Coordenação Acadêmica é responsável por coordenar e supervisionar a elaboração, o planejamento, a execução e a avaliação da política de estágios no âmbito do *Campus*.

Art. 21 Cada um dos *campi* da UFFS mantém um Fórum das Coordenações de Estágio, com o objetivo de qualificar a concepção, o planejamento, a organização, o funcionamento e a avaliação das atividades de estágio e contribuir com o aperfeiçoamento dos projetos formativos dos cursos de graduação da UFFS.

Art. 22 Ao professor responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no campo de estágio, será atribuída carga horária correspondente a 2 créditos semestrais por grupo de até 3 (três) estudantes matriculados.

Art. 23 Os planos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade às especificações homologadas pelo Colegiado de Curso e constarão no Plano de Ensino dos componentes curriculares. Os relatórios serão arquivados em local apropriado definido pela Coordenação de Estágio.

CAPÍTULO I

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

Art. 24 A coordenação do Estágio será exercida por um professor indicado pelo Colegiado do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, *Campus Laranjeiras do Sul*, passando a compor este colegiado como membro efetivo:

§1º A carga horária atribuída à função de Coordenação de Estágio é de 10 (dez) horas semanais.

§2º Caso necessário, o Colegiado do Curso poderá indicar um Coordenador Adjunto de Estágios.



Art. 25 São atribuições do coordenador do Estágio:

- I. Conhecer e cumprir o regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, o Regulamento de Estágio da UFFS e a Lei Federal de Estágios.
- II. Participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS;
- III. Integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticos relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio em nível de *Campus*;
- IV. Promover ações que integrem as atividades de estágio entre os cursos de áreas afins e/ou com domínios curriculares conexos e com as UCE;
- V. Definir em conjunto com o Colegiado do Curso, encaminhamentos complementares de estágio para o curso;
- VI. Definir, em conjunto com os professores dos componentes curriculares de estágio, os Campos de estágios, observando-se os convênios com a UFFS;
- VII. Promover a articulação entre estagiários e os campos de estágio;
- VIII. Encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;
- IX. Fornecer informações necessárias aos professores dos componentes curriculares e aos supervisores externos;
- X. Convocar e coordenar sempre que necessário as reuniões com professores e supervisores de estágio;
- XI. Desenvolver as atribuições definidas pelo Regulamento de Estágio da UFFS.

CAPÍTULO II **DO PROFESSOR DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO**

Art. 26 O professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado será definido pelo Colegiado de Curso para este componente curricular.



Parágrafo Único: Os estágios que exigem práticas da docência serão sempre assumidos por três professores vinculados ao Curso. Os professores do componente de estágios III, IV e V serão escolhidos a partir da seguinte especificidades: Estágio III – Docentes com formação específica em Geografia, História e Pedagogia; Estágio IV – Docentes com formação específica em Sociologia, Filosofia e Pedagogia, e no Estágio V – Docentes com formação na área de Ciências Sociais e Humanas.

Art. 27 São atribuições dos professores do componente curricular:

I. Conhecer e cumprir o regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, o Regulamento de Estágio da UFFS e a Legislação Federal de Estágios.

II. Ministrar aulas teórico/práticas presenciais, que consistem em encontros pedagógicos do docente com a turma de estudantes matriculados no CCR, incluindo-se os seminários de apresentação e/ou avaliação de estágio;

III. Orientar, avaliar o plano de estágio e do relatório de avaliação, desenvolvido pelo estudante, bem como as horas de estudo individual para leitura e análise da bibliografia pertinente;

IV. Acompanhar, avaliar e orientar a atividade de estágio desenvolvida pelo acadêmico, na UCE, sob supervisão de um profissional da unidade concedente do estágio;

V. Coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular;

VI. Fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento das atividades de estágio e ao desempenho dos acadêmicos;

VII. Participar das atividades programadas pela Coordenação de Estágio e Coordenação do Curso.

Art. 28 No caso dos Estágios Obrigatórios, o número máximo de acompanhamentos pelo professor será de 15 (quinze) acadêmicos em um mesmo CCR.

CAPÍTULO III

DOS SUPERVISORES NA UCE DO ESTÁGIO



Art. 29 Os Supervisores dos Campos de Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelas UCE, dentre os profissionais com formação na área do curso, ou pedagogos no caso dos Componentes I e II.

Art. 30 São atribuições dos supervisores:

- I. Apresentar o campo de estágio ao acadêmico estagiário;
- II. Facilitar o acesso à documentação da instituição;
- III. Orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;
- IV. Informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou ao coordenador do estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do acadêmico;
- V. Participar da avaliação do desempenho dos estagiários mediante preenchimento de instrumento avaliativo disponibilizado pela UFFS;
- VI. Participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 31 São atribuições do estagiário:

- I. Conhecer e cumprir o regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, o Regulamento de Estágio da UFFS e a Legislação Federal de Estágios;
- II. Entrar em contato com a UCE na qual serão desenvolvidas as atividades de Estágio, preencher o formulário de coleta de dados e entregá-lo ao professor do componente curricular;
- III. Realizar a observação no campo de estágio anterior a prática da docência, quando possível;
- IV. Participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;
- V. Cumprir todas as atividades previstas para o estágio e carga horária dos componentes de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o Plano de Estágio e o que dispõe este Regulamento;



V. Respeitar os horários e normas estabelecidos na UCE bem como seus profissionais e alunos;

VII. Manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio e cumprir as exigências da UCE e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado;

VIII. Entregar a documentação comprobatória relativa à realização dos estágios de acordo com o regulamento institucional;

IX. Participar do Seminário de Socialização dos Estágios.

CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 32 A carga horária dos componentes curriculares que integram o Estágio Curricular Supervisionado será assim distribuída:

	Carga horária (em horas)			
	Total	I – aulas teórico/práticas presenciais	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante
Estágio Curricular I	75 h	45 h	5 h	25 h
Estágio curricular supervisionado II	75 h	45 h	5 h	25 h
Estágio curricular supervisionado III	90 h	45 h	25 h	20 h
Estágio curricular supervisionado IV	90 h	45 h	25 h	20 h
Estágio curricular supervisionado V	90 h	45 h	25 h	20 h

Quadro 10: Organização dos Estágios Curriculares Supervisionados

Parágrafo único: Será destinado, ao professor responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no local de estágio, conforme art. 3º, inciso II da Resolução 04/2018 – CONSUNI/CGAE carga horária correspondente a 1 crédito semestral por grupo de até 6 estudantes.

CAPÍTULO VI



DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 33 A avaliação do acadêmico estagiário será realizada pelos professores dos componentes curriculares de estágio e pelo supervisor de estágio da UCE, por meio dos seguintes instrumentos:

- I. Formulário avaliativo encaminhado pela coordenação de estágio para preenchimento do supervisor da UCE e do professor do componente curricular da UFFS responsável pelo acompanhamento do estágio;
- II. Plano de atividades do acadêmico;
- III. Relatório do estágio a ser apresentado pelo acadêmico ao final de cada componente curricular, conforme o foco previsto em cada etapa;
- IV. Seminário de Socialização de Estágios, desenvolvido durante o Tempo Universidade, apresentando a síntese das atividades realizadas durante o estágio;
- V. Outros instrumentos de avaliação que constem no plano de ensino.

Art. 34 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deverá cumprir as atividades práticas e teóricas previstas em cada fase, atingir a frequência e a média final determinadas pelo regulamento de graduação.

Art. 35 Os critérios e as formas de avaliação do acadêmico- estagiário, nas diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado, devem constar nos respectivos planos de ensino para homologação do Colegiado de Curso.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 Os casos omissos neste Regulamento de Estágio Curricular serão resolvidos pela Coordenação de Estágio, cabendo recurso ao Colegiado do Curso, sendo possível recurso em instância superior;





ANEXO IV - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 1º Conferir equivalência aos componentes curriculares abaixo relacionados, cursados com aprovação pelos estudantes do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (matriz 2013/2 - em extinção) ou em outro curso da UFFS com os componentes curriculares do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (matriz 2021), Campus Laranjeiras do Sul, em decorrência da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 2º Tabela de equivalência entre os CCRs pertencentes à matriz 2013.2 com os CCRs da matriz 2021:

Matriz 2013.2			Matriz 2021		
Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente Curricular	Créditos
GCH024	Fundamentos da educação	03	GCH1210	Fundamentos da educação	04
GCA394	Escola e educação do campo	03	GCH1338	Educação do campo e educação popular	04
GCH050	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	03	GCH1209	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	04
GCH581	Psicologia da educação	03	GCH1209	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	04
GCH586	Organização do trabalho escolar e pedagógico I	03	GCH801	Organização do trabalho pedagógico	04
GCH035	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	03	GCH1211	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	04
GCA407	Matrizes formativas e práticas na educação do campo	04	GCA674	Matrizes formativas e práticas na educação do campo	04
GCH013	Didática geral	03	GCH794	Didática geral	04
GLA045	Língua brasileira de sinais	04	GLA210	Língua brasileira de sinais (Libras)	04
GCA401	Antropologia da infância e juventude no campo	02	GCH1336	Antropologia dos sujeitos do campo	02
GCA399	Políticas educacionais e legislação da educação do campo e indígenas	02	GCH1355	Políticas educacionais e legislação da educação do campo e indígena	02
GCH583	Metodologia de ensino das ciências humanas e sociais II	03	GCH1337	Metodologia de ensino interdisciplinar nas ciências sociais e humanas	03
GCA405	Sociologia rural: realidade do campo brasileiro	04	GCS586	Realidade do campo brasileiro	03
GCH293	Introdução à filosofia	04	GCH1340	Filosofia I	04
GCH593	Geografia I	04	GCH1341	Geografia I	04
GCH597	História I	02	GCH1347	História II	04
GCH605	História da educação	02			
GCH601	Sociologia I	04	GCH1343	Sociologia I	04
GCH590	Filosofia II	04	GCH1349	Filosofia III	04
GCH594	Geografia II	04	GCH1357	Geografia IV	04



Matriz 2013.2			Matriz 2021		
Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente Curricular	Créditos
GCH595	Geografia III	04	GCH1346	Geografia II	04
GCH598	História II	04	GCH1351	História III	04
GCH602	Sociologia II	04	GCH1359	Sociologia IV	04
GCH591	Filosofia III	04	GCH1356	Filosofia IV	04
GCA599	História III	04	GCH1358	História IV	04
GCH592	Filosofia IV	04	GCH1364	Filosofia V	04
GCH600	História IV	04	GCH1366	História V	04
GCA395	Estágio curricular supervisionado I	05	GCH1214	Estágio curricular I	05
GCA396	Estágio curricular supervisionado II	05	GCH1354	Estágio curricular supervisionado II	05
GCA397	Estágio curricular supervisionado III	06	GCH1361	Estágio curricular supervisionado III	06
GCA398	Estágio curricular supervisionado IV	06	GCH1369	Estágio curricular supervisionado IV	06
GCA406	Estágio curricular supervisionado V	06	GCH1370	Estágio curricular supervisionado V	06
GCH604	Metodologias e técnicas de pesquisa	02	GCH1353	Metodologias e técnicas de pesquisa	02
GCA402	Trabalho de conclusão de curso I	03	GCH1360	Trabalho de conclusão de curso I	02
GCA403	Trabalho de conclusão de curso II	02	GCH1368	Trabalho de conclusão de curso II	02
GCA404	Trabalho de conclusão de curso III	02	GCH1371	Trabalho de conclusão de curso III	02
GCA408	Seminário de socialização dos trabalhos de conclusão de curso	02	GCH1373	Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso	02

§ 1º Os componentes curriculares “GCH050 - Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano” ou “GCH581 - Psicologia da educação” da Matriz 2013.2 poderão validar o componente “GCH1209 - Psicologia da educação e teorias da aprendizagem” da Matriz 2021 (nova), mas o componente curricular da Matriz 2021 não poderá validar os da matriz antiga.

§ 2º A tabela abaixo elenca componentes curriculares equivalentes entre ambas as matrizes do curso:

Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente Curricular	Créditos
GCS011	Meio ambiente, economia e sociedade	04	GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	04
GCH011	Introdução ao pensamento social	04	GCH291	Introdução ao pensamento social	04
GEX002	Informática básica	04	GEX208	Informática básica	04



Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente Curricular	Créditos
GCS011	Meio ambiente, economia e sociedade	04	GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	04
GLA103	Leitura e produção textual II	04	GLA104	Produção textual acadêmica	04
GCH008	Iniciação à prática científica	04	GCH290	Iniciação à prática científica	04
GEX006	Estatística básica	04	GEX210	Estatística básica	04
GCS010	Direitos e cidadania	04	GCS239	Direitos e cidadania	04
GCH029	História da fronteira Sul	04	GCH292	História da fronteira Sul	04

Art 3º Para fins de registro, os componentes curriculares equivalentes passarão a constar nos históricos escolares dos estudantes do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas com a situação CVE – Componente validado por equivalência.

Parágrafo único: Nos casos em que está sendo utilizado mais de um componente curricular da matriz de origem para validar um componente curricular da matriz de destino, se necessário, será considerada a média ponderada para fins de registro da nota.

Art. 4º Componentes curriculares listados a seguir não têm equivalência entre as matrizes do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

Código	Componente curricular	Créditos
GEX211	Matemática A	02
GCH588	Sociologia da educação	02
GCH584	Introdução ao estudo da área das ciências humanas e sociais	02
GCH585	Teorias pedagógicas	03
GCA391	Educação, trabalho e questão agrária	03
GCA393	Campo e desenvolvimento no Brasil	04
GCH587	Introdução à antropologia	02
GCH603	Sociologia III	04
GCH606	História do pensamento político moderno	04
GCH545	História do pensamento político clássico	03
GCA392	Educação do campo, conhecimento escolar e cultura local.	02
GLA102	Leitura e produção textual I	02
GCH582	Metodologia de ensino das ciências humanas e sociais I	02
GCH589	Filosofia I	02
GCA596	Geografia IV	04
GCA400	Antropologia das populações rurais e indígenas	02



Art. 5º Confere equivalência aos componentes curriculares presentes **neste quadro**, em função da reformulação aprovada pela Decisão nº 37/CONSUNI CGAE/UFFS/2025, com outros componentes ofertados na UFFS.

CCRs da Estrutura 2020			Demais CCRs ofertados pela UFFS		
Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Hora
GCH1336	Antropologia dos sujeitos do campo	30	(GCH2123)	Antropologia dos povos do campo, das águas e das florestas	30
GCH1340	Filosofia I	60	(GCH2165 ou GCH589)	Filosofia I Filosofia I	60 60
GCH1345	Filosofia II	60	(GCH2170 ou GCH293)	Filosofia II Introdução à filosofia	60 60
GCH1349	Filosofia III	60	(GCH2175)	Filosofia III	60
GCH1356	Filosofia IV	60	(GCH2180)	Filosofia IV	60
GCH1341	Geografia I	60	(GCH2166)	Geografia I	60
GCH1346	Geografia II	60	(GCH2171 ou GCH596)	Geografia II Geografia IV	60 60
GCH1350	Geografia III	60	(GCH2176)	Geografia III	60
GCH1357	Geografia IV	60	(GCH2181)	Geografia IV	60
GCH1342	História I	60	(GCH2167)	História I	60
GCH1347	História II	60	(GCH2172 ou GCH597)	História II História I	60 30
GCH1351	História III	60	(GCH2177)	História III	60
GCH1358	História IV	60	(GCH2182)	História IV	60
GCH1343	Sociologia I	60	(GCH2168)	Sociologia I	60
GCH1348	Sociologia II	60	(GCH2173)	Sociologia II	60
GCH1352	Sociologia III	60	(GCH2178)	Sociologia III	60
GCH1359	Sociologia IV	60	(GCH2183)	Sociologia IV	60
GCH1372	Antropologia indígena	45	(GCH2124)	Antropologia indígena	45
GCH1354	Estágio curricular supervisionado II	75	(GCH2179)	Estágio curricular supervisionado II	75
GCH1361	Estágio curricular supervisionado III	90	(GCH2185)	Estágio curricular supervisionado III	90
GCH1369	Estágio curricular supervisionado IV	90	(GCH2187)	Estágio curricular supervisionado IV	90
GCH1370	Estágio curricular supervisionado V	90	(GCH2188)	Estágio curricular supervisionado V	90
GCH1353	Metodologias e técnicas de pesquisa	30	(GCH2193)	Metodologias e técnicas de pesquisa	30
GCH1360	Trabalho de conclusão de curso I	30	(GCH2184)	Trabalho de conclusão de curso I	45
GCH1368	Trabalho de conclusão de curso II	30	(GCH2186)	Trabalho de conclusão de curso II	30
GCH1371	Trabalho de conclusão de curso III	30	(GCH2186)	Trabalho de conclusão de curso II	30
GCH1373	Seminário de socialização dos trabalhos de conclusão de curso	30	(GCH2189)	Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso	30



CCRs da Estrutura 2020			Demais CCRs ofertados pela UFFS		
Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Hora
GCH1335	Seminário integrador I	30	(GCH2126)	Seminário Integrador de Extensão I	30
GCH1339	Seminário Integrador II	30	(GCH2169)	Seminário Integrador de Extensão II	30
GCH1344	Seminário Integrador III	30	(GCH2174)	Seminário Integrador de Extensão III	30
GLA104	Produção textual acadêmica	60	(GLA0696 ou GLA0697)	Leitura e produção textual I	30
				Leitura e produção textual II	60